

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: CONFIABILIDADE
INSTITUCIONAL E EXPOSIÇÃO MEDIÁTICA

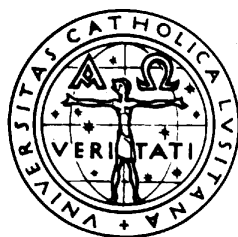
Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação

Por

Diogo Piassi Dalvi

Faculdade de Ciências Humanas

Março, 2015



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: CONFIABILIDADE
INSTITUCIONAL E EXPOSIÇÃO MEDIÁTICA

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para a
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Comunicação

Por

Diogo Piassi Dalvi

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação do Professor Doutor Nelson Costa Ribeiro

Março, 2015

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo identificar fatores relacionados à imagem institucional, visando à criação de conhecimento válido para a composição de estratégias de assessoria à imprensa e distribuição de conteúdo de interesse do Ministério da Defesa do Brasil. Pretende identificar elementos implícitos na variação do índice de confiança nas Forças Armadas obtido nas pesquisas de opinião pública *ICJBrasil* e *SIPS-Defesa Nacional*, nos anos de 2010, 2011 e 2012, período em que o índice oscilou entre 60% e 75%. Busca amparo teórico nos estudos dos *mass media* que, juntamente com outras variáveis, buscam subsidiar as duas vertentes desta pesquisa, uma que trata dos efeitos duradouros, que atuam de forma cognitiva sobre os sistemas de conhecimentos que um indivíduo assume e estrutura de forma estável, e outra que verifica os efeitos a curto prazo relacionados à sua exposição contínua a material informativo. Baseado em temáticas predefinidas, pretende analisar o conteúdo publicado pelo jornal *Folha de São Paulo* e buscar relações com a variação do índice de confiança. Este procedimento objetiva identificar quais ações das Forças Armadas têm maior potencial de sensibilizar a sociedade e, com isso, fornecer subsídios para orientar e dimensionar campanhas de comunicação social no âmbito do Ministério da Defesa.

Palavras-chave: Forças Armadas, índice de confiança, *mass media*, instituições democráticas.

ABSTRACT

This study aims to identify factors related to institutional image, seeking to create valid knowledge that can enhance the performance of the Press Office of the Brazilian Ministry of Defense. It aims to identify items that explain the variation in the index of confidence in the Armed Forces, obtained in the public opinion polls *ICJBrasil* and *SIPS-National Defense* in the years 2010, 2011 and 2012, during which the index fluctuated between 60% and 75%. The dissertation is grounded in mass media theories, namely in studies dealing with short term effects of exposure to information, and studies that focus on long term effects, which foresee the communication process as one that penetrates the individuals cognitive knowledge. Based on predefined themes, it analyzes the content published by the newspaper *Folha de São Paulo*, looking for connections between the coverage given by the paper to the Armed Forces and changes in the confidence index. This procedure aims to identify which actions of the Armed Forces have the greatest potential to be positively evaluated by society and thereby provide knowledge that can be used to design effective media campaigns under the Ministry of Defense.

Keywords: Armed Forces, confidence index, mass media, democratic institutions

ÍNDICE DE GERAL

Índice de Figuras.....	VI
Índice de Gráficos.....	VII
Índice de Tabelas.....	X
Índice de Quadros.....	XII
Índice de Apêndices.....	XIII
Índice de Anexos.....	XIV
INTRODUÇÃO.....	15
PARTE I – CORPO TEÓRICO	18
1. PROBLEMATIZAÇÃO	18
1.1. Relatórios utilizados na pesquisa	19
1.1.1. <i>Relatórios ICJBrasil</i>	19
1.1.2. <i>Relatório SIPS-Defesa Nacional</i>	20
1.2. Duas formas para definir “confiança”	21
1.3. Herança Histórica	22
1.4. Patriotismo e Forças Armadas	23
1.5. Atribuições das Forças Armadas	24
1.6. Mapa de Variância, Hipóteses e Questões	27
1.6.1. <i>Mapa de Variância</i>	28
1.6.2. <i>Hipóteses Centrais</i>	28
1.6.3. <i>Questões Centrais</i>	29
1.6.4. <i>Hipóteses Secundárias</i>	29
1.6.5. <i>Questões Secundárias</i>	30
2. HISTÓRIA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS	31
2.1. As Forças Armadas e sua participação na história e política do Brasil	31
2.2. Os primórdios e a politização das Forças Armadas	32
2.3. O “Golpe Militar de 1964”	45
2.4. O fim do Regime Militar	50
2.5. Forças Armadas Brasileiras: Atualidade.....	52
3. CONTEXTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	54
3.1. <i>Communication Research</i> : Evolução, Possibilidades e Limitações	55
3.2. A Hipótese do <i>Agenda-setting</i>	68

3.2.1.	<i>Bases teóricas</i>	68
3.2.2.	<i>Definição de Agenda-setting</i>	70
4.	METODOLOGIA	74
4.1.	Justificativas e limitações metodológicas	74
4.2.	Base de dados / Categorização das Unidades / Modelo de Análise.....	80
4.3.	Limitações Metodológicas	89
5.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	91
5.1.	Hipóteses e Questões Secundárias – Análise empírica.....	91
5.2.	Hipótese e Questão Central – Análise empírica	133
6.	CONCLUSÕES.....	138
7.	BIBLIOGRAFIA.....	144

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Variância.....	28
-----------------------------------	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação trimestral do índice de confiança nas Forças Armadas.....	15
Gráfico 2: Número de citações por mês, segregados por ano.	92
Gráfico 3: Somatório de citações por mês em três anos.....	92
Gráfico 4: Número de citações por trimestre.....	93
Gráfico 5: Total pontuação por mês	94
Gráfico 6: Quantidade e pontuação por tipo de fonte da notícia.	95
Gráfico 7: Quantidade e pontuação das unidades por dia da semana.....	96
Gráfico 8: Posição do texto	96
Gráfico 9: Quantidade e Pontuação publicações de Capa por Força.....	97
Gráfico 10: Publicações de capa – Quantidade por tema	98
Gráfico 11: Publicações de capa – Pontuação por tema.....	99
Gráfico 12: Publicação de capa por tema – Forças Armadas	99
Gráfico 13: Publicação de capa por tema – Exército.....	100
Gráfico 14: Publicação de capa por tema – Força Aérea	100
Gráfico 15: Publicação de capa por tema – Marinha.....	100
Gráfico 16: Quantidade, dimensão e pontuação do texto visual	101
Gráfico 17: Quantidade de imagens por tema	103
Gráfico 18: Quantidade de unidades de registro por tema	103
Gráfico 19: Quantidade e pontuação por tema	104
Gráfico 20: Pontuação das unidades por tema - 1º TRI 2010.....	105
Gráfico 21: Quantidade de unidades de registro – 1º TRI 2010.....	105
Gráfico 22: Pontuação das unidades por tema - 2º TRI 2010.....	106
Gráfico 23: Quantidade de unidades de registro – 1º TRI 2010.....	106
Gráfico 24: Pontuação das unidades por tema - 3º TRI 2010.....	107
Gráfico 25: Quantidade de unidades de registro – 3º TRI 2010.....	107
Gráfico 26: Pontuação das unidades por tema - 4º TRI 2010.....	108
Gráfico 27: Quantidade de unidades de registro – 4º TRI 2010.....	108
Gráfico 28: Pontuação das unidades por tema - 1º TRI 2011.....	109
Gráfico 29: Quantidade de unidades de registro – 1º TRI 2011	109
Gráfico 30: Pontuação das unidades por tema - 2º TRI 2011.....	110

Gráfico 31: Quantidade de unidades de registro – 2º TRI 2011	111
Gráfico 32: Pontuação das unidades por tema - 3º TRI 2011.....	111
Gráfico 33: Quantidade de unidades de registro – 3º TRI 2011	112
Gráfico 34: Pontuação das unidades por tema - 4º TRI 2011.....	112
Gráfico 35: Quantidade de unidades de registro – 4º TRI 2011	113
Gráfico 36: Pontuação das unidades por tema - 1º TRI 2012.....	113
Gráfico 37: Quantidade de unidades de registro – 1º TRI 2012.....	114
Gráfico 38: Pontuação das unidades por tema - 2º TRI 2012.....	114
Gráfico 39: Quantidade de unidades de registro – 2º TRI 2012.....	115
Gráfico 40: Pontuação das unidades por tema - 3º TRI 2012.....	115
Gráfico 41: Quantidade de unidades de registro – 3º TRI 2012.....	116
Gráfico 42: Pontuação das unidades por tema - 4º TRI 2012.....	116
Gráfico 43: Quantidade de unidades de registro – 4º TRI 2012.....	117
Gráfico 44: Pontuação por tema	118
Gráfico 45: Tema Combate à criminalidade.....	119
Gráfico 46: Tema Ditadura.....	119
Gráfico 47: Tema Reparcelhamento.....	119
Gráfico 48: Tema Missões de Paz da ONU.....	120
Gráfico 49: Tema Heroísmo / Estórias de vida	120
Gráfico 50: Tema Ajuda humanitária em casos de catástrofes e acidentes.....	120
Gráfico 51: Tema Treinamentos/Exercícios/Manobras/Operações Militares	121
Gráfico 52: Tema Crimes envolvendo militares.....	121
Gráfico 53: Tema Sucateamento das Forças Armadas	121
Gráfico 54: Número de unidades de registro por tema – Forças Armadas.....	123
Gráfico 55: Pontuação por tema – Forças Armadas	123
Gráfico 56: Número de unidades de registro por tema – Exército	124
Gráfico 57: Pontuação por tema – Exército.....	124
Gráfico 58: Número de unidades de registro por tema – Força Aérea	125
Gráfico 59: Pontuação por tema – Força Aérea	126
Gráfico 60: Número de unidades de registro por tema – Marinha	127
Gráfico 61: Pontuação por tema – Marinha.....	127
Gráfico 62: Quantidade, dimensão do texto e pontuação por cada Força	128

Gráfico 63: Pontuação por tema	129
Gráfico 64: Quantidade de unidades de registro por tema	129
Gráfico 65: Dez temas com maior nº de citações - pontuação por número de unidades... 130	
Gráfico 66: Foco por Força – Quantidade	131
Gráfico 67: Foco principal por Força - Pontuação	132
Gráfico 68: Temáticas pontuação negativa para notícias de foco “outros” - Marinha..... 132	
Gráfico 69: Temáticas pontuação positiva para notícias de foco “outros” - Aeronáutica. 133	
Gráfico 70: Pontuação por ano	134
Gráfico 72: Pontuação por trimestre 2010.....	134
Gráfico 73: Pontuação por trimestre 2011.....	135
Gráfico 74: Pontuação por trimestre 2012.....	135
Gráfico 75: Pontuação final	136
Gráfico 76: Variação do índice de confiança	136

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Confiança nas Forças Armadas do Brasil.....	24
Tabela 2: Situações em que as Forças Armadas são importantes.....	26
Tabela 3: Funções das Forças Armadas.	27
Tabela 4: Meios de comunicação de massa nos Estados Unidos	67
Tabela 5: McCombs e Shaw, 1972.....	74
Tabela 6: Tipton, Haney e Baseheart, 1975	75
Tabela 7: Cook, Tyler, Goetz, Protess, Leff e Molotch, 1983.....	75
Tabela 8: Brosius e Kepplinger, 1990	75
Tabela 9: Funkhouser, 1973	76
Tabela 10: Winter e Eyal, 1981	76
Tabela 11: Behr e Iyengar, 1985	76
Tabela 12: Iyengar e Simon, 1993.....	76
Tabela 13: Ader, 1995	77
Tabela 14: Benton e Frazier, 1976.....	77
Tabela 15: Iyengar e Kinder, 1987	77
Tabela 16: Tipo de texto.....	81
Tabela 17: Posição.....	82
Tabela 18: Foco principal da notícia	82
Tabela 19: Dimensão do texto.....	82
Tabela 20: Direção do texto	83
Tabela 21: Direção do título	84
Tabela 22: Direção do lead.....	84
Tabela 23: Dimensão da Imagem	85
Tabela 24: Direção da Imagem.....	85
Tabela 25: Valor final do texto.....	86
Tabela 26: Fontes da informação.....	86
Tabela 27: Temas.....	87
Tabela 28: Fórmula do Valor Final da Unidade de Registro.....	88
Tabela 30: Número de unidades por mês	92
Tabela 31: Pontuação em cada mês	93

Tabela 32: Fonte da informação	94
Tabela 33: Quantidade e pontuação das unidades por dia da semana	95
Tabela 34: Número de citações por posição	96
Tabela 35: Publicação de capa – Quantidade e Pontuação por Força	97
Tabela 36: Publicação de capa por tema	98
Tabela 37: Imagens por Força	101
Tabela 38: Imagens por tema	102
Tabela 39: Pontuação por tema - Trimestral	117
Tabela 40: Quantidade e pontuação temática por Força e por trimestre	122
Tabela 41: Quantidade por dez temas mais relevantes – Forças Armadas.....	123
Tabela 42: Quantidade por dez temas mais relevantes – Exército	125
Tabela 43: Quantidade por dez temas mais relevantes – Força Aérea	126
Tabela 44: Quantidade por dez temas mais relevantes – Marinha	127
Tabela 45: Pontuação geral por Força	128
Tabela 46: Dez temas com maior número de citações	130
Tabela 47: Direção do foco	131
Tabela 29: Pontuação trimestral	134

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Conflitos Militares. Fonte: Senado Federal.....	36
Quadro 2: Presidentes militares. Fonte: Senado Federal.....	37
Quadro 3: Definição de agenda pelos mass media – Agenda-setting.....	73

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A: Gráfico de confiança nas Instituições	151
ANEXO B: Tabela Confiança nas Forças Armadas do Brasil	152
ANEXO C: Tabela Situações em que as Forças Armadas são importantes	153
ANEXO D: Tabela Funções das Forças Armadas.....	154

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE A: Quantidade de unidades por tema - Trimestral	155
APÊNDICE B: Ficha de coleta de dados	156

INTRODUÇÃO

Por que as Forças Armadas brasileiras são a instituição mais confiável do país? Pesquisas realizadas no período de 2010 a 2012 apontam as Forças Armadas como a instituição mais confiável entre os brasileiros. Essa realidade já havia sido observada em estudos anteriores, porém, no período citado, foi notada invulgar tendência de crescimento do percentual de confiança nos militares, ou seja, com uma flutuação de quinze pontos percentuais, o referido índice variou num intervalo de valores entre 60% e 75% em apenas dois anos.

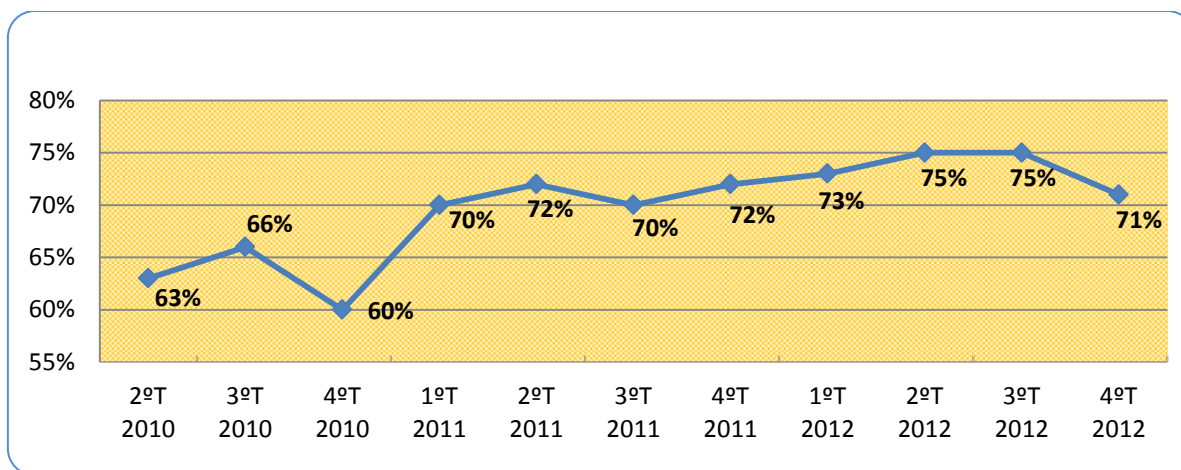


Gráfico 1: Variação trimestral do índice de confiança nas Forças Armadas. Fonte: ICJBrasil, vol. 5-15

Numa sociedade onde a confiança na maioria das instituições democráticas encontra-se consideravelmente abalada, tal desempenho nos chama a atenção e nos incita a buscar os elementos que possam estar relacionados a esta variação nos índices que representam a opinião pública acerca do assunto.

O objetivo geral deste estudo é verificar se há indícios que nos leve a considerar uma relação direta entre a exposição das Forças Armadas no Jornal *Folha de São Paulo*, que é o principal meio de comunicação impresso do Brasil¹, com a variação do índice de confiança nas Forças Armadas, observada nos relatórios *ICJBrasil*². Ou seja, atribuir, mesmo que parcialmente, a percepção de confiança que uma sociedade deposita em suas instituições

¹ O Jornal *Folha de São Paulo* é o maior jornal do Brasil de circulação paga, por ano. Fonte: ANJ (Associação Nacional de Jornais). www.anj.org.br. Acesso em 18 maio 2013.

² Índice de Confiança na Justiça - Escola de Direito - SP, Fundação Getúlio Vargas (FGV), gerados nos anos de 2010, 2011 e 2012.

democráticas, à influência dos meios de comunicação de massa. O jornal *Folha de São Paulo* foi selecionado por se tratar de um veículo de grande influência na agenda dos demais *media*.

Atingir este objetivo significa caminhar para um melhor entendimento do processo social que envolve a tríade Forças Armadas – *Media* – Opinião pública.

A dissertação foi dividida em duas partes com o objetivo de organizar seu conteúdo em teoria e prática. A parte teórica começa por definir a problemática desta pesquisa, ou seja, procura identificar a natureza do estudo e a forma como direcionamos nossos esforços. Neste capítulo, definimos nosso objeto de pesquisa dentro do vasto e complexo processo comunicativo entre os *mass media* e o público. Além disto, enumeramos os principais questionamentos e hipóteses deste trabalho.

Posteriormente, com a intenção de apresentar a instituição Forças Armadas brasileiras, foi dedicado um capítulo exclusivo, no qual abordamos de forma condensada a sua história, desde a criação até a situação atual. Além disto, conhecer um pouco da história da instituição nos permite um melhor entendimento do contexto atual e nos dá maior capacidade de julgamento e de avaliação do conteúdo mediático afim.

Em seguida, no capítulo de contextualização teórica e conceitual, buscamos enumerar e articular as teorias e conceitos selecionados para dar suporte à pesquisa. Os estudos sobre a evolução e as tendências da pesquisa sobre as comunicações de massa, assim como seu envolvimento na construção social da realidade, formam as bases do *corpus* teórico desta dissertação. Ainda neste capítulo, abordamos o conceito de “confiança”, buscando um melhor entendimento de seu significado e função no âmbito das pesquisas de opinião pública *ICJBrasil* e *SIPS - Defesa Nacional*³, que apresentam resultados finais que estabelecem índices de confiança nas Forças Armadas. Estes relatórios são de grande valia, pois fornecem dados relevantes e credíveis, fundamentais para contextualizar a pesquisa. Posteriormente, elencamos as variáveis⁴ que julgamos pertinentes e tecemos comentários de modo a justificar a seleção e apresentar a função de cada uma delas.

A segunda parte apresenta o trabalho empírico da dissertação. Foi concebida com o objetivo de verificar se há indícios de relação entre o conteúdo divulgado pelos meios de

³ Sistema de Indicadores de Percepção Social - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), produzido em agosto de 2011.

⁴ Vide Mapa de variância, pag.29

comunicação de massa e a mudança na opinião pública e, por consequência, apontar que tipos de atividades, realizadas pelas Forças Armadas e expostas pelos *media*, têm maior potencial para sensibilizar a opinião pública. Para isto, recorreremos à análise de conteúdo para criar as ferramentas adequadas capazes de levantar, classificar, categorizar e valorar o conteúdo midiático à procura de possíveis relações quantitativas e/ou qualitativas entre abordagem dos *media* e índice de confiança nas Forças Armadas. Dito de forma mais objetiva, trata-se de apontar que tipo de atividade realizada pelas Forças Armadas impacta a confiança da sociedade brasileira e como os meios de comunicação intermediam este processo. Isto se traduz no objetivo prático de criar um banco de informações que apoiem o planejamento de estratégias empregadas para a assessoria à imprensa e divulgação de conteúdos de interesse, visando à projeção e proteção da imagem institucional das Forças Armadas e do próprio Ministério da Defesa.

Ao final desta parte introdutória, pode-se dizer que um estudo que tem como objetivo geral esclarecer conceitos e relacionar prováveis causas ao fenômeno “Confiança nas Instituições”, venha a ser interessante para pesquisadores e profissionais que estejam envolvidos na composição de estratégias que visem à proteção e/ou projeção da imagem de uma entidade, seja ela pública ou privada. Apesar de este estudo direcionar o foco para os índices obtidos pelas Forças Armadas, nada impede que estudos similares possam ser desenvolvidos para outros tipos de instituição e outros índices.

PARTE I – CORPO TEÓRICO

1. PROBLEMATIZAÇÃO

Que fatores podem estar envolvidos na construção e variação do índice de confiança em uma instituição pública?

Esta pergunta inicial, *per se*, não encerra uma única interpretação, ela abre espaço para a reflexão e permite uma análise mais aprofundada sob diversos pontos de vista, conforme se foi verificando na revisão da literatura. Dessa forma, a problemática desta pesquisa foi construída sobre dois pilares: a pesquisa literária, que nos forneceu uma visão mais ampla e variada e a reflexão pessoal, que nos permitiu definir e manter uma abordagem teórica específica para esta pesquisa, baseada em estudos da comunicação e direcionada para algumas teorias dos *mass media*. No contexto da pergunta acima, ao utilizarmos os termos *construção* e *variação*, procuramos remeter a dois conceitos bem específicos, onde construção da percepção de confiança se refere às atitudes, valores e predisposições inerentes à própria formação cognitiva dos indivíduos, ao passo que a variação desta percepção estaria relacionada a outros processos externos capazes de promover mudanças significativas, no que diz respeito à opinião das pessoas acerca de determinados temas.

Abordando isoladamente cada um dos conceitos acima, tratamos a *construção* cognitiva do indivíduo, como sendo produto de uma série de estímulos que têm origem na sua própria experiência pessoal, cultural, histórica, psicológica e social. Desta forma, com relação à percepção de confiança nas Forças Armadas, buscamos interpretar a realidade apoiando-nos em algumas variáveis que julgamos capazes de criar tais estímulos, ou seja, sedimentar a própria formação da opinião no que toca este tema e sua valorização simbólica. Este ponto de vista pode ser aprofundado se conseguirmos responder o seguinte questionamento:

Como a instituição Forças Armadas construiu e manteve elevado o seu valor simbólico?

Responder esta questão se torna uma tarefa extremamente complexa em virtude de uma infinidade de fatores que podem estar envolvidos, o que seria desencorajador para nossos estudos, se não fosse a possibilidade de delimitarmos nossa interpretação a quatro

variáveis qualitativas, todas relacionadas a pontos de conexão entre sociedade brasileira e a instituição Forças Armadas. São elas: Herança histórica, o Patriotismo, as Atribuições das Forças Armadas e o Tipo de confiança.

Para continuarmos, é importante que justifiquemos nossas escolhas com relação a estas variáveis. Porém, antes, é interessante apresentarmos os relatórios *ICJBrasil* e *SIPS-Defesa Nacional*, que contém informações bastante úteis para cumprirmos esta tarefa.

1.1. Relatórios utilizados na pesquisa

1.1.1. Relatórios *ICJBrasil*

Este relatório pode ser considerado como a mais importante base de dados da nossa pesquisa, pois, antes de tudo, coloca em pauta a questão da confiança da população nas Forças Armadas brasileiras e o faz comparativamente a outras instituições nacionais, oferecendo resultados capazes de mensurar a confiança, apresentando-os na forma de um índice (vide anexo A)

Realizadas pela conceituada Fundação Getúlio Vargas, essas sondagens de tendência⁵, que têm como principal objetivo “retratar sistematicamente a confiança da população no Poder Judiciário”, incluem, a partir do 2º trimestre de 2010⁶, um comparativo entre diversas instituições, dentre as quais estão as Forças Armadas.

Para nossa pesquisa, utilizamos os relatórios correspondentes aos 2º, 3º e 4º trimestres de 2010 e aos quatro trimestres dos anos de 2011 e 2012, totalizando uma série temporal de quase três anos. De posse destes resultados foi possível construir o gráfico de

⁵ As sondagens de tendência são levantamentos estatísticos que geram informações utilizadas no monitoramento da situação corrente e na antecipação de eventos futuros. (*ICJBrasil*, 2º trimestre 2010: 5)

⁶ O *ICJBrasil* completou um ano. Entre abril de 2009 e março de 2010 realizamos quatro ondas e, conforme planejado, houve uma reconfiguração e expansão da amostra para cobrir não apenas as Capitais e Regiões Metropolitanas, mas também o interior dos Estados. Inserimos ainda novas questões para melhor compreender a percepção e a utilização do Judiciário pela população Brasileira. Outra novidade do *ICJBrasil* neste segundo ano, se refere à comparação da confiança da população no Poder Judiciário com a confiança em outras instituições. Procuramos entender se o grau de confiança da população no Judiciário é maior, menor ou igual ao grau de confiança em instituições como a polícia, as forças armadas, a igreja católica, os partidos políticos, as grandes empresas, o governo federal, o congresso nacional, a imprensa escrita e as emissoras de TV. (*ICJBrasil*, 2º trimestre 2010: 9)

variação trimestral do índice de confiança nas Forças Armadas (*Grafico.1*) e, também, limitar temporalmente a nossa pesquisa empírica, que cobre o mesmo período.

1.1.2. *Relatório SIPS-Defesa Nacional*

Este relatório também é de grande valia para nossa pesquisa, pois concentra informações muito específicas acerca da percepção da sociedade com relação às Forças Armadas. Diferentemente do relatório *ICJBrasil*, o *SIPS⁷-Defesa Nacional*, como o próprio nome já esclarece, é primordialmente direcionado por questões associadas ao nosso objeto de estudo.

Trata-se de uma única sondagem de opinião realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)⁸ entre os dias 8 e 29 de agosto de 2011, acerca da “percepção da sociedade brasileira sobre o presente e o futuro da Defesa Nacional”. Possibilita a interpretação de uma imagem estática, ou seja, de um retrato da percepção do brasileiro acerca da Defesa Nacional, diferente do relatório *ICJBrasil*, que possibilita uma análise em série temporal.

Para a realização da sondagem, foram aplicadas 30 questões estruturadas em torno de quatro eixos temáticos: *percepção de ameaças, percepção sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas, poder militar do Brasil e inserção internacional e Forças Armadas e Sociedade*.

Os questionamentos feitos e os resultados deste relatório colocam em evidência interessantes associações entre a opinião pública e as Forças Armadas. Os temas aprofundados no relatório foram de fundamental importância para a seleção de algumas das variáveis qualitativas que suportam nossa problemática.

⁷ O *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)* é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3775 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões.

⁸ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas e desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do IPEA são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas e impressas, eventos e via programa semanal de TV em canal fechado.

Feitas as considerações referentes aos relatórios utilizados, sigamos com a apresentação das variáveis.

1.2. Duas formas para definir “confiança”

Ao definirmos a “confiança” como um dos pontos centrais do nosso tema, não poderíamos nos abster de buscar um melhor entendimento sobre o termo. O que foi válido, ao passo que nos possibilitou esclarecer certos aspectos conceituais.

O que significa “confiança em uma instituição”?

“O problema a ser abordado é o da relação entre confiança interpessoal e confiança política no plano das relações sociais que reproduzem a democracia” (Feres Jr. & Eisemberg, 2004: 469).

Os estudos realizados por esses dois autores, nos trazem uma boa compreensão acerca de duas faces que o conceito confiança pode assumir. Eles fornecem uma clara distinção entre confiança interpessoal e confiança política. Afirmam, de forma fundamentada, que a confiança interpessoal não pode ser tomada como uma variável relacionada a processos democráticos. Por outro lado, eles desenvolvem suas ideias sobre o conceito de confiança política ou confiança nas instituições como sendo a genuína variável representativa nos estudos de regimes democráticos. “Nossa hipótese é a de que, enquanto a noção de confiança interpessoal é inadequada a uma teoria democrática moderna, a confiança em instituições é uma categoria central à compreensão da estabilidade e legitimidade de regimes democráticos”. (Feres Jr. & Eisemberg, 2004:470)

Nas sociedades pós-tradicionais, esta confiança política, na verdade, não é uma confiança na pessoa em si (pode até ser em contextos carismáticos), mas uma confiança na instituição que a media, no cargo que a pessoa ocupa, ou até mesmo na capacidade do exercício competente da função atribuída (Feres Jr. & Eisemberg, 2004:472).

Numa mesma linha de pensamento, alguns autores como Harre (1999) e Cohen (1999) sustentaram que a confiança em instituições pode ser vista como um caso especial da confiança em pessoas, ou seja, um *equivalente funcional* da confiança interpessoal (*apud* Moisés, 2005:43).

Entendemos que, no caso das pesquisas *ICJBrasil* e *SIPS-Defesa Nacional*, é o conceito de confiança política ou confiança nas instituições, que dá sentido e validade aos resultados obtidos.

Feres Júnior e Eisemberg (2004) terminam suas considerações acerca da distinção conceitual de confiança, concluindo:

O tema que precisa ser tratado criticamente, portanto, é o da confiança política nas sociedades contemporâneas: entender as causas de sua variação (intra e internacional), as possíveis formas de produzi-la e sua relação com a consolidação democrática (Feres Júnior e Eisemberg, 2004: 472).

Esta última declaração sintetiza a própria essência desta pesquisa, ou seja, o isolamento do conceito confiança política e a necessidade de entender melhor como é conquistada pelas instituições democráticas, neste caso, as Forças Armadas, e como é percebida pela sociedade brasileira. No contexto de nosso trabalho, consideramos que este processo pode estar inserido tanto na construção, como na variação do índice de confiança.

1.3. Herança Histórica

No que toca à confiança institucional, não há dúvidas de que esta variável é parte componente da formação das atitudes, predisposições e valores sedimentados ao longo do tempo. Porém, não é fácil definir, sem margem para erros, quais passagens históricas são mais relevantes na criação do valor simbólico das Forças Armadas. Dedicamos um capítulo desta dissertação para reunir e expor um resumido conhecimento de sua história, com a finalidade de confirmar ou refutar algumas das nossas próprias impressões acerca da participação das Forças Armadas na consolidação da atual situação do país e, também, na formação do discurso dos meios de comunicação de massa, no que diz respeito às Forças Armadas.

O que levantamos e destacamos como acontecimentos relevantes para a valoração simbólica da instituição, assumem papéis distintos dentro deste processo, por vezes, justificando os altos índices de confiança e, por vezes, contrariando tal desempenho. Cabe aqui, destacar alguns pontos e expor algumas considerações:

Primeiramente, destacamos a trajetória vitoriosa das Forças Armadas brasileiras, que desde sua criação acumulou grandes vitórias militares, com especial distinção para as guerras do Paraguai e Segunda Guerra Mundial⁹.

No entanto, apresenta-se de forma mais latente, na história militar e na própria história do Brasil, o período de 1964 a 1985, quando foi estabelecido o regime militar no país. Foram 21 anos de “ditadura” que dividiram a opinião pública e colocaram uma boa parte da população brasileira e as Forças Armadas em lados opostos. Fato que, até os dias atuais, desponta como fator prejudicial à imagem da instituição.

Por fim, a história recente (1985-2010) ganha importância na medida em que vai gradualmente afastando das Forças Armadas, o estigma de instituição repressiva, ao mesmo tempo em que mostra uma maior aproximação entre população e instituição, principalmente no que se refere ao cumprimento de tarefas secundárias das Forças Armadas.

1.4. Patriotismo e Forças Armadas

O sentimento de patriotismo do cidadão poderia, em certo grau, influir na sua percepção de confiança nas Forças Armadas?

O relatório *SIPS-Defesa Nacional* foi direto ao âmago desta questão ao inserir mais um questionamento em seu inquérito. Foi considerada a possível relação entre o orgulho em ser brasileiro e a confiança depositada nas Forças Armadas. Desta forma, foram lançadas as duas perguntas: *O quão orgulhoso(a) o(a) Sr(a). se sente em ser brasileiro(a)?* e *O quanto o(a) Sr(a). confia nas Forças Armadas?* Segundo os resultados da pesquisa, entre as pessoas que se consideram extremamente orgulhosas em ser brasileiras, há um sensível aumento no índice de confiança nas Forças Armadas, conforme podemos observar na tabela a seguir:

⁹ Vide histórico desses conflitos no capítulo 2 desta dissertação.

<i>Grau de orgulho em ser brasileiro</i>	<i>Confia Totalmente/Muito</i>	<i>Confia Razoavelmente</i>	<i>Confia Pouco/ Não Confia Nada</i>	<i>NS/NR</i>
Extremamente orgulhoso	62,2%	26,3%	11,2%	0,2%
Muito orgulhoso	51,2%	31,3%	17,4%	0,2%
Razoavelmente orgulhoso	39,3%	41,4%	18,7%	0,6%
Pouco orgulhoso	32,0%	34,0%	34,0%	0,0%
Nada Orgulhoso	24,6%	38,5%	36,9%	0,0%
BRASIL	49,6%	32,3%	17,9%	0,2%

Tabela 1: Confiança nas Forças Armadas do Brasil (por grau de orgulho em ser brasileiro). *Fonte:* Pesquisa SIPS Defesa Nacional – IPEA, 2011.

Os entrevistados que declararam possuir mais orgulho em serem brasileiros apresentaram um grau de confiança maior nas Forças Armadas. Dos que disseram ser extremamente orgulhosos por serem brasileiros, 62,2% confiam totalmente ou muito nas Forças Armadas, enquanto este percentual foi de 24,6% entre os nada orgulhosos. (*SIPS-Defesa Nacional*, 2011:14).

De fato, os resultados apontam para uma relação direta e linear entre estas duas percepções, ou seja, quanto maior o sentimento de patriotismo, maior a confiança nas Forças Armadas. Vale ressaltar que uma das limitações desta nossa comparação está no fato de que não temos como verificar se este fenômeno se repete, nestas proporções, para outras instituições democráticas brasileiras. Porém, não se pode ignorar que existe tal relação no que se refere às Forças Armadas.

1.5. Atribuições das Forças Armadas

O emprego das Forças Armadas para ações além de suas principais atribuições constitucionais é relevante para a construção e manutenção dos altos índices de confiança?

Conforme a Constituição Federal do Brasil, Art. 142, as Forças Armadas destinam-se a três funções principais:

As Forças Armadas (FA), constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à *defesa da Pátria*, à *garantia dos poderes constitucionais* e, por iniciativa de qualquer destes, da *lei e da ordem*. [grifo nosso]

Para além destas destinações, a Lei Complementar nº 97 de junho de 1999 imputa às Forças Armadas o cumprimento de atribuições “subsidiárias”, sem comprometimento de sua destinação constitucional. Estas, por sua vez, dividem-se em “gerais” e “particulares”.

As atribuições gerais dizem respeito à cooperação com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil. Integram essas atribuições a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; o atendimento às solicitações, de diversas naturezas, de órgãos governamentais; e a participação em planos e programas públicos. Adicionalmente, a participação das FA representa um tradicional instrumento, que se vale da mobilidade, da experiência, do treinamento e, sobretudo, da identificação das FA com a população local. Essas atribuições promovem uma saudável integração das FA com a sociedade, principalmente com respeito às classes mais carentes e mais afastadas dos grandes centros. (Lei Complementar nº 97 de junho de 1999)

As atribuições particulares constituem uma contribuição das FA para as ações governamentais em assuntos de natureza não militar, vinculadas com sua atividade finalística, levadas a efeito por razões de economia, inexistência de capacidades constituídas no País e pela natureza estratégica das atribuições em apreço. Algumas dessas atribuições são realizadas em atendimento a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. (Lei Complementar nº 97 de junho de 1999)

A questão que se estabelece aqui é a da importância das atribuições primárias e subsidiárias, no que diz respeito ao grau de importância e reconhecimento por parte do cidadão.

Retratar a confiança do cidadão em uma instituição significa identificar se o cidadão acredita que essa instituição cumpre a sua função com qualidade, se faz isso de forma em que benefícios de sua atuação sejam maiores que os seus custos e se essa instituição é levada em conta no dia-a-dia do cidadão comum. (*ICJBrasil*, 2010)

Partindo deste ponto de vista, a análise dos resultados da pesquisa *SIPS-Defesa Nacional* nos aproxima de uma realidade na qual as Forças Armadas são empregadas em tarefas “secundárias”, como por exemplo, funções policiais e ações cívico-sociais. Apesar de não terem sido, primordialmente, constituídas para a realização das mesmas, as Forças Armadas têm sido eficientes no seu cumprimento. Para este estudo, não nos interessa a decisão de Governo por empregar as Forças Armadas neste tipo de missão, mas sim apreender a percepção dos brasileiros no que se refere às atribuições das Forças Armadas, previstas na carta magna e, também, nas legislações complementares.

A pesquisa *SIPS-Defesa Nacional* nos fornece um resultado interessante para a reflexão acerca da percepção da função constitucional das Forças Armadas, apontando que

82% dos entrevistados acreditam que as Forças Armadas são importantes para o país tanto no caso de guerra (funções primárias) como em tempos de paz (funções subsidiárias) e apenas 13% acham que são importantes somente em caso de guerra, conforme tabela a seguir:

	<i>Apenas no caso de uma guerra</i>	<i>Tanto em guerra como na ausência de guerras</i>	<i>Não são importantes em nenhuma situação</i>	NS/NR
<i>Região do Brasil</i>				
Centro-Oeste	8,9%	86,0%	4,1%	1,1%
Nordeste	11,4%	85,5%	2,3%	0,8%
Norte	6,0%	90,7%	3,3%	0,0%
Sudeste	15,0%	79,6%	4,6%	0,7%
Sul	17,0%	77,0%	5,1%	0,9%
<i>Grau de Escolaridade</i>				
Não escolarizado e fundamental	13,7%	81,2%	4,1%	1,0%
Ensino médio	13,7%	81,7%	3,9%	0,6%
Superior / Pós-Graduação	8,7%	88,1%	3,0%	0,2%
BRASIL	13,1%	82,2%	3,9%	0,7%

Tabela 2: Situações em que as Forças Armadas são importantes. Fonte: Pesquisa SIPS Defesa Nacional – IPEA, 2011.

Na sequência, os entrevistados são submetidos ao seguinte questionamento:

Nos últimos anos, algumas pessoas têm debatido o porquê do Brasil ter Forças Armadas e, também, quais os tipos de trabalho que elas devem fazer. Na sua opinião, quais devem ser as funções das Forças Armadas?

As respostas refletem uma tendência para o que chamamos de “funções secundárias”, talvez, pelo fato do Brasil não se envolver em conflitos militares desde a 2ª Guerra Mundial, as novas gerações não percebem esta “função primária” com tanta clareza, ao passo que evidenciam outros tipos de tarefas realizadas.

As Forças Armadas desempenham diversas atividades na sociedade, sendo sua principal função, na maior parte dos países, defender a nação em caso de guerra. Contudo, quando o tema foi colocado para os entrevistados na pesquisa, a função de *defender o país em caso de guerra* apresentou percentual ligeiramente inferior à de *combater a criminalidade em conjunto com as polícias*. (SIPS-Defesa Nacional 2011: 16)

Conforme dados a seguir:

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Combater a criminalidade em conjunto com as polícias	58,7%	55,1%	63,7%	59,2%	57,1%	58,1%
Defender o país em caso de guerra	53,1%	53,0%	59,3%	61,9%	39,9%	55,4%
Ajudar a população com serviços médicos e sociais e em casos de desastres naturais	56,5%	48,6%	57,3%	49,5%	44,7%	49,7%
Combater o terrorismo	34,7%	49,2%	34,0%	37,8%	52,7%	42,7%
Participar de missões de paz em outros países	33,6%	36,7%	45,0%	33,1%	25,5%	34,0%
Passar para os jovens valores como responsabilidade e disciplina	40,2%	32,1%	43,3%	34,1%	26,8%	33,7%
Ensinar aos jovens uma profissão	36,5%	39,0%	43,7%	30,5%	24,1%	33,5%
Construir estradas, ferrovias, portos etc.	19,6%	22,0%	24,3%	20,0%	20,5%	21,0%
Nenhuma das anteriores	0,7%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%
Não sabe/não respondeu	0,0%	0,1%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%

Tabela 3: Funções das Forças Armadas (por região). Fonte: Pesquisa SIPS Defesa Nacional – IPEA, 2011.

De acordo com os resultados, 40% das respostas refletem a percepção das funções primárias enquanto as funções secundárias compõem os outros 60%.

Estes resultados nos levam a refletir sobre dois aspectos, por um lado, o emprego das Forças Armadas para além de suas atribuições constitucionais, por outro, o reconhecimento da população para com o eficiente cumprimento das tarefas secundárias.

1.6. Mapa de Variância, Hipóteses e Questões

O mapa de variância tem por finalidade expressar graficamente a ideia central da problemática, buscando simplificar e fornecer um rápido entendimento da linha de pensamento de toda a pesquisa.

As hipóteses e questões de pesquisa são divididas em centrais e secundárias, em função da natureza de seus objetivos. O vasto material empírico que pretendemos analisar nos permite abordar diversas hipóteses e lançar variadas questões de pesquisa. Nem todas estão diretamente relacionadas aos objetivos centrais do trabalho. Algumas foram inseridas com finalidades secundárias, de forma a extrair do banco de dados, o máximo possível de informações com potencial de utilidade prática.

1.6.1. Mapa de Variância

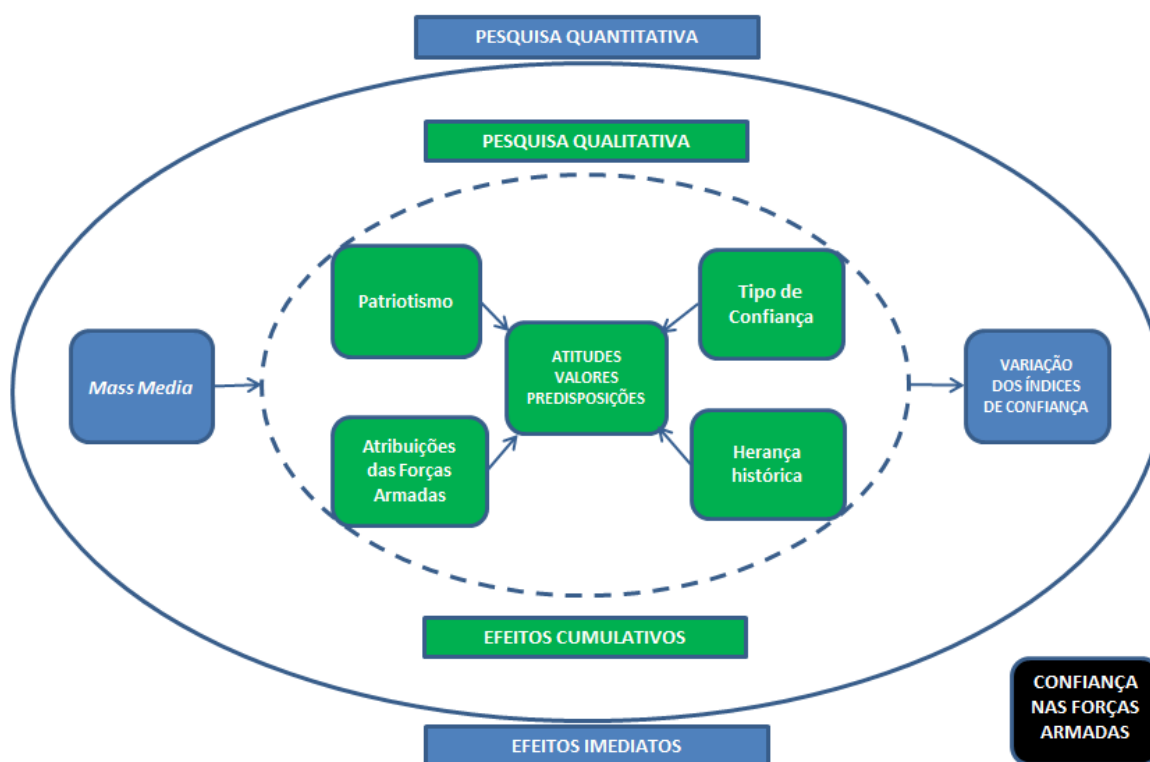


Figura 1 - Mapa de Variância

1.6.2. Hipóteses Centrais

Patriotismo, Tipo de Confiança, Atribuições das Forças Armadas e Herança Histórica são aspectos inerentes à formação de atitudes predisposições e valores da sociedade brasileira, no que diz respeito à confiança que deposita na instituição Forças Armadas.

Existem indícios que sugerem uma relação de causalidade entre a exposição das Forças Armadas brasileiras nos meios de comunicação de massa e a variação do índice de confiança.

Cabe ressaltar que apenas a segunda hipótese central será analisada empiricamente neste trabalho. A primeira hipótese central poderá apenas ser corroborada por meio da revisão da literatura e análise documental, portanto, não é objeto da nossa pesquisa empírica.

1.6.3. *Questões Centrais*

As questões centrais de a) até f) estão relacionadas à primeira hipótese central, portanto não serão abordadas empiricamente.

- a) *Que fatores podem estar envolvidos na construção e variação do índice de confiança nas Forças Armadas?*
- b) *Que variáveis tem potencial para influenciar a sociedade brasileira na formação de valores, atitudes e predisposições referentes à percepção que tem em relação a uma instituição?*
- c) *O que significa confiança institucional?*
- d) *O sentimento de patriotismo do cidadão poderia, em certo grau, influir na sua percepção de confiança nas Forças Armadas?*
- e) *O emprego das Forças Armadas, para ações além de suas principais atribuições constitucionais, é relevante para a construção e manutenção dos altos índices de confiança?*
- f) *Aspectos relacionados à história das Forças Armadas afetam a percepção de confiança da sociedade nas mesmas?*
- g) *Pode haver uma relação entre o conteúdo divulgado pelos meios de comunicação de massa e a variação do índice de confiabilidade institucional?*

1.6.4. *Hipóteses Secundárias*

A participação dos setores de comunicação social das Forças Armadas, no processo de construção da notícia, é efetivamente benéfica para as mesmas.

Algumas temáticas associadas às Forças Armadas recebem, por parte dos media, atenção destacada.

Aspectos relacionados à história das Forças Armadas influenciam, na atualidade, a abordagem dos media.

Existem padrões temporais implícitos na publicação de notícias relacionadas às Forças Armadas.

As quatro instituições apresentam desempenhos mediáticos diferentes quando analisadas isoladamente.

Existem diferenças de abordagem consoante o posicionamento da notícia ser na capa ou no interior do caderno.

Algumas temáticas possuem potencial diferenciado quanto a sua associação com imagens.

Alguns acontecimentos foram responsáveis por desempenhos mediáticos diferenciados.

1.6.5. Questões Secundárias

- a) *A abordagem mediática pode apresentar maior volume em determinadas épocas do ano?*
- b) *O volume da abordagem mediática segue um padrão consoante aos dias da semana?*
- c) *Existem diferenças de desempenho entre unidades de registro publicadas na capa e publicadas nas demais partes do jornal?*
- d) *Qual o desempenho mediático das Forças, quando analisados isoladamente?*
- e) *Existe algum padrão implícito na publicação das notícias associadas a imagens?*
- f) *Qual é a participação das fontes oficiais de informação na produção da notícia?*
- g) *Quais temáticas são mais representativas, positiva e negativamente, para Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica?*
- h) *Qual a relevância do tema Ditadura para a imagem mediática das Forças Armadas?*
- i) *Quais temáticas foram responsáveis pelos maiores picos de desempenho mediático durante a série temporal avaliada?*

2. HISTÓRIA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

2.1. As Forças Armadas e sua participação na história e política do Brasil

Este capítulo foi inserido a serviço de um melhor entendimento acerca das Forças Armadas do Brasil. Procuramos nos focar em informações que contribuam para a composição de uma visão geral – histórica, política e estrutural – das Forças Armadas e, desta forma, encontrar subsídios que possibilitem a reflexão a respeito de sua participação no processo de construção da macroestrutura nacional. É importante ao passo que nos revela um ponto de partida para conhecermos melhor a instituição que ocupa posição central neste trabalho.

A história das Forças Armadas, em muitos aspectos, confunde-se com a própria história do Brasil. Além disso, as relações entre militares e a sociedade civil ocorreram, principalmente, no seio político. Para Ferraz (1998:15) “o significado histórico dessas relações é fundamental para o entendimento dos desafios enfrentados atualmente pela consolidação das estruturas democráticas no país e em seus vizinhos latino-americanos”.

Para este trabalho, abordaremos aspectos deste relacionamento político entre militares e civis, a partir do século XIX até finais do século XX, com ênfase no processo que culminou com os acontecimentos de 1964.

“Como é notório, uma parte substancial dos problemas atuais está diretamente relacionada com uma pesada herança de um passado (bem) recente, em que os militares brasileiros foram os principais atores políticos da República”¹⁰ (Ferraz, 1998:116).

Abordaremos pontos que evidenciam a escalada das Forças Armadas, dentro do cenário político brasileiro, buscando o entendimento dos fatos e possibilitando a compreensão das consequências que se traduzem, segundo Ferraz (1998:116), “em atuais níveis de expressão e participação, assim como seus principais problemas e preocupações, sob o prisma das transformações políticas e estratégicas mundiais e da consolidação das estruturas democráticas formais, a partir dos anos noventa”.

¹⁰ O Regime Militar no Brasil durou de 1964 até 1985.

2.2. Os primórdios e a politização das Forças Armadas

A história das Forças Armadas brasileiras inicia-se, oficialmente, após a independência do Brasil (1822), quando Dom Pedro I cria a Marinha e o Exército regulares, em 1824. Este ato, dentre outros, procurava fortalecer o poder centralizador do regime imperial, servindo como ferramenta de coesão nacional, ou seja, com o intuito de dissuadir ou impedir a fragmentação da nação, fato que ocorrera em outros países da América Latina, dado que, “a fragmentação da América Espanhola em repúblicas assustava as oligarquias escravocratas” (Da Gama, 2011:1). Nesta fase da história, o poder centralizador nacional não estava substancialmente sedimentado, pois havia fortes tendências regionalistas.

Assim, inseridos no processo de formação de um Estado Nacional, coube aos militares a tarefa imediata de manutenção da integridade e unidade do território herdado dos portugueses, ameaçadas pelas tropas lusas e pelas forças centrípetas do próprio país em afirmação, composto de diferentes grupos étnicos, sociais, distintos em suas historicidades pela própria dimensão continental do Brasil (Da Gama, 2011:1).

A política de unidade nacional do império era mais consistente nos estados do sudeste brasileiro¹¹, ao passo que o restante do vasto território era dominado por fortes traços de regionalismo, que se sustentavam em influentes oligarquias locais¹², dentre as quais, muitas governavam estruturas próprias, assim como forças militares, ao serviço de seus interesses. A criação da Guarda Nacional (1831) reflete um forte indício do poder regional então existente, pois se tratava de uma instituição militar independente das forças regulares imperiais, dividida em núcleos regionais e fortemente influenciadas pelo poder político local. O que significa dizer que a Guarda Nacional estava disposta em vários exércitos particulares, cada qual subordinado ao poder local.

A aristocracia agrária brasileira não confiava nas tropas regulares, preferindo criar uma força armada de proprietários que fosse capaz de garantir a ordem interna e seu poder regional, a Guarda Nacional, nascida em 1831. Marginalizado, ao Exército eram delegadas, além da defesa externa, as missões mais espinhosas da manutenção da ordem interna, às quais uma Guarda Nacional enredada com o mandonismo local era incapaz de enfrentar, como as grandes revoltas sociais do Império (Ferraz, 1998:117).

¹¹ Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

¹² Composta basicamente pela aristocracia agrária.

Esta fase histórica é marcada por relevantes conflitos internos, ocasiões nas quais as forças regulares agiram como braço armado a serviço da política centralizadora da monarquia vigente. Como diz Da Gama (2011:2): “Foi um tempo de levantes e rebeliões contra as diretrizes da monarquia centralizadora e unitária, forma que acabou por vingar naquele Brasil amparado em oligarquias e produção agrícola, em que a escravatura e a unidade territorial se mostravam mantenedores do *status-quo*”. Ferraz (1998:117) complementa dizendo que “como consequência o Exército acabava por lograr um baixo grau de prestígio entre a população em geral”. Inseridas nesta realidade, as forças regulares iniciam um processo de evolução institucional por meio de ações como a reestruturação dos processos de formação profissional militar.

“Em meio a essa hostilidade das elites civis, o Exército recolhia-se em suas atividades profissionais, visando seu aperfeiçoamento institucional” (Souza, 1999:159).

As mudanças atingiram o plano curricular da Academia Real Militar¹³. Inicialmente, a Academia Real Militar prestava-se a uma formação mais científica, direcionada para as próprias necessidades da corte, ou seja, a formação apresentava uma forte vertente civil, em detrimento a formação militar, propriamente dita. “A formação de oficiais e engenheiros tecnicamente mais requisitados para solucionar os problemas mais presentes de uma corte que se alojava em um continente cheio de problemas infraestruturais e administrativos” (Oliveira, 2005:147). Quanto ao verdadeiro propósito da Real Academia Militar, Alves (2002:129) relata que “a Academia guardava uma identidade pouco militar, sem uniforme, formatura ou normas de quartel. A formação de doutores parecia se sobrepôr à qualificação de soldado e gerava críticas severas quanto ao possível cumprimento de seus objetivos”. Em 1839 o nome da Real Academia Militar muda para Escola Militar, quando surge a figura do “*oficial Instrutor*” responsável pelo comando das companhias de alunos e por ministrar instruções práticas das Armas: “o horário semanal previa tempos para exercícios de Infantaria e Cavalaria, equitação, manobras, esgrima, formação e condução das equipagens de campanha, de sítios e de pontes militares.” (Castro, 1990:110). As mudanças postas em prática pelo novo estatuto da Escola Militar foram importantes para a instituição no período de 1832 a 1850, porém, começam a ser revogadas em 1842 (*cf.* Castro). Souza (1999:157) justifica o insucesso do novo estatuto relatando que “divergências sobre o ensino militar existentes dentro da própria organização

¹³ Criada em 1810, dois anos após a chegada da família real portuguesa ao Brasil.

representavam um dos obstáculos para a implementação de uma concepção moderna de Exército”. Ele destaca ainda que “transformar os cursos como critério básico de organização das patentes e cargos no Exército significaria romper com a tradição aristocrática, que estruturava esses postos através de privilégios de nascimento” (Souza, 1999 *apud* Gama, 2011:3).

Este cenário de fragilidade da formação estritamente militar e do desprestígio da própria carreira durante o Império, não perduraria por muito tempo. O cientista político Ernesto Seidl, em seu artigo “A Construção de uma ordem: o exército brasileiro e o nascimento da meritocracia (1850 – 1930)”, (2005), destaca uma nova fase na evolução institucional militar brasileira:

Comumente apontada pela bibliografia¹⁴ afim como ponto de inflexão na estruturação da carreira militar, a série de modificações introduzidas no Exército a partir da metade do século XIX traduz nitidamente uma preocupação de se criar um padrão mais formalizado da profissão. Inspirados nas “modernas práticas europeias”, a lei e os regulamentos adotados pelo Exército Imperial em 1850 passavam progressivamente a vincular a ascensão na hierarquia a regras institucionais formalmente explicitadas. Desse modo, seguindo uma tendência de “modernização” experimentada pelos exércitos ocidentais – burocratização, critérios rígidos de ascensão interna, escolarização e tecnificação -, eram criadas medidas objetivamente destinadas a romper com os mecanismos até então “frouxos” e pouco objetivos de regulação hierárquica. Em outras palavras, apontava-se para a eliminação dos “vícios” personalistas e aristocráticos típicos do *ancien régime* imperial, essencialmente ancorado nas relações de privilégios estabelecidas entre o poder central e frações aptas a desfrutar de acesso e proximidade àquela esfera (proprietários fundiários, nobreza de origem europeia, burocracia “lusa” e brasileira) (Seidl, 2005:108).

Além da estruturação da carreira militar baseada, principalmente, no princípio da meritocracia, Seidl (2008:199), em seu artigo “Elites militares, trajetórias e redefinições Político-institucionais (1850-1930)”, revela a existência de uma prática, também comum, baseada no “emprego de relações pessoais como mecanismo importante para a ascensão profissional”.

A adoção formal do princípio do *mérito* (...) como critério universal e impessoal de ingresso e ascensão no oficialato, relacionado à aquisição de uma competência técnica fornecida pela escola, não representou, na prática, o estabelecimento de um padrão de recrutamento que excluísse outros princípios de hierarquização social (Seidl, 2008:199-200).

¹⁴ Entre outros, Motta (1976), Carvalho (1977), Castro (1990 e 1995) e Schulz (1994) *apud* Seidl, 2005, p.108).

Este modelo híbrido de ascensão na carreira militar era comum durante o período analisado por Ernesto Seidl, como lembra Garcia Jr. (1993:89), “o clientelismo é frequentemente descrito como uma sobrevivência de práticas políticas tradicionais, destinadas a desaparecer quando o Estado nacional é instalado”. Para Seidl:

Nessa linha de raciocínio binário, a coexistência entre instituições públicas racionalizadas de caráter universal (representação política e burocracias administrativas), situadas no topo do Estado, e o particularismo das clientelas locais, é interpretada como um momento de transição (Seidl, 2008:200).

Percebe-se um momento de ruptura, onde os processos burocráticos, racionalizados e baseados em regras universais – meritocracia – passam a ganhar mais peso. Desta forma, as fileiras abrem as suas portas para faixas menos aristocratizadas da população. Como explica Ferraz (1998:117): “jovens de pouca fortuna ganhavam acesso à carreira militar, tornando a força cada vez menos aristocratizada”.

De fato, este é um período de grandes transições, não somente no âmbito das instituições militares, mas na reestruturação da política nacional. Nesta fase histórica, clarifica-se um contexto de fortalecimento profissional, mas, sobretudo, a ascensão política das elites militares, o que influenciaria, de forma contundente, a mudança do regime de governo no Brasil.

Para Ferraz, o contexto político deste momento de transição, caracterizava-se pela ascensão dos militares à esfera política nacional, ao passo que a representação civil carecia, cada vez mais, de representatividade. “Enquanto a sociedade brasileira mantinha uma parcela insignificante de pessoas integradas ao processo político, o Exército, ao ‘proletarizar-se’ e aperfeiçoar-se profissionalmente, se politizava” (Ferraz, 1998:117).

Complementando o contexto histórico deste período, enumeramos diversos conflitos militares nos quais as Forças Armadas brasileiras estiveram envolvidas:

- 1842–1875 – Repressão militar a novas revoltas (Liberais, Praieira, Muckers e Quebra-Quilos).
- 1851–1852 – Guerra contra Oribe e Rosas é travada entre as tropas da Argentina e uma aliança formada pelo Brasil, Uruguai e províncias rebeldes da própria Argentina. Envolve mais de 100 mil soldados, nos dois lados da disputa, e deixa mais de 1.600 vítimas fatais.
- 1864 – Guerra contra Aguirre, em represália a invasões no sul do país por grupos uruguaios, envolve 6 mil homens.
- 1864–1870 – Invasão de Mato Grosso pelo exército de Solano López deflagra a Guerra do Paraguai, travada contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai). Maior conflito armado na América do Sul, envolve mais de 280 mil soldados, com 300 mil mortos paraguaios (incluindo civis) e 50 mil brasileiros. Lideranças militares brasileiras de destaque: Duque de Caxias, general Osório e almirante Tamandaré, famoso pela Batalha do Riachuelo.

Quadro 1: Conflitos Militares. Fonte: Senado Federal

A classe militar torna-se cada vez mais influente e descontente com relação à política nacional. A participação em diversos conflitos armados foi marcada por sucessivas vitórias, porém, bastante desgastantes para o efetivo. As Forças Armadas associam parte das dificuldades enfrentadas nos campos de batalha, à falta de apoio do Governo civil.

A participação na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e principalmente a sucessão de equívocos estratégicos, problemas logísticos e a omissão da classe política frente ao sacrifício de sangue dos combatentes contribuiu para o fortalecimento político dos militares, convencidos que a guerra fora ganha apesar dos políticos do Império. (...) Indispostos com a elite parlamentar civil, percebida como ociosa e inútil, os oficiais foram construindo gradativamente uma autoimagem institucional que, em contraste, valorizava suas qualidades de honestidade, culto à nacionalidade e imunidade à corrupção. (...) Interessados no progresso industrial, na abolição da escravidão, na moralização da política e do país, os militares brasileiros acalentavam crescentemente a ideia de intervenção como uma ação ao mesmo tempo modernizadora e instauradora de um espaço político ao qual a instituição faria jus, pela sua lealdade, disciplina, patriotismo e organização. (Ferraz, 1998:117-118).

A somatória de fatores contribuiu efetivamente para uma intervenção militar que culminou com o fim da Monarquia em 1889, quando o Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República e é o primeiro presidente militar do país. Ferraz (1998:118)

acrescenta que houve “uma mudança fundamental nas relações de poder entre as Forças Armadas e a sociedade brasileira: a partir de então, esta jamais poderia prescindir daquelas no jogo político”. Fato que veio a ser confirmado por meio de nove mandatos presidenciais sob o comando de militares, durante o século seguinte.

- Marechal Deodoro da Fonseca (1889–1891).
- Marechal Floriano Peixoto (1891–1894).
- Marechal Hermes da Fonseca (1910–1914).
- Marechal Gaspar Dutra (1946–1951).
- Marechal Castello Branco (1964–1967).
- Marechal Costa e Silva (1967–1969).
- General Garrastazu Médici (1969–1974).
- General Ernesto Geisel (1974–1979).
- General João Figueiredo (1979–1985).

Quadro 2: Presidentes militares. Fonte: Senado Federal.

Em continuidade à sequência cronológica dos acontecimentos, a história nos mostra que a “República da Espada” não se manteve no poder por muito tempo, vindo a sucumbir diante da influência das oligarquias regionais, que dominariam a cena política nas décadas seguintes. O panorama nacional da época é marcado por subdesenvolvimento em diversos aspectos, o que também inclui a infraestrutura militar. Ferraz (1998) traça o cenário vigente à época.

Retornando aos quartéis, as lideranças militares se deparavam com problemas institucionais que, na verdade, apenas repercutiam os principais problemas nacionais, como a falta de uma infraestrutura industrial, vital para a autonomia bélica, e os baixíssimos níveis educacionais e sanitários da população brasileira, que repercutiam na qualidade do recrutamento das tropas pelo Brasil. As questões fronteiriças que poderiam desencadear a ação efetiva da defesa externa foram resolvidas através da arbitragem, o que evitou desnudar a indigência bélica das Forças Armadas brasileiras na virada para o século XX (Ferraz, 1998:118).

Mediante este quadro de debilidade enfrentado pelo país na transição entre os séculos XIX e XX, surge uma nova fase da participação militar na construção da história política do Brasil. Desta vez, um movimento de cariz revolucionário é desencadeado, não pelas

elites militares, mas por oficiais de baixas patentes. É o início do movimento dos anos de 1920, conhecido como “Tenentismo”, no qual jovens oficiais, conscientes dessas debilidades e munidos de ímpeto modernizante, agiram de forma reacionária, voltando-se não apenas contra o sistema político, mas também, contra os superiores a ele coniventes. Esta “politização” se deve, em parte, pela experiência adquirida por jovens oficiais, por ocasião de investimentos em capacitação profissional. A instituição passou a enviar oficiais de baixas patentes para estágios no exterior e missões em estabelecimentos de ensino militar estrangeiras. Quanto a isto, Ferraz (1998:118) complementa: “Se essas medidas tiveram o mérito de reforçar os padrões profissionais do militar brasileiro, por sua vez politizaram mais ainda seus oficiais, que se viam como membros de um grupo político que reunia competência, organização e espírito de corpo”.

A ideologia deste movimento reacionário apoiava-se no pensamento de que a defesa nacional estava ameaçada pela fraqueza interna, tanto do país, quanto da própria instituição militar. Para Ferraz (1998):

A definição da missão militar tornava-se cada vez mais clara. Somente um país preparado economicamente e desenvolvido socialmente poderia defender-se com eficiência, assegurar sua soberania, desfrutar do respeito de outras nações e garantir sua participação nos processos decisórios globais. Mais que uma aspiração institucional, fortalecer o Exército e desenvolver a nação tornava-se um projeto político (Ferraz,1998:119).

O movimento tenentista, que reagia contra o descaso para com a defesa nacional a qual considerava ser o cerne do desenvolvimento do país, foi produto dessa profissionalização politizadora.

Puseram-se a marchar pelo país, fazendo a ‘propaganda armada da revolução’ e, ocasionalmente, entrando em combate contra os chefes políticos locais, forças policiais estaduais e mesmo o Exército regular. O fracasso deste em conter as ações de guerrilha da "Coluna Prestes", como ficou conhecida esta marcha que percorreu o Brasil de Norte a Sul entre 1924 e 1927, tornou flagrante a fraqueza tática e bélica das forças regulares terrestres (Ferraz,1998:119).

O grande esforço envidado no movimento gerou resultados à medida que atraiu o apoio de alguns seguimentos regionais da oligarquia¹⁵, nomeadamente aqueles que se opunham à hegemonia da aristocracia dos Estados cafeicultores.

Na impossibilidade de tomar o poder pela fraudulenta via eleitoral, esses grupos dissidentes civis vislumbravam com simpatia a via armada, logo batizada de "revolução". Foi estruturada, assim, a coalização da força militar dos tenentes e de algumas das lideranças mais antigas do Exército para derrubarem o governo e tomarem o poder, em 1930 (Ferraz,1998:119).

Mais uma vez a iniciativa dos militares derrubava o governo. Ficava clara a importância da instituição como parte integrante do poder estatal. “A instituição militar constituiu-se em variável fundamental, senão a mais importante, dos cálculos políticos do poder no Brasil. E agora, com a aquiescência e mesmo o estímulo de grupos da sociedade política civil para a ascensão ao poder” (Ferraz, 1998:120).

Os militares passaram a integrar a elite política nacional, influenciando processos que, em tese, não são de sua alçada. De acordo com Ferraz (1998:120), “qualquer deliberação governamental sobre as estruturas políticas do país, seu desenvolvimento econômico e industrial, sua política externa, tinha nos militares interlocutores interessados e assíduos”.

Portanto, o país estava, novamente, sob a influência do “militarismo”¹⁶, com destaque para sua substancial participação na política estratégica nacional. Ferraz faz uma observação interessante acerca disto:

A tradição de envolvimento da instituição militar brasileira na política é tão antiga que, muitas vezes, esquece-se de que houve tempos, como no século passado, em que os poderes civis exerciam o controle efetivo das Forças Armadas: Câmara e Senado discutiam e definiam as políticas militares, como o orçamento, recrutamento, organização estrutural, assim como as políticas de defesa interna e externa (Ferraz, 1998:116-117).

A “Era Vargas” (1930-1954), foi um conturbado período da história política brasileira, caracterizado por intensas disputas de poder. Neste cenário da política nacional,

¹⁵ 1930 – Movimento armado, com a participação de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, depõe o presidente Washington Luís e coloca no poder Getúlio Vargas.

¹⁶ Para Ferraz (1998:116), “este fenômeno, que podemos chamar de militarismo, não se circunscreve apenas aos golpes e governos militares, mas a todo conjunto de princípios, ações e valores que, característicos da instituição castrense, são extrapolados para a sociedade e seu sistema político”.

os militares mantiveram-se, sempre, como base do regime de governo, intervindo de forma decisória, em diversas ocasiões, conforme segue:

Em 1930, um movimento armado, com a participação de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, depõe o presidente Washington Luís e coloca no poder Getúlio Vargas. Este evento pôs fim à “República Velha” (1894-1930), também conhecida como política do “Café com Leite”, caracterizada pela hegemonia política dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Nesta ocasião, políticos mineiros e de outras oligarquias regionais, estavam descontentes com o expressivo favorecimento político destinado aos paulistas.

Em 1934, Getúlio Vargas assume seu segundo mandato como presidente do país e três anos depois, ainda como presidente, realiza um golpe de estado, instituindo o “Estado Novo”, que o manteve no poder, impossibilitando a sucessão presidencial.

Quanto a este período, Ferraz (1998:121) aponta para um cenário no qual “as Forças Armadas se tornaram o sustentáculo e o ponto de coesão do sistema político (...) tornara-se a fiadora e sócia do regime”.

Em discurso¹⁷ realizado em 1938, Getúlio Vargas diz:

As forças armadas, que eram e continuam a ser a única força nacional organizada, sentiram, nas suas reservas de civismo e nas suas resistências patrióticas, que, para salvar a Pátria, era preciso o apelo ao recurso extremo da reação contra um estado de cousas que nos ia conduzindo, vertiginosamente, à perda da nossa existência nacional, da nossa independência e da nossa soberania. O Estado Novo foi instituído por vós, e, para a sua sustentação, está empenhada a vossa responsabilidade.

Durante o Estado Novo, os militares ocupam cargos de grande dimensão política, como descreve Ferraz:

(...) ocupavam cargos e responsabilidades originalmente civis, como as direções do Conselho Nacional de Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia (1939), Comissão de Abastecimento (1939), Companhia Siderúrgica Nacional (1940), Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (1940), Coordenação de Mobilização Econômica (1942) e, obviamente, o Conselho de Segurança Nacional (Ferraz, 1998:122-123).

¹⁷ Discurso realizado no ano seguinte à instauração do Estado Novo, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Escola Militar (Rezende-RJ), hoje Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Fonte: Presidência da República.

Outro acontecimento de grande importância foi a participação das Forças Armadas brasileiras na Segunda Guerra Mundial.¹⁸ A experiência adquirida durante o conflito mudaria profundamente a forma de agir e pensar dos militares. Notadamente, os militares brasileiros tomaram como exemplo o seu aliado militar, os EUA, para apoiar suas ideologias e ambições no tocante ao futuro das próprias Forças Armadas e, também, do país. Surgia, dentro das Forças Armadas, a vertente política conhecida como “antinacionalismo” (que era antagônica ao “nacionalismo” de Vargas) e tinha como uma de suas bases ideológicas a aliança político-econômica com os norte-americanos.

A experiência da FEB¹⁹ deixou profundas marcas não só no grupo de oficiais que dela fizeram parte, como também na própria estrutura organizacional e doutrinária das Forças Armadas no Brasil. (...) a experiência de combate para seus membros foi de fundamental importância para mudar a mentalidade militar brasileira, tanto em termos de doutrina militar (mudança da postura militar defensiva para ofensiva) quanto em termos de direcionamento político (...). A preparação nas escolas militares americanas, a vitória no teatro de operações europeu contra um inimigo de respeitável tradição bélica, a convicção da necessidade de um aparato logístico e material, então impensáveis no Brasil dos anos quarenta, a confiança na amizade inabalável entre as duas nações aliadas, a certeza da descoberta do potencial brasileiro para o desenvolvimento, a invocação dos sucessos da livre-iniciativa e dos ideais da democracia representativa, a convivência de oficiais com a organização e a *establishment* militar norte-americano, foram, para os oficiais da FEB, uma verdadeira abertura de horizontes (Ferraz, 1998:122).

Embora o projeto de potência colidisse com a triste realidade econômica e social dos anos 40, a ideia de missão para o militar brasileiro passava a incorporar este plano de grandeza. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, as principais lideranças institucionais vislumbravam a adesão a alguma potência beligerante, para viabilizar os recursos necessários ao desenvolvimento autossustentado. A potência norte-americana acabou sendo a aliada à qual se direcionou a aspiração de desenvolvimento (Ferraz, 1998:121).

No centro do pensamento militar, estava a construção da macroestrutura de Defesa Nacional e a ideologia anticomunista. Como afirma Ferraz (1998:122), “na aglutinação dos interesses entre este Estado militarizado e as elites civis estava a base do que seria conhecido posteriormente como a vertente brasileira da Doutrina da Segurança Nacional: o projeto de viabilização do Brasil como potência militar e econômica, e o anticomunismo”.

¹⁸ 1942 – Brasil declara guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) e entra na 2ª Guerra Mundial. 1944 – Envio ao *front* italiano da Força Expedicionária Brasileira, que envolveu 25.334 homens. Fonte: Senado Federal.

¹⁹ Força Expedicionária Brasileira.

Em consonância com o pensamento de segurança nacional (também o anticomunismo), foi criada, em 1949, a Escola Superior de Guerra (ESG), a qual “traduziu institucionalmente a formação desses grupos” (Ferraz, 1998:123). Na ESG, reuniam-se elites militares e civis para cursos sobre Segurança Nacional. Seu maior impacto foi mais político que propriamente acadêmico, “foi o ponto de encontro de militares e civis para o debate e ação política a partir de algumas pautas em comum” (Ferraz, 1998:123-124). Em entrevista, o primeiro Comandante e organizador da ESG, general Cordeiro de Farias, lembra:

O impacto da FEB foi tal que voltamos ao Brasil procurando por modelos de governo que funcionassem: ordem, planejamento, finanças nacionais. Nós não encontramos este modelo no Brasil naquele estágio, mas decidimos procurar meios para encontrar o caminho no longo prazo. A ESG era um meio para isto, e a ESG brotou da experiência da FEB. (General Cordeiro de Farias. Entrevista, citada em Stepan, 1975:178)

Em 1945 Getúlio Vargas renuncia, em movimento apoiado por militares como Gaspar Dutra, Góis Monteiro e Eduardo Gomes. Observa-se que os militares continuam, de certa forma, “ditando as regras do jogo”, uma vez que, as mesmas forças que colocaram Vargas no poder, agora são responsáveis por sua queda. A destituição de Getúlio Vargas, pelos militares, foi uma reação contra as políticas nacionalistas implantadas pelo “Estado Novo”. Os militares julgavam “as mobilizações de massas”, assim como os “discursos de cunho populista de Vargas”, como uma ameaça à ordem social (Cf. Kunhavalik, 2009).

A tentativa por parte de Vargas de mobilizar o operariado era incompatível com a organização militar de então, já muito modificada na sua estrutura e no que tange a questões ideológicas e de poder político. Na deposição de Vargas em outubro de 1945 houve a participação conjunta das três Armas. (Kunhavalik, 2009:88)

José Murilo de Carvalho complementa a informação:

Foi o primeiro golpe planejado pelos três estados-maiores. De fato, para efetivar a deposição foi criado o embrião do que seria posteriormente o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). As vozes discordantes ou estavam em escalões inferiores ou não tinham condições de se manifestar. Foi uma ação típica do ideal de Góes: a corporação agindo como um todo, pela voz da hierarquia. (Carvalho, 2005:112)

No ano seguinte ocorre novo sufrágio e o Marechal Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente (1946 – 1951). Após este governo, Vargas é eleito, por voto direto, para mais um mandato presidencial. Neste período, as próprias Forças Armadas travavam uma batalha ideológica interna, onde podemos dividi-las em dois grupos: Os “nacionalistas”, considerados, politicamente, como “esquerdistas” ou para-comunistas, e os “antinacionalistas”, que eram contrários às políticas nacionalistas adotadas por Getúlio Vargas. José Pedro Kunhavalik define, de forma geral, o pensamento político-ideológico dos setores antinacionalistas da década de 1950.

Os antinacionalistas posicionaram-se contrários a uma intervenção direta do Estado no processo industrial, no estilo adotado por Vargas. Política adotada desde o Estado Novo e, mais tarde, na gestão de Vargas nos anos 1950. Os antinacionalistas defenderam a abertura do país ao capital estrangeiro objetivando o processo de industrialização, bem como eram favoráveis ao desenvolvimento econômico nacional associado aos Estados Unidos. Também eram contrários à participação dos trabalhadores nas decisões políticas e tinham uma postura política radicalmente contrária ao getulismo e àqueles que eram considerados seus herdeiros políticos (Kunhavalik, 2009:20).

Vale comentar que muitas autarquias nacionais e outros órgãos do governo estavam sob liderança de autoridades militares, conforme cita o historiador Frank Mc Cann:

Em meados da década de 50, era comum encontrar militares como ministros dos Transportes e de Obras Públicas, ou da Agricultura; Governadores de Estados e de Territórios; Chefes da Polícia estaduais; presidentes da Petrobrás, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Comissão Nacional de Rádio, da Comissão da Marinha Mercante e da Comissão de Energia Atômica; diretores da Rede Ferroviária Federal, dos Correios, da Fábrica Nacional de Motores e do Banco de Desenvolvimento. Oficiais serviam como membros do Conselho Nacional do Petróleo, de grupos de Desenvolvimento Regional e Nacional, de Juntas de estudos econômicos e da Comissão sobre a exportação de materiais estratégicos (Mc Cann, 1982:103).

Por razões políticas e ideológicas da oposição conservadora, a “crise” era apresentada como resultante do excessivo grau de intervenção do governo nos assuntos econômicos, revelador da “tendência socializante” do mesmo e da má gestão da política monetária e cambial (reveladora de sua “incompetência”). (Bielschowsky, 1996:367)

O governo de Vargas estava em crise; os militares e grupos civis (principalmente aqueles ligados à União Democrática Nacional-UDN) articulavam planos para depor o presidente. Foi então que o episódio conhecido como “Atentado da Rua Tonelero” abalou,

ainda mais, o cenário político nacional. O Atentado da Rua Tonelero é o nome dado à tentativa de assassinato cometida contra o jornalista e político Carlos Lacerda, ocorrida na madrugada do dia 5 de agosto de 1954, em frente à sua residência, na rua Tonelero, em Copacabana, Rio de Janeiro. Lacerda foi ferido no pé, porém, o Major Aviador Rubens Vaz (Designado pela Aeronáutica para prover a segurança pessoal de Carlos Lacerda, pois, como opositor ferrenho a Vargas, estava sob ameaça) foi alvejado fatalmente. As investigações, rapidamente, apontaram o envolvimento de agentes ligados ao governo Vargas. O cerco estava se fechando e a situação do presidente tornava-se insustentável. Os militares, principalmente a Aeronáutica, exigiam, incondicionalmente, a renúncia do presidente, sob pena de deposição. Porém, Vargas se recusava a ceder e teria dito: “Daqui, só saio morto”. O caso ganhou grande repercussão pública e entrou para a história como o marco da queda do presidente Getúlio Vargas, culminando com seu suicídio dezoito dias depois.

Em meio à crise e a pressão política que se abatia sobre seu governo, Getúlio Vargas comete suicídio no dia 24 de agosto de 1954, adiando uma provável intervenção militar.

João Fernandes Campos Café Filho (Vice-Presidente) assumiu a presidência em virtude do falecimento do titular, entre 24.08.1954 e 03.09.1954. O período compreendido entre agosto de 1954 (morte de Vargas) e janeiro de 1956, foi uma fase de transição, na qual o país assistiu a troca de três Presidentes da República. Em 31 de janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek de Oliveira toma posse da Presidência, após vencer eleições diretas. Seu mandato é cumprido sem intervenções, sendo substituído, novamente por via eleitoral, em janeiro de 1961 por Jânio da Silva Quadros que, após sete meses de mandato, renuncia ao governo.

Jânio Quadros submete sua renúncia ao mandato presidencial que é prontamente aceita pelo Congresso Nacional. O Vice-Presidente não assumiu, pois seu nome foi vetado pelos Ministros Militares. O Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assume o poder, como substituto legal, no dia 26.08.1961, no Palácio do Planalto e governa o País por alguns dias. (Presidência da República, 2014)²⁰

²⁰ Biblioteca da Presidência da República, Ex-Presidentes, Jânio da Silva Quadros. www.biblioteca.presidencia.gov.br/

No dia 08 de setembro de 1961, João Belchior Marques Goulart²¹ toma posse na Presidência da República. Na mesma sessão, toma posse o Primeiro Gabinete Parlamentarista do Brasil.

Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, João Goulart, ou Jango, como era conhecido, foi empossado na presidência da República, em 7 de setembro, após a aprovação pelo Congresso da emenda constitucional que instaurou o regime parlamentarista de governo. Em janeiro de 1963, com a realização do plebiscito que decidiu pela volta do regime presidencialista, Goulart assumiu plenamente os poderes de presidente. (Presidência da República, 2014)²²

2.3. O “Golpe Militar de 1964”

Portanto, o quadro que levaria ao golpe militar de 1964, vinha sendo desenhado há décadas, culminando na reunião de fatores que integrariam um contexto propício para este acontecimento. Como foi dito, as Forças Armadas reuniram recursos diversos e tornaram-se uma das maiores, senão a maior elite política e intelectual do país. Seus domínios estendiam-se para além dos quartéis, ocupando postos e cargos civis no setor público e também no setor privado, como afirma Ferraz (1998:125): “com a procura, cada vez maior, por técnicos e pessoal com experiência gerencial e administrativa, os oficiais também foram adentrando, como diretores e/ ou acionistas de companhias privadas”.

Neste sentido, é reveladora, na trajetória do alto oficialato entre 1945 e 1964, a formação de um grupo com pontos em comum na carreira: ter sido expedicionário, ter cursado escolas militares no exterior, principalmente nos Estados Unidos, e ter sido estagiário e/ ou membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra. Permeando esta trajetória, o ativo contato com elites empresariais brasileiras e mesmo estrangeiras, o casamento de interesses, a união de forças políticas em comum (Ferraz, 1998:125).

Para Martins Filho (2003) não se sustenta a ideia de que os militares teriam um papel secundário em relação às elites políticas civis, no que se refere à evolução de suas ideias, e nem quanto à sua participação política.

²¹ João Goulart foi eleito Vice Presidente de Jânio Quadros. Vale salientar que pertenciam a chapas políticas diferentes. Nesta época, o presidente e o vice eram eleitos separadamente.

²² Biblioteca da Presidência da República, Ex-Presidentes, João Belchior Marques Goulart, Biografia / Período Presidencial. www.biblioteca.presidencia.gov.br/

Ferraz (1998:126) complementa: “Aglutinados progressivamente, os grupos da elite militar e civil identificados pelos ideários da Guerra Fria e do desenvolvimento capitalista multinacional-associado, constituíram-se nos principais agentes da preparação e consolidação do golpe de Estado de 1964”.

Após o golpe militar, Paschoal Ranieri Mazzilli, então Presidente da Câmara dos Deputados, é convocado pelo Congresso Nacional a assumir provisoriamente a Presidência da República, cujo cargo ficou vago após a vitória do Movimento Revolucionário de 31 de março de 1964. Em 15 de abril de 1964 transmitiu o cargo ao primeiro “Governo da Revolução”, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. A partir de então, o Brasil iniciava um período de regime militar que perduraria pelos próximos vinte e um anos. Durante este período, o país foi governado por cinco presidentes militares, todos eles Generais do Exército. A sucessão presidencial ocorria por indicação do alto comando das Forças Armadas.

- Política, Economia e Sociedade durante o Regime Militar (1964-1985)

Tomamos a análise destas esferas, como a forma mais representativa para entendermos o quadro geral desta época, principalmente, para entendermos como a sociedade foi afetada pela gestão militar. Interessa-nos apontar inclinações políticas, modelos econômicos e medidas sociais, assumidos durante este período. Além disso, buscamos identificar possíveis benefícios, assim como malefícios, gerados à sociedade brasileira, em função das ações do governo ou a seu serviço.

A análise do historiador Francisco César Alves Ferraz, quanto ao período subsequente à revolução de 1964, aponta para a ainda existente dualidade ideológica dentro das fileiras militares. Esta dupla linha de conduta afetará as decisões em diversos momentos, o que causará impacto direto às esferas supracitadas.

Passada a euforia do golpe vitorioso, pelo menos duas alas sobressaíram-se na tentativa de garantir a hegemonia dentro do aparelho militar e fora dele. De um lado, o grupo de oficiais de alguma maneira identificados com a Escola Superior de Guerra (ESG), que tendia a perceber o controle militar direto do aparelho do Estado como algo passageiro, com prazos fixados para conclusão do "saneamento" da política e do Estado brasileiro. Era o grupo que desfrutava de relações mais sólidas com a tecnocracia civil e o empresariado nacional e multinacional-associado. De outro lado, grupos diversos de oficiais, que possuíam em comum com os primeiros a aversão ao

comunismo, mas diferenciando-se claramente daqueles ao postular políticas de cunho mais nacionalista (especialmente no tocante aos recursos naturais) e nas práticas da mais violenta repressão política (Ferraz, 1998:126-127).

A pesquisa histórica do período revela que era comum a sobreposição institucional, ou seja, em muitos aspectos, “a participação política das Forças Armadas estava tão impregnada em sua concepção de missão profissional que institucionalmente os limites entre a política dentro do quartel e aquela do lado de fora se esvaeciam” (Ferraz, 1998:127). Os próprios problemas dentro da instituição militar confundiam-se com “quaisquer problemas da nação, dada à abrangência holística da doutrina de Segurança Nacional” (Cf. Ferraz). E, “devido a um corpo doutrinário que militarizava o todo social, a instituição militar acabava por ser confundida com o governo que então dirigia” (Ferraz, 1998:127).

A influência da instituição militar no exercício do governo de Castello Branco era evidente. Sendo seu mandato presidencial marcado por pressões que partiam da própria instituição castrense, eram os militares conhecidos por “linha dura”, que apoiavam a candidatura do General Costa e Silva para a sucessão presidencial de 1967.

Na economia, o mandato de Castello Branco (1964-1967) ficou caracterizado pela política anti-inflacionária e pela retomada do crescimento econômico, principalmente através da abertura aos investimentos estrangeiros e do incentivo à modernização da indústria brasileira.

Com os militares, essas medidas poderão ser tomadas com mais desenvoltura sem constranger os nacionalistas ligados em sua maioria ao getulismo. Mas, para tanto, era preciso criar e aperfeiçoar os mecanismos econômicos com vistas a incentivar a entrada dessas empresas no país, acelerando a substituição de importações e modernizando o parque industrial nacional. Para o bem ou para o mal, o governo Castello gastou grande parte de suas energias para colocar em prática um conjunto de reformas econômicas que criassem esse ambiente mais aconchegante ao capital estrangeiro (Tanaka e Salis, 2004:5).

Em 1967 o Alto Comando das Forças Armadas designa o General Costa e Silva para a sucessão presidencial, o que caracteriza a força da “linha dura” dentro da hierarquia militar, pois foi o nome escolhido pela ala mais radical das Forças Armadas. Segundo Tanaka e Salis, era um sinal de que os ditos “moderados” estavam perdendo o controle nesta disputa interna de forças. “O golpe de 64, que visava tão somente manter a normalidade política até as eleições que ocorreriam no ano seguinte, passou a caminhar por

rumos cada vez mais obscuros e incertos” (Tanaka e Salis, 2004:6). Sobre esta fase de implantação do regime militar, Ferraz acrescenta outros aspectos:

Os espaços de poder político eram ampliados para os militares não apenas no Governo Federal, mas também nos comandos e chefias das polícias estaduais, secretarias estaduais de segurança pública e, mais grave, em grupos paramilitares de ação anticomunista, caracterizados pela extrema violência aos direitos humanos e pela larga autonomia dentro da instituição (Ferraz, 1998:127).

O governo de Costa e Silva (1967-1969) ficou marcado pela entrada em vigor do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). Conforme Tanaka e Salis (2004:7), “o AI-5 tornou-se o próprio símbolo da ditadura pela sua ferocidade e pelos dispositivos que colocavam todo o poder, na prática, nas mãos do presidente da República”. Em 1969 o AI-5 alcança esferas da sociedade como a imprensa, o Congresso, as universidades, os sindicatos etc. “A escalada da violência, tanto por parte do governo como dos grupos de oposição, estava apenas começando” (Tanaka e Salis, 2004:7).

De fato, é nesta fase que surgem e se intensificam, tanto a luta armada por parte dos opositores de esquerda, quanto os atos repressivos da ditadura. O governo militar reforça o aparelho de informações do Estado, criando algumas das mais conhecidas organizações repressoras, como foi o caso do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

As reformas econômicas implantadas no governo de Castello Branco sedimentam-se nas duas gestões seguintes, gerando resultados positivos e favorecendo, principalmente, as classes média e alta. Este período foi chamado de “Milagre Econômico”, numa comparação com a recuperação econômica ocorrida em países devastados na Segunda Guerra Mundial, como o Japão e a Alemanha. Outro resultado das medidas econômicas implementadas foi o endividamento do país. Durante “os governos de Costa e Silva e, mais intensamente, de Médici, o elevado endividamento externo serviu para financiar grandes obras nos setores de infraestrutura tais como transportes e energia” (Tanaka e Salis, 2004:10).

No plano interno, os governos de Costa e Silva e, mais especialmente, Médici, aproveitaram-se das condições favoráveis proporcionadas pelas reformas realizadas por Castello Branco no sentido de fornecer ao país um modelo mais racional de tributação, financiamento à iniciativa privada e contenção dos movimentos sindicais através de uma política salarial controlada diretamente pelo governo (...) mecanismos

de acumulação e transferência de capital que permitiram uma rápida expansão das atividades econômicas, absorvendo a classe média ao mercado consumidor de bens de consumo duráveis e possibilitando às classes mais abastadas o consumo de bens mais sofisticados (...) (Tanaka e Salis, 2004:10).

Quanto a este período, Ferraz (1998:127-128) observa que o "Milagre Econômico" ocorre simultaneamente com a repressão sistemática aos grupos armados de esquerda, "que ao lutar contra um governo ditatorial, na verdade lutavam contra a instituição militar". Portanto, o governo de Garrastazu Médici fica caracterizado pela expansão da economia e, também, pelo auge da política de repressão.

De acordo com Ferraz, "com a crise mundial de 1973, o projeto militar do "Brasil-Potência" começou a naufragar, e com ele afundava também o apoio político que restava de segmentos importantes da sociedade civil".

Acostumada a perceber os militares brasileiros de maneira instrumental, as elites políticas civis não introjetaram nem endossaram completamente a doutrina de Segurança Nacional.

As vozes contra o regime, antes limitadas aos vários agrupamentos de esquerda e centro-esquerda, e devidamente abafadas, senão silenciadas, agora tinham a companhia daqueles que viviam à sua sombra, e que súbita e ruidosamente proclamavam-se a favor do fim da ditadura militar, da retomada das liberdades democráticas e do restabelecimento dos direitos civis.

Para as Forças Armadas brasileiras - e principalmente para o Exército, sua Arma politicamente hegemônica - a situação no início do governo Geisel, em meados dos anos setenta, mostrava-se extremamente preocupante. A luta pelo exercício do poder no regime militar proporcionou tantas divisões políticas internas às Forças Armadas, que colocavam em xeque sua unidade, disciplina e capacidade operacional para as funções às quais foram profissionalmente preparadas. Somado a esse problema, cada vez mais isolada da sociedade, a instituição militar percebia que seria a única a arcar com o ônus de equívocos e crimes dos quais seus antigos parceiros civis de governo estavam tentando distanciar-se.

Frente a todos esses problemas, a "Política de Distensão" do governo do general Geisel visava por um lado garantir a autoridade central sobre as Forças Armadas, e por outro preservar um espaço de ação para os militares na política brasileira.

O primeiro objetivo foi, institucionalmente, mais difícil. O projeto de distensão política, levada a termo por militares do grupo do general Castello Branco (na maioria,

ligados à ESG), implicava manobrar internamente de maneira a isolar os grupos da "linha-dura" e restabelecer a autoridade e comando central sobre a corporação. Foi um processo completado apenas no governo do general seguinte, João Figueiredo, e ainda com alguns incidentes de certa gravidade, como atentados e explosões de bombas contra objetivos "de esquerda", executados por membros dos órgãos de repressão e da "comunidade de informações".

O segundo objetivo consistiu na execução das fórmulas "máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável" e "descompressão lenta, gradual e segura".

A censura foi sendo paulatinamente suprimida e a anistia aos crimes políticos incluiu tanto os participantes da luta armada quanto aqueles que, na sua repressão, teriam cometido diversos crimes contra os direitos humanos.

O mais importante a sublinhar é que os espaços fundamentais de poder político-institucional permaneceram, garantindo razoável poder de tutela aos comandantes das Forças Armadas, secundados pela chamada "Comunidade de Informações", então mais forte do que nunca.

Do ponto de vista militar, as dificuldades se ampliavam, pois as vozes das manifestações das ruas não diferenciavam os militares ocupantes do poder político da instituição como um todo.

A imagem pública da instituição militar estava bastante desgastada. Mais do que nunca, era preciso deixar o governo, sem perder, porém, o poder político.

2.4. O fim do Regime Militar

Em 1985, sai voluntariamente do palácio Presidencial o último general-presidente, abrindo o caminho para a ascensão do primeiro presidente civil após 21 anos de regime militar. Embora não gozassem do mesmo *status* político, os militares conseguiram manter seu poder institucional.

José Sarney assume o governo de forma imprevista após a morte do candidato oficial Tancredo Neves que, em virtude de sérios problemas de saúde, foi internado às vésperas de ser empossado como presidente, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985. Com isto, a incumbência pela transição democrática ficaria sob a responsabilidade de um dos políticos

civis mais atuantes do período da ditadura militar, quando ocupou os cargos de presidente dos partidos²³ de apoio ao governo militar. A gestão de Sarney destacou-se pela implantação de projetos econômicos como o Plano Cruzado seguido pelo Plano Bresser, Plano Verão e culminando no Plano Cruzado Novo. Apesar dos fracassos na tentativa de conter a inflação que assolava o país, pode-se destacar a vitória política obtida com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Apesar da fraca base política, Sarney apoiou seu governo nas Forças Armadas. Em troca, a instituição militar teria suas principais aspirações atendidas. O que se pode constatar é que muitos aspectos do regime anterior permaneceram ou pouco se alteraram. Como foi o caso da manutenção dos seis ministérios militares²⁴, assim como a prerrogativa dos comandantes militares de emitirem pronunciamentos sobre problemas de ordem política e social do país. Outro importante sinal da ainda proeminente participação dos militares no cenário político nacional, deu-se durante os debates e deliberações da Assembleia Nacional Constituinte, quando as principais demandas militares foram mantidas na Constituição, explicitando um dos mais poderosos e atuantes grupos de pressão da Assembleia Constituinte. Conforme Castro e D'Araújo (2001:18), dentre os anseios militares, foram mantidos, por exemplo, “o serviço militar obrigatório, que interessava principalmente ao Exército, e a manutenção do controle da aviação civil, ponto de honra para a Aeronáutica. [...] havia também posições contrárias a mudanças no *status quo*: contra a criação, naquele momento, do Ministério da Defesa”.

Os avanços mais notáveis na relação Forças Armadas-Sociedade Civil ocorreram no governo seguinte, no qual o novo presidente Fernando Collor de Mello extinguiu o Serviço Nacional de Informações e retirou o estatuto ministerial do Estado-Maior das Forças Armadas e da Casa Militar. Verificou-se que ocorreram, simultaneamente, por um lado, a tentativa do presidente em impor sua autoridade civil às Forças Armadas e, por outro lado, a demonstração de respeito ao poder civil manifestado pelos ministros militares, em clara oposição aos seus predecessores. Definitivamente, os militares deixavam de interferir nas decisões civis. E o exemplo mais claro disto e que é considerado por Ferraz (1998:131) “um divisor de águas na relação entre Forças Armadas e política no Brasil” foi a não intervenção dos militares no processo de *impeachment* de Fernando Collor, acusado de corrupção.

²³ José Sarney foi presidente da Arena e do PDS, os dois partidos de sustentação do regime militar.

²⁴ Exército, Marinha, Aeronáutica, Estado-Maior das Forças Armadas, Casa Militar e Serviço Nacional de Informações.

Durante as semanas em que o processo ocupou a atenção da opinião pública, o país foi surpreendido pelo silêncio institucional das Forças Armadas. Foi um feito inédito: numa das crises de maior envergadura na história política brasileira contemporânea, as Forças Armadas não interviram, limitando-se a pronunciar, publicamente, seu respeito aos procedimentos jurídicos e constitucionais de impedimento e substituição do presidente. (Ferraz, 1998:131)

Quanto a este período que sucedeu o fim do regime militar, Ferraz (1998:132) aponta que “a ordem política interna, embora mantenha ainda sua importância, deixou de ser a prioridade da ação militar”. E, em 1998, ainda se acreditava que a instituição militar não havia se “apolitizado” totalmente, no entanto, “sua ação está bem distante da tutela e autonomia institucional que caracterizou o aparelho militar em anos anteriores”. E complementa afirmando que, “em relação às Forças Armadas, as perspectivas atuais indicam que o padrão anterior de envolvimento e intervenção institucional na política brasileira chegou ao seu ponto de exaustão nos anos que se seguiram ao final do regime militar”. Esta ideia é compartilhada por Castro e D’Araújo (2001:28), ao afirmarem que “a atuação dos militares nessa conjuntura marcou um momento importante nas relações entre a instituição e um Estado democrático”. Eles complementam dizendo que, “ao romper com uma tradição intervencionista de longa duração, criaram um fato concreto que pode ser visto como momento fundador de uma nova fase no comportamento político das Forças Armadas”.

De fato, o que se percebe nos anos posteriores foi uma gradual e constante profissionalização da classe militar, além do reconhecimento da posição da instituição Forças Armadas dentro de um cenário claramente democrático que exige a subordinação do poder militar à sociedade pela qual é mantida. As Forças Armadas passam de antagonistas para ocupar uma posição de destaque dentro do cenário democrático, onde cumpre com clareza suas atribuições constitucionais, atendendo as demandas da sociedade, na medida em que é requerida.

2.5. Forças Armadas Brasileiras: Atualidade

Ocorreriam nos mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, as últimas macro mudanças na estrutura das Forças Armadas, nomeadamente a criação do Ministério

da Defesa em 1998, no qual os três comandantes de forças estariam subordinados, pela primeira vez, a um ministro civil. Neste caso, os comandantes militares perderam o estatuto de ministros. O que pode ser considerado por muitos como uma tentativa de reduzir a influência dos militares no panorama político nacional, também pode ser visto como a criação de um modelo de comando e controle mais avançado e utilizado em diversas outras nações democráticas. E, deixadas as conjecturas ideológicas para trás, a criação do Ministério da Defesa parece forçar a coexistência operacional entre as forças. Fato que pôde ser comprovado com a crescente utilização de ferramentas de comando conjunto, principalmente por ocasião de exercícios, operações e manobras militares orquestrados no âmbito do Ministério da Defesa.

Atualmente, no que se refere às três forças e ao Ministério da Defesa, verificamos uma situação de estabilidade institucional bastante sólida, onde cada órgão busca seguir o que lhe é preconizado, demonstrando pleno conhecimento de suas atribuições. Sejam operando como forças singulares, ou como integrantes de um comando conjunto, as ações das Forças Armadas seguem, estritamente, o previsto nas leis do país.

A despeito dos “revanchismos²⁵” cultivados em função do regime militar outrora em vigor, observa-se, após 30 anos do fim da ditadura, a plena e harmônica atuação de civis e militares em favor da missão constitucional de defender a pátria. Para além desta designação constitucional primária, as Forças Armadas, sob a subordinação do Ministério da Defesa, têm atuado fortemente em tarefas consideradas subsidiárias, como o apoio efetivo e constante à população nos casos de catástrofes naturais, necessidade de construção e recuperação de obras de infraestrutura, atendimento à população em localidades de difícil acesso, entre muitas outras.

²⁵ Existem, ainda hoje, fortes grupos de pressão favoráveis à revogação da “Lei da Anistia”, que incide sobre militares e civis acusados de atos criminosos ou subversivos, durante o regime militar.

3. CONTEXTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo enumeramos as principais teorias e constructos utilizados, bem como propomos as relações existentes entre eles, o que equivale a uma explicação das ideias e conexões que estruturam o próprio mapa de variância. Este capítulo procura apresentar a própria essência da pesquisa. E começa com a pergunta: *Que fatores podem estar envolvidos na construção e variação do índice de confiança de uma instituição pública?*

Para responder esta questão, recorreremos às teorias da comunicação, especialmente as que se referem aos *mass media*, às pesquisas de opinião pública e à análise documental, o que nos permitiu visualizar este estudo em duas partes, uma de cariz qualitativo, que aborda questões relacionadas à construção da confiança da sociedade brasileira em uma instituição do Estado, ou seja, elementos que são arraigados e sedimentados com o tempo e que criam no cidadão uma percepção duradoura, e uma parte com predominância quantitativa, que procura medir os efeitos dos meios de comunicação de massa sobre o público. Para este estudo, trabalhamos com a hipótese de que algumas variáveis quantitativas estão presentes na construção da confiança nas Forças Armadas, assim como o conteúdo divulgado pelos *media*, pode causar variação na formação da opinião pública, no que tange à confiança que deposita em uma instituição.

O foco central deste trabalho incide sobre a confiança nas Forças Armadas do Brasil e, de acordo com a divisão pré-estabelecida, conta com duas vertentes que, dentro de um contexto histórico e cultural, convergem para fundamentar e dar sentido à pesquisa. São elas: a construção e manutenção de altos percentuais de confiança, ou seja, uma percepção sedimentada com o tempo, e a brusca variação destes percentuais, que está relacionada à reação do público para com os temas abordados pelos *mass media* num intervalo limitado de tempo.

Efeitos a longo prazo *versus* efeitos imediatos, influência duradoura *versus* conversão de opinião. Sedimentação de altos índices de aceitação com o passar do tempo ou efeitos imediatos que um discurso pode ocasionar na percepção do receptor? Esta dicotomia teórica rege a pesquisa.

Ao ser analisado por este prisma, a revisão histórica - documental - literária e o estudo dos efeitos da comunicação de massa sobre a opinião pública nos oferecem dois caminhos: o primeiro diverge para percepções duradouras, o segundo para percepções

imediatistas. A problematização desta pesquisa propõe uma convergência dessas duas vertentes, onde a primeira estaria ligada ao processo de construção da percepção de confiança nas Forças Armadas, neste caso, sedimentada ao longo do tempo, e a segunda estaria relacionada aos picos de variação do índice de confiança *ICJBrasil*, neste caso, efeitos rápidos.

Esta bifurcação teórica também nos oferece outra forma de entender a necessidade da metodologia mista para este estudo, uma vez que os efeitos cumulativos tem a função de compor o quadro conceptual relativo à construção dos altos índices de confiança nas Forças Armadas, compondo boa parte da porção qualitativa da pesquisa, ao passo que, os estudos acerca dos efeitos a curto prazo serão abordados com cariz mais quantitativo, desta forma, se pretende levantar e analisar sistematicamente o conteúdo mediático relacionado.

3.1. *Communication Research*: Evolução, Possibilidades e Limitações

Neste subcapítulo, reunimos diversas das principais teorias relacionadas aos meios de comunicação de massa. Interessa-nos identificar a evolução da pesquisa, levando-se em conta o contexto social de cada momento. O principal objetivo é reunir as principais tendências e derivações das pesquisas com a dupla finalidade de absorver conhecimento e formar uma base teórica que possa alinhar com a nossa própria pesquisa. Ao trilharmos o percurso evolutivo das teorias dos *mass media*, compreendemos de forma mais clara os novos caminhos e tendências da pesquisa atual. Por fim, poderemos confrontá-las em nosso trabalho.

O termo *communication research* sintetiza uma longa tradição de estudos dos meios de comunicação de massa. A pesquisa neste campo do conhecimento é extremamente complexa e transformativa. Ela percorreu os problemas que iam surgindo, atravessando panoramas diversos e multidisciplinares, acumulando hipóteses e novas formas de abordagens. Wolf (2009:13) afirma que “daí resultou um conjunto de conhecimentos, métodos e pontos de vista tão heterogêneos e discordantes que tornam não só difícil, mas por ventura também insensata, qualquer tentativa para se conseguir uma síntese satisfatória e exaustiva”.

Como podemos observar, a *communication research* nos abre uma panóplia de possibilidades, por meio de diversas teorias, ao passo que nos limita pela sua

complexidade, uma vez que abarca um conjunto de inúmeras variáveis as quais não conseguimos controlar e, portanto, torna-se quase impossível alcançarmos o pleno rigor exigido para a validação de pesquisas nesse campo. Porém, apesar de sinuoso, o caminho trilhado pelos estudos da comunicação de massa apontou para a estabilização de certas tendências teóricas, como Wolf (2009:13) retrata: “Se, todavia, se renunciar a seguir todas as correntes de pesquisa para se expor apenas as tendências mais difundidas e consolidadas daquilo que, neste complexo domínio, se transformou ou está a transformar em tradição de estudo, a tentativa parece então ser possível”.

Nas próximas páginas, buscamos, de forma resumida, adentrar nas principais teorias da *communication research*, especificamente aquelas que, no nosso ponto de vista, geram mais valia para esta pesquisa.

A longa tradição de estudos sobre os efeitos da comunicação de massa nos apresenta uma evolução com o passar das décadas e está atrelada às mudanças sociais e tecnológicas. A busca pelos estudos relativos aos efeitos, dos quais tomamos a liberdade de chamar de “efeitos de curto prazo”, nos levou inicialmente a um período histórico coincidente com as duas grandes Guerras Mundiais, anterior ao próprio surgimento da *communication research*, quando houve um incremento exponencial das comunicações de massa, o que atraiu a atenção de estudiosos de diversas áreas do conhecimento. Neste contexto, surge a teoria hipodérmica²⁶ cuja síntese foi representada por Wrigth (1975:79) na frase: “cada elemento do público é pessoal e diretamente atingido pela mensagem”. Wolf (2009:21) monta sua análise ordenada segundo premissas, das quais também faremos uso para melhor entendermos a essência desta teoria. A primeira premissa diz respeito ao *contexto social, político e econômico em que um determinado modelo teórico sobre as comunicações de massa apareceu ou se difundiu*.

A teoria hipodérmica teve sua origem apoiada num contexto onde a sociedade era considerada “de massa”. Para alguns estudiosos, o surgimento das sociedades de massa pode ser agregado a avanços recentes como a industrialização, a evolução dos meios de transporte e da atividade comercial, além do surgimento de ideais como igualdade e liberdade. Conforme explica Wolf (2009:24), associou-se a este conjunto de fatores, “a perda da exclusividade por parte das elites que se veem expostas às massas” e “o

²⁶ Teoria Hipodérmica: também denominada *bullet theory* (Schramm, 1971 *apud* Wolf, 2009:26). Muitos autores não a consideram parte da *communication research* em função da inexistência de estudos empíricos à época.

enfraquecimento dos laços tradicionais (família, comunidade, associações de ofícios, religiões, etc)”, que “contribuíram para afrouxar o tecido conectivo da sociedade e para preparar as condições que conduzem ao isolamento e à alienação das massas”. Nesta perspectiva, Ortega e Gasset (1930:8) definem a massa como “tudo o que não se avalia a si próprio – nem no bem, nem no mal – mediante razões especiais, mas que se sente ‘como toda a gente’ e, todavia, não se aflige por isso, antes se sente à vontade ao reconhecer-se idêntico aos outros”. Ao assumir esta postura, o homem desce para um degrau social antropológico, “onde tudo o que é diferente, singular e individual, subverte-se” (Ortega e Gasset, 1930:12). Simmel (1917:68) apresenta uma análise diferenciada no que tange a dinâmica entre indivíduo e a massa, ele nos dá a ideia de que a sociedade de massa é uma nova organização não apoiada na individualidade daqueles que a compõe, mas somente nas interseções comuns a todos os membros, o que equivale “às forças mais primitivas e ínfimas da evolução orgânica”.

Daí que sejam banidos deste nível todos os comportamentos que pressupõem a afinidade e reciprocidade de muitas opiniões diferentes. As ações da massa apontam diretamente para o objetivo e procuram atingi-lo pelo caminho mais curto, o que faz com que exista sempre uma única ideia dominante, a mais simples possível. (Simmel, 1917:68).

Wolf (2009:25) complementa dizendo que a as pessoas que compõem a massa não se conhecem, estão separadas fisicamente e têm poucos recursos para exercer uma ação ou influência recíprocas. Para ele, “partindo do ponto de vista dos estudos sobre os *mass media*, essa característica do público dos meios de comunicação constitui o principal pressuposto na problemática dos efeitos”.

Por fim, ainda considerando a premissa da influência do contexto social, aludimos o aspecto observado por Blumer (1936 e 1946 *apud* Wolf, 2009:25) que acrescenta que, para além do isolamento da pessoa na massa desorganizada, os indivíduos inseridos nela estão expostos a “mensagens, conteúdos e acontecimentos que vão para além da sua experiência, que se referem a universos com um significado e um valor que não coincidem necessariamente com as regras do grupo de que o indivíduo faz parte”. Freidson (1953:199) colabora com este pressuposto quando diz que essas mensagens, conteúdos e acontecimentos direcionam a atenção dos indivíduos para “longe das suas esferas culturais

e de vida, para áreas não estruturadas por modelos ou expectativas”, ou seja, para valores e simbolismos não compatíveis com a sua realidade.

No que diz respeito à dinâmica entre as sociedades de massa e os membros que dela fazem parte e mesmo que consideremos os apontamentos da época um tanto quanto ortodoxos, torna-se possível aceitar a hipótese baseada no consumo acrítico que faz das comunicações de massa. Desta forma, foi possível observar a influência do contexto social da época, para o surgimento deste tipo de teoria. Wolf (2009:26) finaliza dizendo que “o isolamento físico e normativo do indivíduo na massa é o fator que explica em grande parte o realce que a teoria hipodérmica atribui às capacidades manipuladoras dos primeiros meios de comunicação”. De fato, esta teoria vai ao encontro de exemplos históricos, como foi o caso do fenômeno da propaganda nazista, que forneceram ampla visibilidade a este “modelo cognoscitivo”.

A segunda premissa citada por Wolf (2009:21) para contextualizar a teoria hipodérmica, refere-se ao *modelo do processo comunicativo que cada teoria dos meios de comunicação apresenta*. No caso da teoria hipodérmica, houve uma grande ligação entre comunicação e psicologia, pois esta última foi largamente utilizada para direcionar as campanhas de comunicação. Wolf (2009:27) se arrisca a dizer que “mais do que um modelo sobre o processo de comunicação, dever-se-ia falar de uma teoria da ação elaborada pela *psicologia behaviorista*²⁷”. O modelo baseado na psicologia do comportamento humano, parece ter se encaixado ao conceito de sociedade de massa. A economia do indivíduo membro da massa, caracterizada pelo isolamento físico e normativo, parece fornecer as condições ideais para a instantaneidade e inevitabilidade dos efeitos propostos pela teoria hipodérmica. De forma bastante resumida, seria a aplicação do modelo E→R (Estímulo → Resposta) sobre a sociedade de massa, onde os emissores seriam os *mass media* e os receptores da mensagem seriam os indivíduos membros da massa. Katz e Lazarsfeld (1955:4) ilustram a simplicidade deste processo ao afirmarem que “os *mass media* constituíram uma espécie de sistema nervoso simples que se espalha

²⁷ O paradigma psicológico do comportamentismo pode fazer-se remontar a obra de Watson *Psychology as the Behaviorist Views It*. O seu objetivo era o estudo dos conteúdos psicológicos através das suas manifestações observáveis. Assim, a psicologia colocava-se entre as ciências biológicas, no âmbito das ciências naturais. O comportamento - objeto de toda a psicologia - representava a adaptação do organismo ao ambiente; os comportamentos complexos manifestados pelo homem, e observáveis de uma forma científica, podiam ser decompostos em sequências de unidades precisas: o estímulo (que dizia respeito ao impacto do ambiente sobre o indivíduo), a resposta (ou seja, a reação ao ambiente), o reforço (os efeitos da ação capazes de modificar as reações seguintes ao ambiente). (Wolf, 2009:27)

até atingir olhos e ouvidos, numa sociedade caracterizada pela escassez de relações interpessoais e por uma organização social amorfa”.

É verdade que esta época marcou o surgimento dos estudos dos meios de comunicação de massa, quando pouco se sabia e tudo era novidade acerca do assunto. No entanto, é compreensível que o contexto social, político e histórico, assim como o modelo comunicativo daquele momento tenham favorecido o estabelecimento desta *bullet theory*. Com efeito. Bauer (1964 *apud* Wolf 2009:27) observa que, “durante o período da teoria hipodérmica, os efeitos, na sua maior parte, não eram estudados, mas dados como certos”.

O pensamento hipodérmico, ao que hoje podemos considerar um tanto quanto simplório e até ingênuo, dá um passo adiante, em termos de complexidade e abrangência de variáveis antes ignoradas, com as contribuições de Lasswell²⁸, propostas em 1948.

Ele propõe que uma forma adequada para se descrever um ato de comunicação consiste em responder a quatro questionamentos - quem? / diz o quê? / através de que canal? / com que efeito? – e complementa ao dizer que “o estudo científico do processo comunicativo tende a concentrar-se em uma ou outra destas interrogações” (Lasswell, 1948:84). Com a adoção destas novas variáveis, o modelo de Lasswell “constitui, simultaneamente, uma sistematização orgânica, uma herança e uma evolução da teoria hipodérmica”. (Wolf, 2009:28).

As quatro perguntas de Lasswell se mostram bastante precisas e úteis, uma vez que, cada uma delas direciona os estudos para um setor específico da pesquisa.

A primeira pergunta caracteriza o estudo dos emissores, ou seja, a análise do controle sobre o que é difundido. Quem, por sua vez, estudar a segunda variável, elabora a análise do conteúdo das mensagens, enquanto o estudo da terceira variável dá lugar à análise dos meios. Análise da audiência e dos efeitos definem os restantes setores de investigação sobre os processos comunicativos de massas. (Wolf, 2009:29)

²⁸ Lasswell pode ser considerado um dos “pais” da análise do conteúdo, método que, de resto, fundamenta a sua tradição e o seu sucesso precisamente na teoria hipodérmica. O estudo sistemático e rigoroso dos conteúdos da propaganda constituía um modo de revelar a sua eficácia, incrementando as defesas contra ela (de Outubro de 1937 a Dezembro de 1941, funcionou um *Institute for Propaganda Analysis*, que publicava um boletim mensal cujo objetivo era “ajudar o cidadão inteligente a descobrir e analisar a propaganda”). Alguns títulos dos trabalhos de Lasswell são elucidativos: *Propaganda Technique in the World War* (1927) (análise dos temas principais da propaganda americana, inglesa, francesa e alemã, entre 1914 e 1917); *World Revolutionary Propaganda* (primeira tentativa para avaliar o volume e os efeitos da propaganda do movimento comunista em Chicago, 1939); *The Propaganda Technique of the Pamphlet on Continental Security* (análise dos símbolos políticos e da sua utilização como propaganda, 1938) (Wolf, 2009:29).

De fato, entre a *bullet theory* e o modelo de Lasswell, começa por mudar a concepção de que a iniciativa do processo comunicativo seja exclusividade do emissor e, ao receptor, caiba apenas submeter-se aos seus efeitos.

Considerando todos os aspectos já mencionados acerca da teoria hipodérmica e do modelo de Lasswell, podemos prosseguir na evolução da *communication research* destacando o surgimento de novas variáveis neste complexo campo de estudo. Fica claro que as pesquisas, até então realizadas, desconsideravam indiscriminadamente fatores imprescindíveis para uma maior compreensão da realidade. As teorias acerca da abordagem empírico-experimental conduziram ao abandono da teoria hipodérmica. Esta nova linha de pensamento, muito recorrente à abordagem psicológica, trilhou um caminho autônomo dentro dos estudos da comunicação, porém, vale ressaltar alguns aspectos a ela relacionados que influenciaram os estudos das comunicações de massa.

A abordagem *empírico-experimental* ou “*da persuasão*”, foca sua atenção na revisão do processo simplista caracterizado pelo imediatismo e mecanicidade propostos na teoria hipodérmica. Apesar de manter o modelo emissor – mensagem – destinatário, esta nova vaga de estudos agrega complexidade ao processo comunicativo ao considerar que seu sucesso segue o pressuposto de que a persuasão é possibilitada quando a mensagem for adequadamente organizada e formatada de acordo com as características pessoais do destinatário. Percebe-se que, pela primeira vez, consideraram-se os fatores pessoais do receptor, o que mudou a concepção do modelo Estímulo → Resposta, trazendo à discussão, as interações entre a mensagem e os traços de personalidade de cada receptor.

As mensagens dos meios de comunicação contêm características particulares do estímulo que interagem de maneira diferente com os traços específicos da personalidade dos elementos que constituem o público. Desde o momento em que existem diferenças individuais nas características da personalidade dos elementos do público, é natural que se presuma a existência, nos efeitos, de variações correspondentes a essas diferenças individuais. (De Fleur, 1970:122 *apud* Wolf, 2009)

Contrariando pressupostos da teoria hipodérmica, Hyman e Sheatsley (1947) endossam as novas tendências da época ao sintetizarem alguns aspectos essenciais da teoria empírico-experimental, que passa a considerar os fatores relativos às audiências e, também, às mensagens.

Pressupor uma correspondência perfeita entre a natureza e a quantidade do material apresentado numa campanha informativa e a sua absorção por parte do público, é uma perspectiva ingênua, porque a natureza real e o grau de exposição do público ao material informativo são, em grande parte, determinados por certas características psicológicas da própria audiência (Hyman & Sheatsley, 1947:449 *apud* Wolf, 2009).

Com relação à audiência, o primeiro aspecto considerado essencial é o interesse em obter informação. Quanto a isto, considera-se que alguns motivos como a falta de acesso a informação, apatia social, carência de motivação por certos temas, etc, podem interferir na atenção que o público dá a determinados assuntos. Agrega-se a isto a hipótese de que estão mais susceptíveis aos efeitos de uma campanha e mostram-se mais interessados aqueles indivíduos que já foram expostos a determinado assunto, ao passo que indivíduos que não foram expostos à informação referente a esse mesmo assunto, tendem a se manter desinteressados. Desta forma, fica estabelecido que quanto mais um indivíduo seja exposto a informações acerca de determinadas temáticas, maior será o seu interesse pelo assunto e, por conseguinte, estará mais motivado a saber mais sobre ele.

Outro aspecto considerado essencial, diz respeito à exposição seletiva gerada por valores, atitudes e predisposições do receptor da mensagem. Basicamente diz respeito à condição em que deve haver a distinção de um público alvo para que se possa estruturar o conteúdo da mensagem, ou seja, a audiência seleciona o conteúdo que consome com base nas semelhanças entre atitudes subjetivas do público e o conteúdo das comunicações. O público tende a se identificar com emissores que possuam “pontos de vista” congruentes aos seus. Outro ponto destacado nos esforços de pesquisa se refere à percepção seletiva.

Os elementos do público não se expõem a radio, a televisão ou ao jornal num estado de nudez psicológica; pelo contrário, apresentam-se revestidos e protegidos por predisposições já existentes, por processos seletivos e por outros fatores (Klapper, 1963:247).

Destaca-se aqui, a interpretação que cada um faz do conteúdo da mensagem que pode ter seu significado transformado e adaptado conforme “atitudes e valores do destinatário até mudar, por vezes, radicalmente, o sentido da própria mensagem” (Wolf, 2009:39). Por fim, a memorização seletiva é mais um aspecto essencial referente às características da audiência. Quanto a este processo, Wolf (2009:41-42) sintetiza seu funcionamento de forma análoga à percepção seletiva no que se refere aos elementos de

seletividade, ou seja, “os aspectos que estão de acordo com as atitudes e as opiniões próprias são memorizadas num grau mais elevado do que os outros e essa tendência se acentua na medida em que vai decorrendo o tempo de exposição à mensagem”. Papageorgis (1963 *apud* Wolf, 2009) acrescenta que este tipo de percepção, também chamada de “efeito Bartlett²⁹”, provê tratamento distinto entre os argumentos da mensagem, ou seja, quando os argumentos são favoráveis ao assunto, estes são mais facilmente memorizados pelo público, ao passo que argumentos contrários tendem a ser esquecidos mais rapidamente.

Similar ao efeito Bartlett é o chamado “efeito latente”, que se refere a uma percepção inicial quase nula após a exposição à mensagem persuasiva, muitas vezes causada pela desafeição com o emissor, mas que, com o passar do tempo, torna-se eficaz, pois a memorização seletiva reduz esta componente, ao passo que permanece o conteúdo da mensagem.

No que diz respeito aos estudos da mensagem, no âmbito das pesquisas empírico-experimentais, Wolf (2009:42) considera quatro aspectos relevantes a começar pela credibilidade da fonte que é, sem dúvidas, uma variável capaz de interferir no processo de aceitação de uma mensagem persuasiva. Pesquisas como a de Hovland e Weiss (1951 *apud* Wolf, 2009) conseguiram comprovar que uma mensagem atribuída a uma fonte credível, é responsável por uma mudança de opinião pública expressivamente superior que a mesma ação conduzida por uma fonte de baixa credibilidade. Cabe ressaltar que o “efeito latente” se manifestou com o passar do tempo, fazendo com que o público tendesse a memorizar a mensagem em detrimento da qualificação da fonte.

Outra variável considerada por Wolf faz referência à ordem das argumentações. Numa mensagem bilateral, ou seja, com argumentos positivos e negativos, a posição das informações dentro da mensagem (início ou fim) pode influenciar nos efeitos sobre o receptor? As pesquisas que levaram em conta esta variável chegaram a resultados contrastantes, o que levou a crer que existem outros aspectos implícitos a serem considerados. Chegou-se a relacionar a ordem dos argumentos a variáveis como o tempo decorrido entre a exposição e a observação dos efeitos, entre outras. No entanto, não se

²⁹ Bartlett (1932) demonstrou que, à medida que o tempo passa, a memorização seleciona os elementos mais significativos para o indivíduo em detrimento dos mais discordantes ou culturalmente mais distantes. (Wolf, 2009:41)

obteve uma conclusão unificada sobre a eficácia, ou não, dos chamados efeito “*primacy*”³⁰ e efeito “*recency*”, mas que, certamente, existem efeitos relacionados à ordem de argumentação.

Há, também, estudos que se dedicaram a analisar os efeitos da integralidade das argumentações, como foi o caso da pesquisa de Hovland, Lumsdaine e Sheffield (1949A: 484 *apud* Wolf, 2009), durante a Segunda Guerra Mundial. A pesquisa obteve resultados³¹ interessantes ao constatar que mensagens com argumentações positivas e negativas tinham diferentes potenciais de efeito, quando os argumentos eram apresentados de forma isolada ou ambos na mesma mensagem. Foram observados efeitos diferentes que se relacionavam com o grau de instrução e com opiniões preconcebidas que os indivíduos possuíam sobre o assunto.

Um último aspecto considerado relevante dentro da produção da mensagem se refere à explicitação das conclusões³². Pesquisas que se dedicaram a este tópico definiram parâmetros relacionados à mensagem, no sentido que a mesma deve ou não apresentar conteúdo conclusivo sobre o assunto abordado, ou se, pelo contrário, deve apresentar apenas os argumentos e permitir que o público chegue às suas próprias conclusões. Os resultados demonstraram que, da mesma forma que ocorre com os efeitos da integralidade das argumentações, este aspecto é influenciado por variáveis referentes ao indivíduo, como grau de instrução, conhecimento que possui do assunto e opiniões previamente formadas.

³⁰ O efeito *primacy* confere uma maior eficácia dos argumentos iniciais e o efeito *recency*, aos argumentos finais do texto.

³¹ Os resultados são, em síntese, os seguintes: 1) No caso de pessoas que, inicialmente, tinham uma opinião contrária em relação ao exposto, apresentar os argumentos referentes a ambos os aspectos de um tema e mais eficaz do que fornecer apenas os argumentos relativos ao objetivo acerca do qual se pretende convencer. 2) Para as pessoas que já estavam convencidas quanto à questão apresentada, a inclusão dos argumentos referentes a ambos os aspectos é menos eficaz para o grupo no seu conjunto do que expor apenas os argumentos a favor da posição apresentada. 3) Aqueles que possuem um grau de instrução mais elevado são mais favoravelmente influenciados pela apresentação de ambos os aspectos da questão; aqueles que possuem um grau de instrução mais baixo são influenciados, sobretudo pela comunicação que expõe apenas os argumentos a favor do ponto de vista defendido. 4) O grupo em relação ao qual a apresentação de ambos os aspectos do problema não é minimamente eficaz e composto por aqueles que possuem um grau de instrução mais baixo e já estão convencidos da posição que constitui o objeto da mensagem. Um resultado secundário, mas importante, é o facto de a omissão de um argumento relevante, neste caso, o contributo da União Soviética para o fim da guerra, ser mais perceptível e retirar mais peso a eficácia na apresentação que utiliza argumentos respeitantes aos dois aspectos da questão do que na apresentação que fornece um único aspecto do problema (Hovland - Lumsdaine - Sheffield, 1949A:484 *apud* Wolf, 2009).

³² No que diz respeito ao envolvimento do indivíduo com o assunto tratado: quanto maior for este envolvimento, mais útil será deixar as conclusões implícitas. Igualmente, quanto mais profundo for o conhecimento que o público tem sobre o assunto ou quanto mais elevado for o nível de dotes intelectuais, menos necessária será a explicitação das conclusões. Pelo contrário, no caso de assuntos complexos e para públicos pouco familiarizados com eles, as conclusões explícitas concorrem para a eficácia persuasiva da comunicação (Wolf, 2009:46).

De uma forma geral, todas as abordagens relacionadas à produção das mensagens persuasivas baseiam-se na ideia de que “a eficácia da mensagem da estrutura das mensagens varia, ao variarem certas características dos destinatários, e que os efeitos os efeitos das comunicações de massa dependem essencialmente das interações que se estabelecem entre esses fatores” (Wolf, 2009:46).

Ao trilhar o caminho das pesquisas baseadas na teoria empírico-experimental ou “persuasiva”, pudemos observar uma grande mudança de paradigmas, especificamente na inclusão de variáveis antes ignoradas. Tratou-se de uma nova e mais completa forma de enxergar a realidade, inserindo aspectos que hoje nos parecem óbvios como as características da audiência e também da mensagem. Apesar de manter alguns preceitos da teoria anterior, a abordagem persuasiva promoveu a evolução da *communication research*, ao mesmo tempo em que gerou exponencial incremento na complexidade dos estudos da comunicação de massas.

Confrontada com a teoria hipodérmica, a teoria dos *mass media* ligada às pesquisas psicológico-experimentais redimensiona a capacidade indiscriminada dos meios de comunicação para manipularem o público: ao especificar a complexidade dos fatores que intervêm para provocar uma resposta ao estímulo, atenua-se a inevitabilidade dos efeitos maciços; explicitando as barreiras psicológicas individuais que os destinatários põem em funcionamento, evidencia-se o caráter não linear do processo comunicativo; salientando a peculiaridade de cada receptor, analisando-se os motivos da ineficácia de uma campanha. [...] A influência e a persuasão não são indiferenciadas e constantes, nem se justificam apenas pelo fato de ter havido transmissão de uma mensagem; exigem que se esteja atento ao próprio público e às suas características psicológicas, impõem que se estructurem as campanhas tendo este fator em conta, mas, uma vez satisfeitas essas condições, os *mas media* podem produzir efeitos notáveis. (Wolf, 2009:46).

Por fim, vale salientar que as pesquisas mais relevantes realizadas com base na teoria empírico-experimental ou “persuasiva”, tinham como objetivo analisar os efeitos dos *mass media* em situações de “campanha” (eleitoral informativa, propagandística, publicitária, etc). Neste caso, entende-se que buscava medir efeitos em um período relativamente curto, o que representa, dentro de suas limitações, material de interesse para os nossos próprios objetivos de pesquisa, relacionados aos efeitos de curto prazo.

Outra abordagem que marcou a *communication research* e que traz experiências interessantes para este trabalho, é a “*teoria dos efeitos limitados*”. Representa, também, mais um passo na evolução teórica sobre as comunicações de massa.

Se a teoria hipodérmica falava de manipulação ou propaganda, e se a teoria psicológica-experimental tratava da persuasão, esta teoria fala de influência e não apenas da que é exercida pelos *mass media*, mas da influência mais geral que “perpassa” nas relações comunitárias e de que a influência das comunicações de massa é só uma componente, uma parte. (Wolf, 2009:47)

Caracterizada pelo cariz sociológico, a abordagem empírica de campo ou dos “efeitos limitados”, em seus estudos mais relevantes, tem atentado para fenômenos sociais mais amplos e não apenas para a questão dos efeitos diretos dos *mass media*. Para Wolf (2009: 47), no que diz respeito aos meios de comunicação de massa, a essência da pesquisa sociológica de campo gira em torno das características inerentes ao contexto social em que o processo comunicativo ocorre. Duas correntes distintas tomam forma dentro desta abordagem sociológica. A primeira refere-se aos estudos da formação diferenciada dos públicos e dos modelos de consumo que fazem dos conteúdos de massa. A segunda corrente diz respeito à mediação social relacionada a esse consumo.

A atenção dada à estratificação das audiências e suas respectivas preferências com relação ao consumo das comunicações de massa, surge de pesquisas como a de Lazarsfeld³³ que tinha por objetivo avaliar o desempenho de alguns programas de rádio levando-se em consideração os diversos tipos de público. Era necessário enumerar características dos programas e associá-las às próprias características da audiência com a finalidade de perceber os motivos pelos quais as pessoas optavam por um determinado programa em prejuízo de outros. A pesquisa empírica passa pela análise de conteúdo dos programas em busca de suas características mais expressivas com a finalidade de identificar o quê os ouvintes poderiam absorver deles. Analisa também, as características dos ouvintes, por meio da estratificação em faixas demográficas, com o objetivo de associar tipos diferentes de conteúdo a diferentes classes sociais.

Outra parcela, não menos importante que o estudo do consumo dos *mass media*, representa a pesquisa voltada para as relações entre o contexto social e os efeitos da comunicação de massa. Aprofundou-se nas questões sociais valorizando-as e as colocando num patamar superior de significância dentro deste processo comunicativo. Os efeitos dos

³³ Lazarsfeld, autor de um estudo intitulado *Radio and Printed Page. An introduction to the Study of Radio and Its Role in the Communications of Ideas* (1940), analisa o papel desempenhado pela rádio em confronto com diversos tipos de público e revela um esforço constante para associar as características dos destinatários com as características dos programas preferidos pelo público. (Wolf, 2009:48)

mass media somente poderiam ser analisados diante de um cenário social previamente definido. Desta forma, o estudo da influência da comunicação de massa depende, mais do que do próprio conteúdo da mensagem, do meio social em que é difundida. Segundo Lazarsfeld (1940, 330), os efeitos provocados pelos meios de comunicação de massa “dependem das forças sociais que predominam num determinado período”.

A teoria dos efeitos limitados deixa de salientar a relação causal direta entre propaganda de massa e manipulação da audiência para passar a insistir num processo indireto de influência em que as dinâmicas sociais se intersectam com os processos comunicativos. (Wolf, 2009:51)

Outra pesquisa realizada por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet³⁴ (1944), ganhou relevância dentro dos estudos de comunicação de massa por evidenciar elementos até então desprezados, como a influência dos “líderes de opinião” que viabilizam o processo de “fluxo de comunicação em dois níveis”. Trata-se de um processo de mediação do conteúdo, não mais numa relação direta entre *mass media* e público, como pregavam as teorias anteriores, mas uma comunicação intermediada por alguns indivíduos com características específicas quanto ao conhecimento e interesse por determinado assunto, conforme Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944) os definem: “indivíduos muito envolvidos e interessados no tema e dotados de maiores conhecimentos sobre ele”. Os líderes de opinião têm sua funcionalidade na medida em que influenciam aos demais na formação de opinião acerca de determinado assunto, neste caso, a opinião política das pessoas durante uma campanha eleitoral. Portanto, o líder de opinião é um dos elementos, dentro da comunicação em dois níveis – *two step flow of communication* – que passa a considerar a relevância da malha social na qual cada indivíduo está imerso.

Para além da existência do líder de opinião, destacam-se as próprias interações do grupo, na medida em que a comunicação e as influências recíprocas ocorrem dentro da rede social, complementam sua percepção e atitudes sobre assuntos que ainda não tenha definido.

As situações sociais, de que a campanha política é um exemplo entre muitos, exigem constantemente a elaboração de ações ou de opiniões. E os membros de um

³⁴ *The people's Choice. How the Voter Makes up his Mind in a Presidential Campaign*. Pesquisa realizada durante a campanha presidencial Americana em 1940, com o objetivo de perceber como se forma a opinião pública.

grupo fazem frente a essas exigências mesmo que não exista nenhum indivíduo particularmente influente a quem recorrer para um conselho. Acima e para além da liderança de opinião, estão as interações recíprocas dos componentes do grupo que reforçam as atitudes ainda não definidas de cada um. Baseada nessas interações, a repartição de opiniões e atitudes organizadas cristaliza. (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1944:35)

Cabe ressaltar que todas estas pesquisas foram levadas adiante em uma época na qual o contexto midiático era completamente diferente do atual. As figuras dos líderes de opinião e o processo comunicativo em dois níveis tinham uma maior participação na mediação dos conteúdos e na formação da opinião pública, isto é, havia campo para a uma maior interação interpessoal. Isto de fato ocorria com maior efetividade, pois os *mass media* ainda não haviam atingido os níveis de saturação que hoje vemos. Alguns levantamentos apontam para o aumento dos meios de comunicação de massa nas décadas seguintes, como foi constatado por Sterling e Haight (1978):

MEIO	ANO	Nº	ANO	Nº	%
Jornal diário	1940	1878	1976	1762	- 6,2%
Publicação periódica	1940	6432	1976	9872	+ 53,5%
Rádio	1946	765	1976	4463	+ 483,5%
TV	1947	4	1976	613	+ 15.225%

Tabela 4: Meios de comunicação de massa nos Estados Unidos. (Sterling e Haight, 1978)

Como podemos constatar, com exceção dos jornais diários que sofreram uma redução em seu número de títulos, houve um aumento muito significativo, principalmente para a TV e rádio, na quantidade de emissoras. Estes números também significam uma transformação dos processos de comunicação de massa conhecidos até então. Como foi dito anteriormente, os *mass media* caminham para a saturação do cenário mediático, multiplicando as opções de consumo e tornando seu acesso cada vez mais facilitado. Portanto, se neste período era evidente a forte influência dos líderes de opinião e era sistemática a comunicação em dois níveis, o que se presenciou foi uma gradual, mas incisiva mudança de paradigmas teóricos, ou seja, a vertente sociológica da pesquisa torna-se limitada ao contexto de sua época.

Até o momento, percorremos o processo evolutivo e mutável da *communication research*. Todas as teorias abordadas acumulam seu contributo e estimulam a continuidade dos estudos. Para Saperas (1987:53), “a investigação centrada no estudo da capacidade dos

meios de comunicação para estabelecerem a agenda temática constitui atualmente um dos setores de investigação com maior capacidade de renovação dos estudos sobre os efeitos da comunicação de massas”. Dito isto, podemos adentrar às novas tendências de pesquisa, nomeadamente, a hipótese *Agenda-setting*, da qual pretendemos explorar de forma mais aprofundada.

3.2. A Hipótese do *Agenda-setting*

A hipótese do *Agenda-setting* é revestida de especial importância para este trabalho, visto que é a ferramenta teórica que, no nosso entendimento, mostrou-se a mais apropriada para compreendermos e justificarmos os resultados da nossa própria pesquisa empírica. Procuramos estabelecer suas bases teóricas, além de pontuar suas principais características e funcionalidades dentro da *communication research*, objetivando a produção de um conteúdo esclarecedor e útil para a continuidade do trabalho. Buscamos abordar os tipos de pesquisa realizados e, principalmente, os modelos metodológicos empregados, com a finalidade de adequar nossa própria pesquisa e nossa ferramenta metodológica.

3.2.1. *Bases teóricas*

A hipótese de *Agenda-setting* tem sua gênese nos estudos da comunicação política. Abandona o caráter processual persuasivo presente em outros modelos anteriores e centra-se nos efeitos cognitivos dos *mass media*. Sobre este período transitório, Lang e Lang (1966) afirmam que os estudos sobre os meios de comunicação de massa apontam para a dinâmica de determinados temas inseridos no cenário político, abandonando o cariz persuasivo. A temática da *communication research* incide agora sobre os processos simbólicos e comunicativos que atuam na formação do cenário social, o que já fora observado, de forma fragmentária, em estudos anteriores como os de Lippmann e Lazarsfeld. Lippmann fala que o processo de formação da realidade que enxergamos ocorre de maneira indireta, sendo mediada por imagens que formamos em nossa mente. “O único sentimento que alguém pode ter sobre um evento que não vivencia é o sentimento aflorado por sua imagem mental daquele evento” (Lippmann, 1922:7). Neste caso, os

efeitos ocorrem, não exatamente pela mensagem, mas pela imagem que o receptor cria dela, para si.

Nós devemos assumir que o que cada homem faz é baseado não no conhecimento direto e certo, mas nas imagens produzidas por ele ou dadas a ele. Se o seu mapa afirma que o mundo é quadrado, ele não velejará perto do que acredita ser o fim do nosso planeta, por medo de despencar. Nós devemos considerar primeiramente os fatores-chaves que limitam o acesso das pessoas aos fatos. As imagens que formamos em nossa mente são os censores artificiais, as limitações do contato social, comparativamente o curto prazo disponível a cada dia para prestar atenção aos temas públicos, a distorção criada porque eventos têm que ser comprimidos em mensagens muito curtas, a dificuldade de fazer um pequeno vocabulário expressar um mundo complicado e, finalmente, o medo de lidar com estes fatos que poderiam ameaçar a rotina estabelecida na vida dos homens. (Lippmann, 1922:16).

Em 1925, Park e Burgess sugeriam que os *mass media* apresentam certa capacidade para determinar a sequência de prioridades ou discriminação dos temas presentes na imprensa. Esta perspectiva viria a ocupar uma posição medular dentro da hipótese do *Agenda-setting*. Bernard Cohen (1963:120-121) também propõe que os meios de comunicação de massa influenciam a agenda temática, ao afirmar que “na maior parte das vezes, a imprensa não tem êxito dizendo às pessoas o que hão de pensar; mas tem sempre êxito dizendo aos seus leitores aquilo sobre o que hão de pensar” (Cohen *apud* Saperas, 1987:55). Também aqui, estava implícito o conceito de *Agenda-setting*, que foi assim batizado nove anos depois.

Em 1972, Maxwell McCombs e Donald Shaw publicam o artigo “The Agenda-Setting Function of the Mass Media”, apresentando uma nova abordagem dentro das teorias da comunicação. Eles testavam, pela primeira vez, a relação de influência direta entre a agenda dos meios de comunicação de massa e a agenda do público. O fizeram por meio de um estudo³⁵ referente à campanha presidencial americana, de 1940.

³⁵ Durante o curto prazo de 24 dias, o autor aplicou um questionário em 100 eleitores, procurando cobrir uma amostragem representativa da distribuição econômica, social e racial da população da cidade. Paralelamente, selecionou cinco jornais (*Durham Morning Herald*, *Durham Sun*, *Raleigh News and Observer*, *Raleigh Times* e *The New York Times*), duas revistas semanais (*Time* e *Newsweek*) e os noticiários noturnos de dois canais de televisão (NBC e CBS). Estes veículos foram escolhidos para identificar os principais temas da agenda da mídia. Os temas foram codificados em 15 tópicos: política internacional, legislação, política fiscal, bem-estar público, direitos civis, outros, eleições, eventos de campanha, análise da campanha e nos candidatos – Hubert Humphrey, Richard Nixon, Muske, Agnew, Wallace e Lenny. Além de serem categorizadas nos temas acima, as matérias foram classificadas entre maiores e menores. As maiores possuíam as seguintes características: nos jornais, deveriam aparecer como chamada de capa, matérias com três colunas nas páginas internas ou matérias em que pelo menos um mínimo de cinco parágrafos estivessem

3.2.2. Definição de Agenda-setting³⁶

Para enumerar algumas pesquisas realizadas no âmbito da hipótese do *agenda-setting*, foi-nos bastante útil o trabalho de Fábio de Oliveira Nobre Formiga (2006)³⁷. Trata-se de um levantamento bastante organizado e detalhado acerca da hipótese do *Agenda-setting*, no âmbito da *communication research*. Portanto, consideramos profícuo para esta pesquisa, manter o mesmo estilo de organização usado por Formiga. Dito isto, passemos a inventariar algumas definições para a hipótese do *agenda-setting*.

McCombs e Shaw (1972) definiram a função da *Agenda-setting* como o resultado da relação que se estabelece entre a ênfase manifestada no tratamento de um tema por parte dos *mass media* e as prioridades temáticas manifestadas pelos membros de uma audiência depois de receberem o impacto dos mesmos *media*. Afirmam que o modelo de *Agenda-setting* comprova a existência de uma relação direta e causal entre o conteúdo da agenda dos meios de comunicação de massa e a subsequente percepção pública de quais são os temas importantes do dia. A aprendizagem direta por parte dos membros do público é relativa à agenda dos meios. O modelo origina-se no âmbito geral, referente ao modo como as pessoas organizam e estruturam o mundo ao seu redor. A metáfora “*Agenda-setting*” é uma macro descrição deste processo.

Abrimos aqui um parêntese para citar a importante função dos *gatekeepers* na formulação da agenda dos *media*. Não é nossa intenção aprofundarmo-nos nos estudos acerca destes, mas sim, destacar uma posição de inclusão de sua atividade, dentro do amplo espectro de atuação do fenômeno do *Agenda-setting*. Uma vez que a capacidade dos *mass media* para conduzirem mudanças através de efeitos cognitivos pode ser atribuída ao constante processo de seleção realizado pelos *gatekeepers*, os quais, em primeiro lugar, determinam quais acontecimentos são interessantes, ou não, sob a perspectiva jornalística e lhes atribui grau de relevância em função de diversas variáveis. Desta forma, a função destes profissionais é fundamental e está automaticamente implícita no processo de

destinados ao tema eleitoral; nas revistas, deveriam cobrir pelo menos uma coluna de informação ou que aparecer com destaque no lead ou abertura de alguma seção da revista; e nas televisões, alcançassem o tempo de pelo menos 45 segundos ou estivessem entre as três matérias de chamada da edição do noticiário. (Formiga, 2006:18)

³⁶ Cabe ressaltar que a dissertação de mestrado de Fabio de Oliveira Nobre Formiga – *A Evolução da Hipótese de Agenda-Setting* - foi de grande valia para a seleção dos autores aqui citados.

³⁷ *A Evolução da Hipótese de Agenda-setting*. Dissertação de Mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília.

agendamento temático. O principal foco desta abordagem é, na verdade, a forma como os *gatekeepers* processam os acontecimentos e definem a forma como são noticiados, como por exemplo, a extensão da notícia impressa medida por espaço ocupado no jornal, a sua importância baseada no tamanho do título, localização no jornal com relação a outras notícias, a frequência de aparecimento, entre outras formas que definem o crivo do editor. A resumida inserção da atividade dos *gatekeepers* na formação da agenda temática reveste-se de importância para este trabalho, uma vez que alguns dos critérios utilizados para a edição das notícias nos jornais impressos, são, também, usados como ferramentas de valoração das unidades analisadas na porção empírica do nosso trabalho.

Muitos outros estudiosos deram suas contribuições às pesquisas sobre a teoria do *Agenda-Setting*. Tipton, Haney e Baseheart (1975) reforçam a definição de Cohen (1963) de que a imprensa não é capaz de dizer às pessoas o que hão de pensar, mas sim em dizer sobre o que hão de pensar. Benton e Frazier (1976) afirmam que a ênfase dos veículos de comunicação em um acontecimento influencia o público a considerá-lo como relevante. Os eventos cobertos pelos meios de comunicação, dentro do universo de possibilidades do ambiente, recebem grande destaque. Erbring, Goldenberg e Miller (1980) o conceito de *Agenda-setting* pode ser definido pela expressão imagem-espelho. Trata-se do objetivo de estabelecer uma correspondência entre a frequência de um determinado conjunto de temas na cobertura dos meios de comunicação e o realce do mesmo conjunto de temas entre o público. Os pesquisadores Cook, Tyler, Goetz, Gordon, Protess, Leff e Molotch (1983 *apud* Formiga, 2006) definem *Agenda-setting* como a “capacidade dos meios de comunicação de massa de formatar as prioridades políticas gerais do público, conduzindo a audiência a reconhecer certos temas como mais importantes”.

Saperas (1987:54) destaca que a pesquisa de *Agenda-setting* partiu da “constatação do poder que, através da sua capacidade simbólica, os meios de comunicação de massas exercem para influenciar e determinar o grau de atenção que o público dedica a determinados temas expostos à atenção e interesse coletivos”. Para traduzir o modelo, Saperas cita outra definição de McCombs e Shaw (1972) que dizem que “o resultado da relação que se estabelece entre a ênfase manifestada no tratamento de um tema por parte dos *mass media* e as prioridades temáticas manifestadas pelos membros de uma audiência depois de receberem o impacto dos mesmos *media*”.

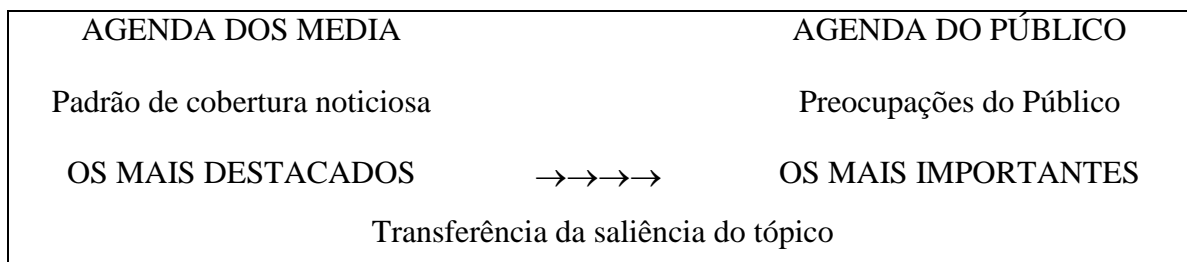
Segundo Brosius e Kepplinger (1990), o modelo de *Agenda-setting* é como um fenômeno dinâmico cujas mudanças na cobertura dos meios de comunicação resultam em mudanças na consciência do público sobre determinados temas. Rogers, Dearing e Bregman (1993) reforçam que a tradição da pesquisa de *Agenda-setting* é claramente identificada como a combinação da análise de conteúdo dos meios de comunicação e as sondagens de opinião pública. Para Kosicki (1993) o modelo de *Agenda-setting* é apenas uma parte de um grande processo de entendimento das relações mútuas e complexas entre *mass media*, a opinião pública e os formuladores de política.

Outra definição atribuída a McCombs e Shaw (1993) trata de que a *Agenda-setting* é uma teoria sobre a transferência de prioridades, tanto a prioridade de temas quanto a prioridade de seus atributos. Para Iyengar e Simon (1993) o modelo de *Agenda-setting* geralmente é definido como a habilidade dos *mass media* de definir os temas significantes do dia.

Barros Filho (1995 *apud* Formiga, 2006) define a hipótese de *Agenda-setting* como um modelo comunicacional em que os meios de comunicação determinam os temas que serão discutidos pelo público. A determinação dos temas pelos meios é realizada através da seleção, disposição e incidência das notícias.

Segundo Ader (1995 *apud* Formiga, 2006), a hipótese de *Agenda-setting* trata do relacionamento entre a ênfase relativa dada pelos meios de comunicação aos vários temas e o grau de importância que estes temas possuem com o público em geral. A maioria das pesquisas segue a direção histórica de examinar a relação entre os resultados de uma análise de conteúdo quantitativa dos temas veiculados pelos meios e a sondagem dos temas da agenda do público.

Por fim, para McCombs (2004) os editores informativos, com a sua seleção diária das informações, dirigem a atenção do público e influem na percepção de quais são os temas mais importantes do dia. Sinteticamente, esta capacidade de influir na relevância das questões do repertório do público é chamada de *Agenda-setting*.



Quadro 3: Definição de agenda pelos mass media – Agenda-setting. (McCombs, 2004:22)

PARTE II – METODOLOGIA E EMPIRISMO

4. METODOLOGIA

4.1. Justificativas e limitações metodológicas

Neste subcapítulo, buscamos expor os motivos que nos levaram a optar e acreditar que a metodologia escolhida tem potencial para atender as expectativas desta pesquisa. Apesar de termos uma ideia preconcebida do *corpus* metodológico deste trabalho, buscamos em outras pesquisas consagradas, exemplos utilizados com sucesso no âmbito da hipótese do *Agenda-setting*. Desta forma, procuramos manter algumas linhas metodológicas semelhantes às aquelas encontradas em pesquisas similares à que nos propomos realizar aqui. De maneira geral, todas as pesquisas levantadas oferecem, em diferentes parcelas, contributos para o nosso trabalho.

Com a finalidade de facilitar a consulta e a comparação, discriminamos os principais aspectos de alguns trabalhos analisados, na forma de tabelas, conforme seguem abaixo:

McCombs e Shaw	1972
<i>The Agenda-Setting Function of the Mass Media.</i>	Artigo
Análise cruzada (20 dias)	Método
Sondagem: questionário para 100 eleitores indecisos (amostragem representativa) da cidade de Chapel Hill – Carolina do Norte. Análise de conteúdo: cinco jornais, duas revistas semanais e os noticiários noturnos de dois canais de televisão.	Fonte de dados
Campanha eleitoral para eleições presidenciais	Tema
Correlação entre a agenda dos meios de comunicação de massa, a agenda do público e a agenda dos candidatos.	Produto
Considera as diferenças entre os veículos de comunicação (jornais, revistas e televisão) como fatores condicionantes do tempo necessário para a formação da agenda temática.	Cronologia dos efeitos

Tabela 5: McCombs e Shaw, 1972

Tipton, Haney e Baseheart	1975
<i>Media Agenda-setting in City and State Election Campaigns.</i>	Artigo
Análise cruzada (três meses)	Método
Sondagem: três entrevistas durante a campanha eleitoral Análise de conteúdo: agenda dos meios de comunicação foi extraída de estações de rádio, jornais locais e emissoras de televisão.	Fonte de dados

Campanha para eleições presidenciais	Tema
Identificação de correlações existentes por comparação entre as agendas dos <i>media</i> e do público.	Produto

Tabela 6: Tipton, Haney e Baseheart, 1975

Cook, Tyler, Goetz, Protes, Leff e Molotch	1983
<i>Media and Agenda-setting: Effects on the Public, Interest Group Leaders, Policy Makers, and Policy.</i>	Artigo
Análise cruzada	Método
Sondagem: grupos de pessoas expostas a programas televisivos e formuladores de políticas públicas. Análise de Conteúdo: conteúdo relacionado a fraudes e abusos no sistema de saúde americano.	Fonte de dados
Fraudes e abusos no sistema de saúde americano	Tema
Efeitos da investigação televisiva de notícias sobre membros do público em geral, grupos de interesse e formuladores de políticas governamentais.	Produto

Tabela 7: Cook, Tyler, Goetz, Protes, Leff e Molotch, 1983

Brosius e Kepplinger	1990
<i>The Agenda-setting Function of Television News: Static and Dynamic Views.</i>	Artigo
Análises de seções cruzadas e análises longitudinais	Método
Sondagens: 53 sondagens semanais, com amostra de mil pessoas por sondagem. Análise de Conteúdo: análise contínua de todos os temas, nos quatro maiores programas de notícias na Alemanha no ano de 1986.	Fonte de dados
Problema político nacional mais importante.	Tema
Comparação estática (seção cruzada) e dinâmica (longitudinal) para identificar mudanças de opinião. Relacionam os efeitos da <i>Agenda-setting</i> aos temas veiculados de forma intensa e variada.	Produto
Efeitos descritos em modelos de curto prazo, considerando períodos de tempo de até uma semana. “Os dados empíricos sugerem que há um considerável período de tempo entre a mudança da cobertura dos meios e a mudança da agenda do público, com períodos maiores para a imprensa escrita do que para a televisão”.	Cronologia dos efeitos

Tabela 8: Brosius e Kepplinger, 1990

Funkhouser	1973
<i>The Issue of the Sixties: An Exploratory Study in Dynamics of Public Opinion</i>	Artigo
Análise Longitudinal	Método
Sondagem: Gallup Análise do Conteúdo: artigos de três revistas semanais	Fonte de dados
Problema mais importante da América	Tema

Comparação entre a cobertura de mídia dos grandes temas da década de 1960, a opinião pública e a realidade destes temas.	Produto
--	---------

Tabela 9: Funkhouser, 1973

Winter e Eyal	1981
<i>Agenda-setting for the Civil Right Issue.</i>	Artigo
Análise Longitudinal	Método
Análise de conteúdo: meios de comunicação Sondagens: opinião pública	Fonte de dados
Direitos civis	Tema
Efeitos de <i>Agenda-setting</i> para o tema “direitos civis”	Produto
Definiu como lapso do efeito ótimo: “tempo decorrido entre a associação máxima dos meios de comunicação e a ênfase do público por um tema.” Ocorre entre quatro a seis semanas.	Cronologia dos efeitos

Tabela 10: Winter e Eyal, 1981

Behr e Iyengar	1985
<i>Television News, Real-World Cues, and Changes in the Public Agenda.</i>	Artigo
Análise longitudinal	Método
Sondagem: relatórios periódicos de três institutos de pesquisa. Análise de conteúdo: notícias veiculadas na emissora CBS durante o mesmo período.	Fonte de dados
Inflação, desemprego e energia.	Tema
As principais histórias, ou seja, aquelas que recebem destaque <i>dos mass media</i> como notícias principais, são significativamente mais influentes na formação da agenda do público.	Produto

Tabela 11: Behr e Iyengar, 1985

Iyengar e Simon	1993
<i>News Coverage of the Gulf Crisis and Public Opinion: A Study of Agendasetting, Priming and Framing.</i>	Artigo
Análise longitudinal	Método
Sondagens: Gallup e <i>National Election Study</i> (3 anos) Análise de conteúdo: cobertura dos <i>mass media</i> sobre o Golfo Pérsico.	Fonte de dados
Problema mais importante da América	Tema
Comparação entre as agendas do público e dos meios de comunicação com a finalidade de identificar correlações e avaliar as ocorrências de efeitos de <i>Agenda-setting</i> .	Produto

Tabela 12: Iyengar e Simon, 1993

Ader	1995
<i>A Longitudinal Study of Agenda-setting for the Issue of Environmental Pollution.</i>	Livro

Análise longitudinal	Método
Sondagens: Gallup Realidade: <i>Environmental Quality</i> e do <i>Characterization of Municipal Solid Waste in the United States</i> Análise de conteúdo: <i>New York Times</i>	Fonte de dados
Poluição do meio ambiente	Tema
Correlações entre a agenda dos meios, a opinião do público e as condições do mundo real.	Produto

Tabela 13: Ader, 1995

Benton e Frazier	1976
<i>The Agenda-setting Function of the Mass Media at Three Levels of Information Holding.</i>	Artigo
Análise longitudinal	Método
Sondagens: público consumidor Análise do conteúdo: jornais e televisão	Fonte de dados
Economia	Tema
Busca entender a forma como as pessoas absorvem a informação que recebem dos meios, ao incluir vários níveis de recepção de informação por parte do público.	Produto

Tabela 14: Benton e Frazier, 1976

Iyengar e Kinder	1987
<i>News that Matters: Television and American Opinion.</i>	Livro
Análise longitudinal	Método
Sondagem: feitas com grupos fechados em ambiente controlado Análise de conteúdo: conteúdo televisivo	Fonte de dados
Geral	Tema
As notícias posicionadas no topo dos telejornais interferem na agenda do público com mais eficiência. A cobertura extensiva de alguns temas nos noticiários nacionais, torna-os mais importantes para os espectadores, ao passo que aqueles que são pouco veiculados perdem credibilidade.	Produto

Tabela 15: Iyengar e Kinder, 1987

Com base nestas informações, conclui-se que a maioria dos estudos utilizam basicamente dois tipos de ferramenta metodológica: seção cruzada³⁸ e análise

³⁸ Tipo de análise estática, na qual os temas importantes das agendas dos media e do público são identificados, organizados em ordem de hierarquia e correlacionados, com a finalidade de perceber a relação de causalidade entre elas. É uma técnica limitada, pois não considera as variáveis externas nem os efeitos cumulativos do processo de transmissão de prioridades temáticas. Brosius e Kepplinger (1990) corroboram ao afirmar que “seu desenho estático não se adapta à natureza dinâmica do processo de *Agenda-setting* e não considera o período de tempo dos possíveis efeitos”.

longitudinal³⁹. Estes métodos foram aplicados para análise de dados provenientes de dois tipos de fontes, as sondagens de opinião pública e o próprio conteúdo produzido pelos meios de comunicação de massa.

As sondagens de opinião pública: sejam elas obtidas por meio de questionários produzidos pelos próprios pesquisadores e aplicados em uma amostra significativa, dentro do contexto de seus trabalhos, ou pela utilização de sondagens de opinião pré-existentes, como àquelas encomendadas por órgãos governamentais ou entidades privadas. A segunda fonte de dados normalmente utilizada é o próprio conteúdo produzido pelos meios de comunicação de massa analisado em cada estudo. Neste caso, diferentes modalidades da análise de conteúdo foram largamente utilizadas como ferramenta por todos os pesquisadores citados.

Percebe-se que as temáticas variam de acordo com o interesse e contexto das pesquisas e isto, por si só, torna-as diferentes umas das outras, possibilitando resultados diferentes e, por vezes, discussões antagônicas. Outro aspecto importante e, talvez, um dos que geram maior discordância metodológica é o da questão temporal, ou seja, ainda não se conseguiu definir um padrão temporal preciso capaz de mensurar com precisão o tempo decorrido entre a divulgação de determinado tema pelos *media* e a assimilação do mesmo por parte do público. Neste sentido, ganha destaque o método longitudinal, pois permite inserir esta variável à complicada equação dos efeitos do *Agenda-setting*.

Alguns autores como McCombs e Shaw (1972) referem-se a “ênfase da mensagem” como um dos principais fatores condicionantes da ocorrência do *Agenda-setting*. É uma das formas encontradas por eles para imputar valoração à ênfase, diz respeito à codificação das mensagens em maiores e menores, conforme o espaço ocupado e a localização das notícias nos jornais e revistas. Nossa grelha de análise das unidades de registro contempla este tipo de recurso.

Como foi dito anteriormente, selecionamos o conteúdo do jornal impresso *Folha de São Paulo* como base para análise. A escolha é apoiada nas premissas de que se trata do mais significativo meio de comunicação impresso do país, em função de sua abordagem de

³⁹ Nesta abordagem, a agenda do público é diagnosticada a partir de sondagens de opinião pública em uma série temporal de vários anos. A agenda dos meios também é investigada pelo mesmo período de tempo, ampliando o quadro temporal de análise. Com isso, as variações da agenda do público são examinadas de acordo com as variações na agenda dos meios, construindo os pilares para a comprovação de uma relação de causalidade. (Formiga, 2006:59)

cariz nacional, de sua expressiva circulação, credibilidade e capacidade de influenciar os demais veículos de comunicação. Por estes motivos e, também, pela impossibilidade de analisar todo o conteúdo mediático brasileiro, optou-se por um único jornal impresso de circulação nacional para representar o universo da comunicação de massa no Brasil. Tal decisão baseou-se na premissa de que a hipótese de *Agenda-setting* sugere uma consonância temática dos meios de comunicação de massa, ou seja, trabalhamos com o pressuposto de que exista uma alta correlação entre os veículos, principalmente entre aqueles de grande porte, promovendo um consenso no que diz respeito aos principais assuntos a serem abordados. Para McCombs e Shaw (1972), ainda que não exista um acordo explícito sobre a seleção na divulgação das notícias, a crescente utilização dos serviços das agências de notícias e a constante comunicação entre os veículos, contribuem para a composição de conteúdo comum voltado aos principais temas divulgados. Por fim, a limitação da amostra a um único veículo, dá-se em função da falta de recursos que possibilitem a varredura de todos os meios de comunicação do país, condição que podemos definir como a ideal.

Ainda na esfera das justificativas metodológicas, cabe destacar, que Shaw (2004, *apud* Formiga 2006:77), um dos fundadores da hipótese da *Agenda-setting*, defende os resultados de sua pesquisa ao afirmar que a condição inicial necessária para demonstrar a causalidade é um “grau significativo de correlação entre a suposta causa e o efeito, perfeitamente atendido nos estudos relacionados ao modelo”. A segunda condição necessária é a ordem temporal, onde, segundo ele, “as provas dos efeitos da agenda dos meios, mais uma vez, atendem às exigências da relação causal”. Exemplos são dados para confirmar que “os modelos de investigação longitudinal em uma diversidade de cenários eleitorais permitiram comprovações detalhadas e sofisticadas de ordem temporal”. Dentre eles, Shaw (2004) destaca os trabalhos realizados por Funkhouser (1973), Kepplinger e Roth (1979), McCombs, Einsiedel e Weaver (1991), Ader (1995) e por Winter e Eyal (1981). Por fim, a pesquisa de Iyengar e Kinder (1987) fortalece a hipótese ao passo que evidencia a relação causal dos efeitos dos *mass media*. A pesquisa destes autores diferencia-se das demais por ter sido realizada em ambientes controlados de laboratório, onde os resultados puderam ser comparados de modo mais seguro, em função da possibilidade de manipulação sistemática das condições e da exposição controlada de variada gama de notícias ao grupo de telespectadores. As experiências realizadas nestas

condições foram inovadoras e trouxeram provas contundentes da capacidade dos meios em influir na agenda do público.

Observa-se que as diversas pesquisas analisadas lograram certo grau de êxito ao empregarem metodologias semelhantes àquela que propomos para este trabalho, fato que justifica nossa pretensão de buscar resultados semelhantes. Para tal, utilizaremos, também, alguns dos recursos da “análise de conteúdo” por consideramos ser a ferramenta mais adequada para a tarefa de decompor o texto em dados representativos.

4.2. Base de dados / Categorização das Unidades / Modelo de Análise

Para Laurence Bardin (2011:121) e Fonseca Júnior (2005:290), o processo de análise de conteúdo pode ser dividido em três fases cronológicas:

- Pré-análise
- Exploração do material e
- Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na pré-análise, consideramos o universo de estudo o conteúdo do jornal *Folha de São Paulo*, representando o conjunto de todos os meios de comunicação impressos do Brasil e utilizamos a modalidade de amostragem não probabilística intencional⁴⁰, onde a unidade de observação é todo texto⁴¹ coletado com o auxílio da ferramenta de busca do acervo eletrônico⁴² do jornal *Folha de São Paulo*⁴³, a partir das palavras *Forças Armadas*, *Marinha*, *Exército* e *Aeronáutica*, publicado entre os dias 01 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2012. Ao fim deste processo, foram obtidos 6.426 textos relacionados aos termos de busca, dos quais, 534 foram considerados “unidades de registro” e, efetivamente, analisados e valorados. Cabe salientar que as 534 unidades de registro foram consideradas válidas para incorporar o processo de análise, após constatação de que, realmente, abordavam os objetos de estudo, ou seja, as Forças Armadas brasileiras, visto que, nos demais textos encontrados, o assunto era direcionado para outros objetos que não interessam para este trabalho, como por exemplo, as forças armadas de outros países, instituições não militares, etc.

⁴⁰ Pires, Alvaro 1997.

⁴¹ Reportagem, entrevista, nota (textos de, no máximo, dois parágrafos), carta de leitores, artigo, editorial e coluna. Acompanhados, ou não, de imagens.

⁴² Base de amostragem. Disponível em < <http://acervo.folha.com.br/fsp>>

⁴³ População de referência. Considera-se respeitada a regra de representatividade.

Por fim, estas unidades foram agrupadas em critério cronológico de publicação.

Na fase de exploração do material, será utilizado um formulário de coleta de dados (FCD) (ver apêndice B) elaborado com a finalidade de categorizar⁴⁴ as unidades de registro e codificar⁴⁵ seus subcomponentes de acordo com os seguintes critérios:

- *Data de publicação*
- *Tipo de texto*

Os textos foram segregados por tipo dentro da seguinte classificação:

TIPO	ABREVIATURA	FUNÇÃO MATEMÁTICA
Reportagem	RP	× 1,2
Entrevista	ET	× 1,2
Nota: máximo de dois parágrafos	NT	× 1
Carta de leitores	CA	× 1
Artigo	AR	× 1
Editorial	ED	× 1
Coluna	CO	× 1

Tabela 16: Tipo de texto

Para os textos do tipos Reportagem e Entrevista, foi atribuída uma pontuação ligeiramente superior, com a intenção de diferenciar sua valoração em função do maior apelo comunicativo destas modalidades de texto. Trata-se de gêneros mais valorizados dentro do jornalismo, pois, frequentemente, recebem um tratamento mais aprofundado por parte dos profissionais.

⁴⁴ “Funciona por desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo agrupamentos analógicos. Entre as diferentes possibilidades de categorização encontra-se a análise temática, bastante rápida e eficaz.” (Fonseca Júnior, 2005:301)

⁴⁵ “A codificação é o processo pelo qual os dados em bruto são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo.” (Holsti, 1969, *apud* Bardin, 2011:129)

- *Posição*

As unidades publicadas na capa recebem maior valoração em função do potencial de visualização alcançado pelo seu posicionamento no material informativo.

POSIÇÃO	FUNÇÃO MATEMÁTICA
CAPA	× 2
INTERNO	× 1

Tabela 17: Posição

- *Foco principal da notícia*

Este parâmetro se refere à identificação do sujeito mais representativo da mensagem. Serve para diferenciar aqueles textos cuja figura central da notícia seja uma das instituições analisadas.

FOCO PRINCIPAL DA NOTÍCIA	ABREVIATURA	FUNÇÃO MATEMÁTICA
Forças Armadas	FA	× 1,5
Outros	OT	× 1

Tabela 18: Foco principal da notícia

- *Dimensão do texto*

Tem como referência o espaço ocupado na página pelo texto completo (verbal e imagem). Será classificado em formato de fração de página, conforme segue:

DIMENSÃO DO TEXTO	FUNÇÃO MATEMÁTICA
1	× 2
1/2	× 1,8
1/4	× 1,4
1/8	× 1,2
1/16	× 1

Tabela 19: Dimensão do texto

A pontuação é diretamente proporcional ao espaço ocupado, o que representa uma capacidade diferenciada de visualização e de quantidade de conteúdo disponível da unidade de registro.

- *Direção do Texto Verbal*

A direção do texto verbal é um valor parcial dado à unidade de registro em função da análise qualitativa de seu conteúdo verbal, capaz de indicar o direcionamento da mensagem central, dentro de uma escala classificada entre “excelente” e “péssimo”, com valores intermediários.

A direção do texto verbal é composta pelo somatório dos valores parciais da “direção do corpo”, da “direção do título” e da “direção do *lead*”⁴⁶. Portanto, temos:

$$\text{Direção do Texto Verbal} = \text{Direção do corpo} + \text{Direção do título} + \text{Direção do lead}$$

A lógica de pontuação destes três fatores é semelhante à direção do texto verbal, conforme segue:

Direção do corpo do texto verbal:

É a valoração do corpo da mensagem, apenas. Sem título e sem *lead*.

DIREÇÃO DO CORPO	ABREVIATURA	FUNÇÃO MATEMÁTICA
Excelente	EX	2
Muito bom	MB	1,6
Bom	BO	1,2
Neutro	NE	0
Ruim	RU	(-1,2)
Muito ruim	MR	(-1,6)
Péssimo	PE	(-2)

Tabela 20: Direção do texto

⁴⁶ Abertura da Notícia. Primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso. Relato mais importante de uma notícia. Na forma mais clássica, esse relato começa pelo aspecto mais importante do fato (LAGE, 1985:72).

Direção do título do texto verbal:

É a valoração do título, quando presente na unidade, como um elemento isolado.

DIREÇÃO DO TÍTULO	ABREVIATURA	FUNÇÃO MATEMÁTICA
Excelente	EX	2
Muito bom	MB	1,6
Bom	BO	1,2
Neutro	NE	0
Ruim	RU	(-1,2)
Muito ruim	MR	(-1,6)
Péssimo	PE	(-2)

Tabela 21: Direção do título

Direção do lead do texto verbal:

É a valoração do *lead*, quando presente na unidade, como um elemento isolado.

DIREÇÃO DO LEAD	ABREVIATURA	FUNÇÃO MATEMÁTICA
Excelente	EX	2
Muito bom	MB	1,6
Bom	BO	1,2
Neutro	NE	0
Ruim	RU	(-1,2)
Muito ruim	MR	(-1,6)
Péssimo	PE	(-2)

Tabela 22: Direção do lead

- *Imagem*

O parâmetro imagem é essencial para diferenciar a valoração entre as unidades de registro. Uma pontuação mais expressiva é dada às mensagens munidas de algum tipo de imagem, em função do implícito potencial comunicativo inerente ao texto visual.

O valor final, dado a cada imagem, é o produto de sua dimensão por seu direcionamento. Portanto:

$$\text{Imagem} = \text{Dimensão da Imagem} \times \text{Direção da Imagem}$$

A valoração da dimensão e da direção da imagem é definida da seguinte forma:

Dimensão da Imagem:

Tem como referência o espaço que a imagem ocupa na página. Será classificada em formato de fração de página, conforme tabela abaixo:

DIMENSÃO DA IMAGEM	FUNÇÃO MATEMÁTICA
1	$\times 4$
1/2	$\times 2$
1/4	$\times 1,5$
1/8	$\times 1,2$
1/16	$\times 1$

Tabela 23: Dimensão da Imagem

Sua valoração é proporcional ao espaço que ocupa no produto informativo.

Direção da Imagem:

Este parâmetro segue uma lógica de classificação e valoração semelhante a “direção do texto verbal”. Porém, não contempla a classificação “neutra”.

DIREÇÃO DA IMAGEM	ABREVIATURA	FUNÇÃO MATEMÁTICA
Excelente	EX	$\times 2,5$
Muito boa	MB	$\times 2$
Boa	BO	$\times 1,5$
Ruim	RU	$\times (-1,5)$
Muito ruim	MR	$\times (-2)$
Péssima	PE	$\times (-2,5)$

Tabela 24: Direção da Imagem

Imagens com avaliação neutra não serão utilizadas na pesquisa. Pois uma valoração com igual a “zero” invalidaria a fórmula utilizada para a pontuação final.

- *Valor final do texto*

Portanto, levando-se em consideração todos os parâmetros de classificação, o valor final do texto é obtido por meio da soma entre os valores do texto verbal e da imagem, conforme sentença abaixo:

$$\boxed{\text{Valor final do texto}} = \boxed{\text{Valor do Texto Verbal}} + \boxed{\text{Valor da Imagem}}$$

A fórmula completa para o valor final do texto se apresenta da seguinte forma:

Valor final do texto	=	Valor do corpo × Valor do título × Valor do lead	+	Dimensão da imagem × Direção da imagem
-----------------------------	---	---	---	--

Tabela 25: Valor final do texto

- *Fontes da informação*

O parâmetro “fontes da informação” não recebe valoração

FONTE DA INFORMAÇÃO	ABREVIATURA
Fontes oficiais das Forças Armadas	FOF
Fontes oficiais de outros órgãos envolvidos	FOO
Outras fontes	OFO

Tabela 26: Fontes da informação

- *Categorização temática*

Por fim, as unidades são categorizadas por afinidade a 30 temáticas⁴⁷ predefinidas:

TEMAS	
1.	Combate à criminalidade
2.	Ajuda humanitária em casos de catástrofes / acidentes
3.	Tecnologia
4.	Treinamento/exercícios/manobras/operações militares
5.	Missões de paz da ONU
6.	Fomento à indústria nacional
7.	Infraestrutura nacional
8.	Eventos cívicos
9.	Ações cívico-sociais
10.	Apoio a outros órgãos governamentais
11.	Eventos de entretenimento para a população
12.	Busca e salvamento em acidentes aéreos e naufrágios
13.	Educação
14.	Carreira militar
15.	Crimes envolvendo militares
16.	Ditadura militar
17.	Sucateamento das Forças Armadas
18.	Controle de tráfego aéreo
19.	Controle do tráfego marítimo
20.	Investigação de acidentes aeronáuticos
21.	Investigação de acidentes marítimos
22.	Segurança de voo
23.	Reaparelhamento
24.	Militares no esporte
25.	OVNI
26.	Segurança em grandes eventos
27.	Política
28.	Heroísmo / estórias de vida
29.	GLO (Garantia da Lei e da Ordem)
30.	Outros

Tabela 27: Temas

⁴⁷ A grande maioria dos temas selecionados mantém ligações intrínsecas com as variáveis elencadas na problematização do trabalho.

- *Valor Final da Unidade de Registro*

Na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, pretende-se, com o auxílio do programa *Microsoft Excel®*, gerar uma planilha que reúna todos os dados em bruto já mencionados e estabelecer as operações estatísticas necessárias à valoração das unidades de registro, de acordo com as valências pré-estabelecidas. Desta forma, foi necessário criar uma fórmula que pudesse reunir os dados fornecidos pelas unidades de registro em valores numéricos, conforme apresentada abaixo:

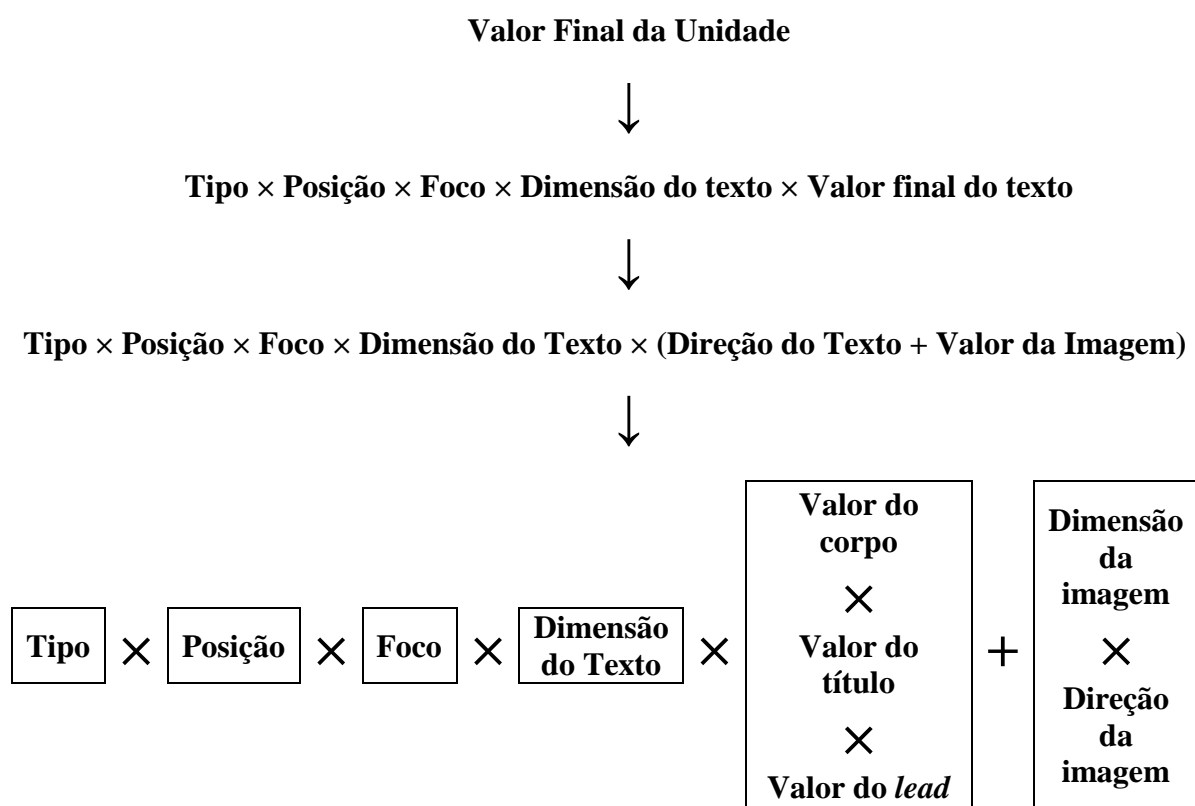


Tabela 28: Fórmula do Valor Final da Unidade de Registro

Portanto, esta sentença matemática, que utiliza os dados fornecidos pelos formulários de coleta de dados, gera a **pontuação final** de cada unidade de registro. Após o preenchimento de todos os formulários de coleta de dados, será possível gerar gráficos, e tabelas capazes de suportar a compilação das informações direcionadas pela análise do conteúdo. Isto deverá ocorrer levando-se em consideração a cronologia das unidades de registro. A finalidade do processo recai sobre a expectativa de chegarmos a resultados válidos e significativos, de forma a propormos as inferências e termos condições de

interpretar o produto final, à luz dos objetivos da pesquisa, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

4.3. Limitações Metodológicas

Uma das principais limitações metodológicas recai sobre a questão da cronologia dos efeitos da hipótese de *Agenda-setting*, uma vez que ainda não há parâmetros precisos para mensurar o *time-frame*⁴⁸ entre notícia e efeito no público. Conforme Saperas (1987), as investigações carecem da determinação do quadro temporal ótimo para analisar os efeitos cognitivos produzidos pelos meios de comunicação.

Quanto a isto, podemos apenas conjecturar quanto a uma expectativa de se chegar a médias estáveis e conclusivas, algo que só poderá ocorrer com a análise completa dos dados.

A premissa de que existe uma correlação direta entre o conteúdo divulgado pelos *media* e a opinião do público sobre este mesmo conteúdo, pode ser questionada pelo simples fato de considerarmos que os indivíduos podem obter informações sobre determinado assunto por outros meios que não os *mass media*. A exemplo da pesquisa de Tipton, Haney e Baseheart (1975) que contestam a abordagem metodológica de McCombs e Shaw (1972) no que diz respeito às poucas “fontes de informação direta” sobre temas de campanha política, que os eleitores possuem. Os três afirmam que os diferentes eleitores podem ser expostos a influências interpessoais, “experiências pessoais, perspectivas de grupos e condições do mundo real” (*cf.* Erbring, Goldenberg e Miller, 1980), principalmente em campanhas locais. Nesta mesma linha de pensamento, Behr e Iyengar (1985) alertam para as limitações decorrentes do fato de que a muitos pesquisadores ignoram os resultados da experiência direta dos indivíduos, ou seja, as justificativas para se definir a agenda do público devem incorporar as experiências mediadas e diretas, pois ignorá-las pode resultar em estimativas exageradas dos efeitos dos meios de comunicação. Nossa pesquisa também está sujeita a esse tipo de contingência.

Estes dois últimos autores também chamam a atenção para outra limitação compreendida no fato de que os pesquisadores de *Agenda-setting* têm desconsiderado a possibilidade de um efeito *feedback*, ou seja, dá-se como certo que a cobertura de notícias

⁴⁸ *Time-frame* ou quadro temporal. Pressupõe-se que vai desde o aparecimento dos itens de atualidade num *media* até a sua integração na agenda pública. (SAPERAS, 1987:69)

é uma “força diretiva unidirecional” onde o público não influencia a cobertura dos meios. Trata-se do mesmo questionamento, também, abordado por Iyengar e Simon (1993, *apud* Formiga, 2006:76): “A convergência entre as agendas do público e dos meios de comunicação significa que as notícias pautaram o público ou os jornalistas e editores formataram sua cobertura de acordo como as preocupações políticas da audiência?” Este ponto de vista pode estar implícito na nossa proposta de pesquisa, sendo que não possuímos ferramentas para medir essa influência bidirecional do efeito *feedback*.

Outra limitação metodológica que se reveste de grande relevância para nossa pesquisa, recai sobre a escolha da fonte de dados que, no nosso caso, delimita-se pelo conteúdo de apenas um jornal impresso. A definição da base de dados foi feita com a consciência de que a amostra pode não ser representativa dentro de um universo muito maior, composto por todos os meios de comunicação de massa. Brosius e Kepplinger (1990) também observaram estas limitações em diversas pesquisas que têm se concentrado nos efeitos causados pela imprensa escrita. Para eles, há de se considerar que “a televisão tornou-se o meio que fornece informação política à maioria dos cidadãos das sociedades ocidentais e a fonte de informação com mais credibilidade”. De fato, a televisão é o mais abrangente meio de comunicação do Brasil e principal fonte de informação para a maioria dos brasileiros, apesar do franco crescimento de outros *media*, principalmente aqueles veiculados na *internet*. Portanto, apesar de partirmos do pressuposto que existe uma inter-relação entre as agendas dos vários meios de comunicação, é possível que os leitores do jornal *Folha de São Paulo* não constituam uma parcela representativa de toda a população brasileira, diferentemente das amostras utilizadas nas pesquisas de opinião *ICJBrasil* e *SIPS-Defesa Nacional*.

Outra limitação deste trabalho aponta para a subjetividade presente no processo de classificação de direção de textos e imagens das unidades de registro. Este processo abre possibilidade para diferenças de interpretação, o que pode resultar em diferenças na pontuação final, inclusive com inversão de direcionamento, ou seja, aquilo que para um avaliador é considerado bom, pode ser visto como ruim para outro.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, buscaremos levantar dados e fazer as associações necessárias entre eles, de forma a obtermos respostas para as questões da pesquisa e, conseqüentemente, colocar em prova as hipóteses do trabalho. Dividimos esta tarefa em dois subcapítulos que diferem entre si, visto que um abordará as hipóteses e questões centrais da pesquisa e o outro incide sobre as questões e hipóteses secundárias.

5.1. Hipóteses e Questões Secundárias – Análise empírica

- *Hipóteses Secundárias*

“A participação dos setores de comunicação social das Forças Armadas, no processo de construção da notícia, é efetivamente benéfica para as mesmas.”

“Algumas temáticas associadas às Forças Armadas recebem, por parte dos media, atenção destacada.”

“Aspectos relacionados à história das Forças Armadas influenciam, na atualidade, a abordagem dos media.”

“Existem padrões temporais implícitos na publicação de notícias relacionadas às Forças Armadas.”

“As quatro instituições apresentam desempenhos mediáticos diferentes quando analisadas isoladamente.”

“Existem diferenças de abordagem consoante o posicionamento da notícia ser na capa ou no interior do caderno.”

“Algumas temáticas possuem potencial diferenciado quanto a sua associação com imagens.”

“Alguns acontecimentos foram responsáveis por desempenhos mediáticos diferenciados.”

Os meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março apresentaram um histórico de maior relevância no que se refere à quantidade citações, revelando um possível padrão no qual existe uma tendência de maior abordagem no início e final de cada ano.

MÊS/ANO	2010	2011	2012	TOTAL
JAN	53	14	6	74
FEV	21	9	35	65
MAR	21	8	31	60
ABRIL	6	11	22	39
MAIO	9	9	25	43
JUN	3	0	24	27
JUL	3	7	24	34
AGO	6	19	15	40
SET	3	15	11	29
OUT	6	10	4	20
NOV	17	14	25	56
DEZ	22	17	9	48

Tabela 29: Número de unidades por mês

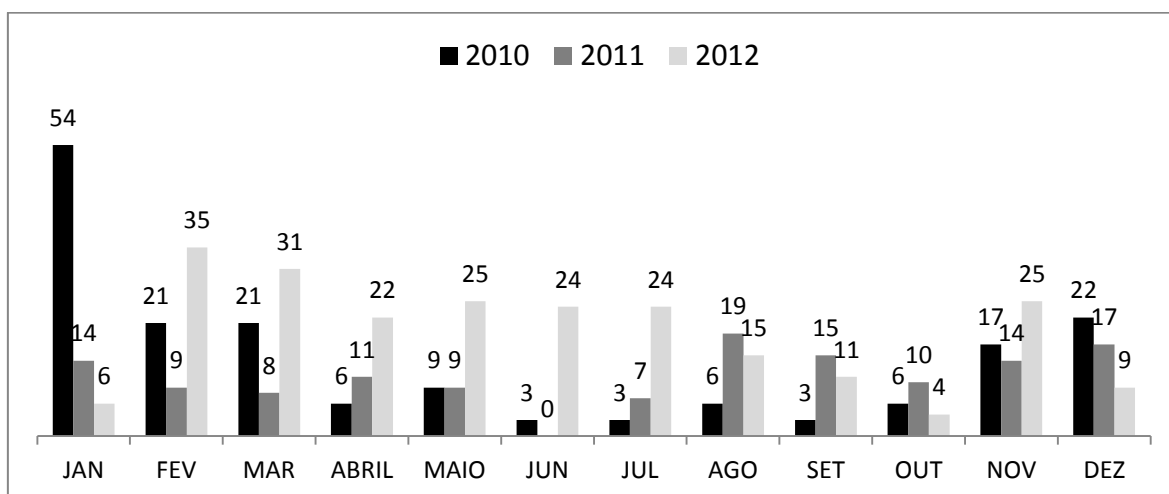


Gráfico 2: Número de citações por mês, segregados por ano.

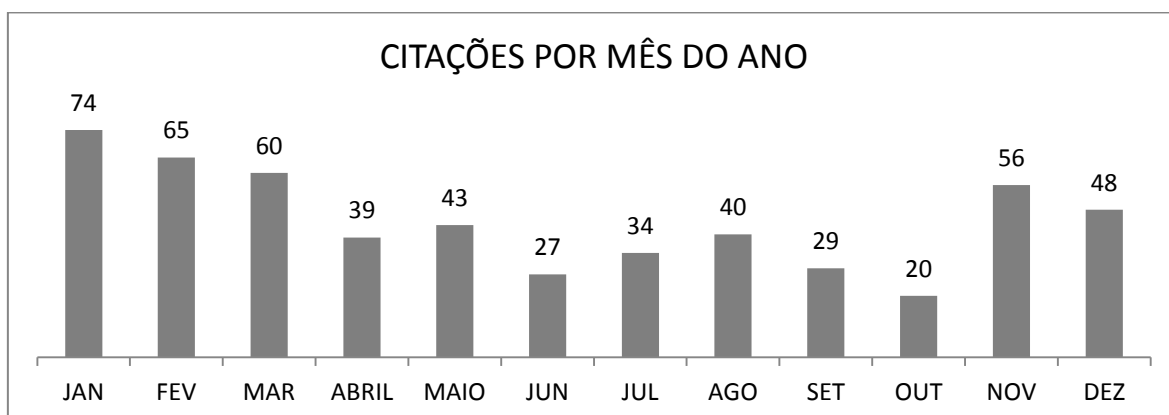


Gráfico 3: Somatório de citações por mês em três anos

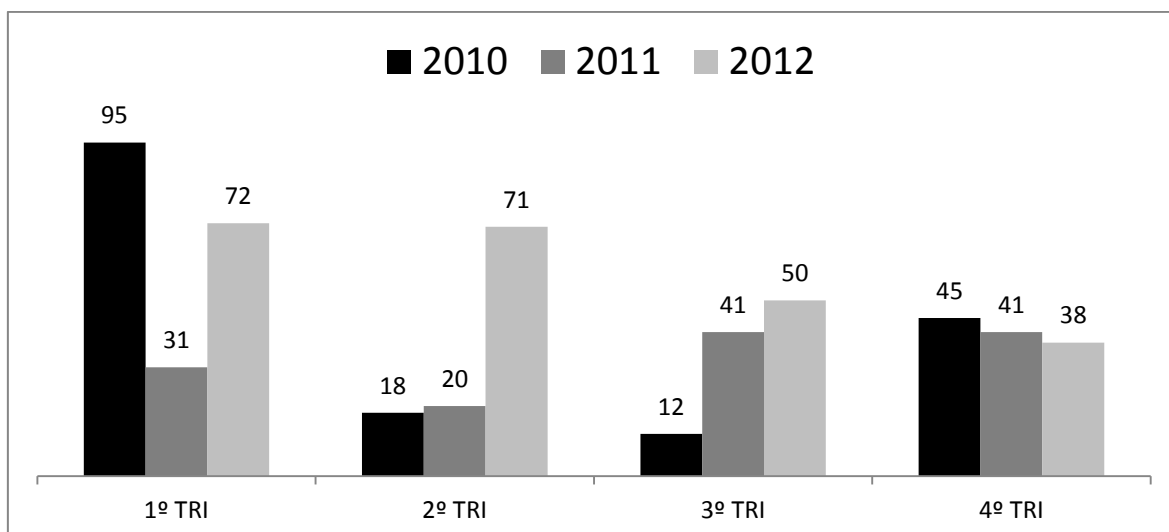


Gráfico 4: Número de citações por trimestre

Quanto à pontuação, observa-se que também surgem padrões relacionados à época do ano, uma vez que as mais relevantes pontuações positivas (86%) se concentram no início e fim dos anos, enquanto os resultados negativos são, em grande maioria, estabelecidos nos períodos intermediários.

MÊS/ANO	2010	2011	2012	TOTAL
JAN	202,54	65,44	26	293,98
FEV	28,7	-34,47	183,86	178,09
MAR	13,31	-86,21	-130,33	-203,23
ABRIL	19,44	-65,48	79,13	33,09
MAIO	-41,9	-65,19	-59,29	-166,38
JUN	-47,02	0	-135,74	-182,76
JUL	1,68	-6,84	-136,22	-141,38
AGO	-15,84	-98,14	-37,01	-150,99
SET	2,91	6,07	-7,65	1,33
OUT	32,54	45,53	-11,33	66,74
NOV	56,86	-116,36	-4,98	-64,48
DEZ	161,12	58,91	-70,18	149,85

Tabela 30: Pontuação em cada mês

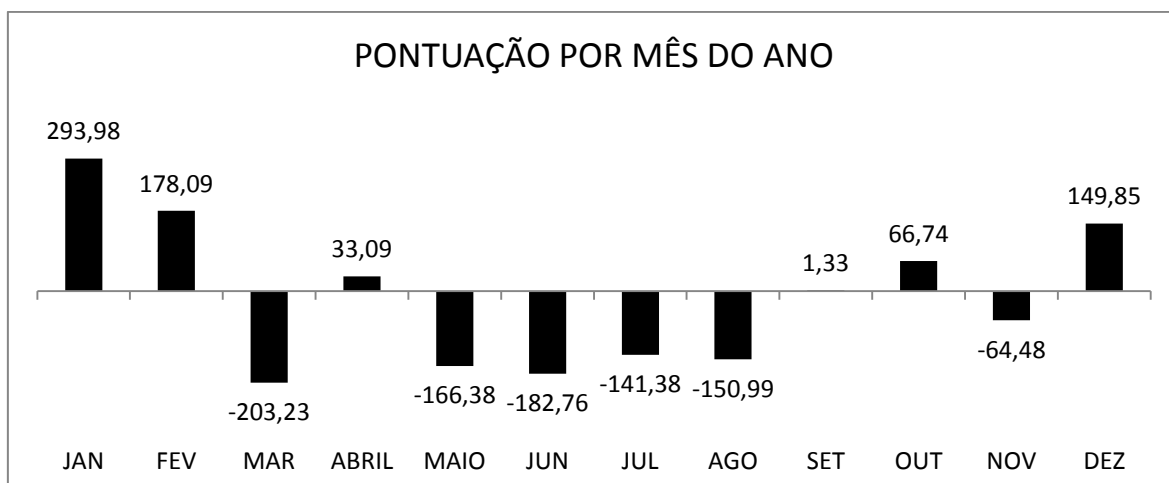


Gráfico 5: Total pontuação por mês

- Parâmetro *Fonte da informação*

O levantamento de dados também nos permitiu analisar resultados levando-se em consideração o tipo de fonte da notícia, ou seja, se os textos levaram em conta informações advindas de fontes oficiais - Ministério da Defesa, Exército, Marinha ou Aeronáutica - de fontes de outros órgãos - outras instituições envolvidas - ou de outras fontes quaisquer.

Os resultados mostram que a maioria das unidades está relacionada a Outras Fontes. Além disso, existe também uma associação entre pontuação negativa e o parâmetro Outras Fontes. Os resultados se invertem quando as unidades de registro estão associadas às Fontes Oficiais ou Fontes de Outros Órgãos, pois nestes casos, as pontuações são predominantemente positivas.

FONTE	QTD	PTS
FONTES OFICIAIS - FOF	114	191,8
FONTES DE OUTROS ÓRGÃOS - FOO	103	148,43
OUTRAS FONTES - OFO	317	-228,9

Tabela 31: Fonte da informação

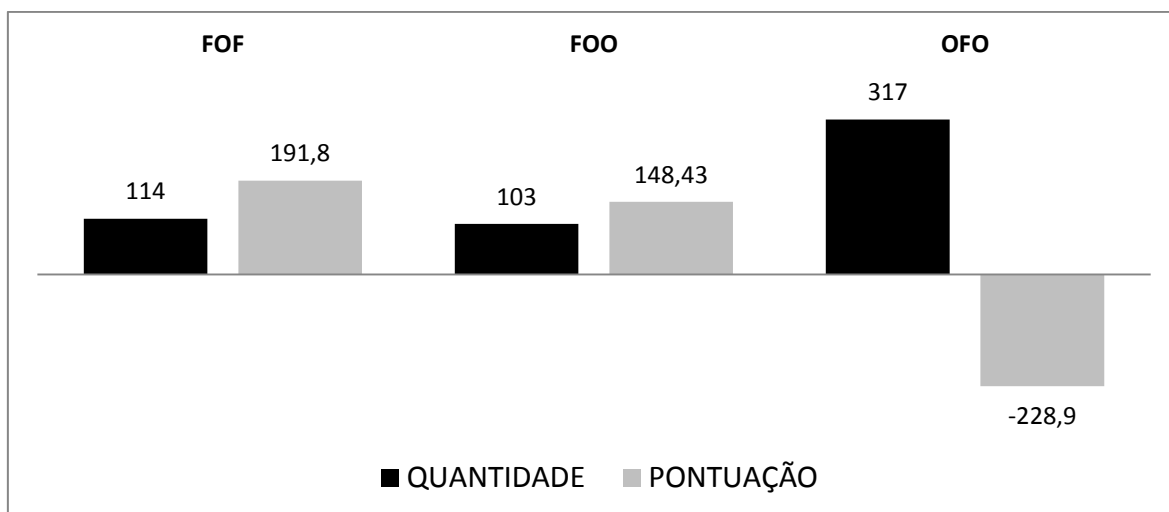


Gráfico 6: Quantidade e pontuação por tipo de fonte da notícia.

A análise da distribuição das unidades de registro por dias da semana trouxe resultados interessantes, pois tornou possível traçar um perfil do desempenho midiático da instituição em relação a este parâmetro. É possível identificar grandes diferenças de abordagem jornalística. A melhor pontuação é obtida na segunda-feira, acumulando 97% do valor positivo. Já a pior pontuação é alcançada aos domingos, que somam 82% de toda a valoração negativa. É, também, no domingo que se concentra o maior número de unidades de registro, com um acréscimo de cerca de 30% em relação aos outros dias da semana.

DIA	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
SEGUNDA	73	294,63
TERÇA	71	-9,71
QUARTA	68	-56,18
QUINTA	60	-21,16
SEXTA	83	8,2
SÁBADO	77	0,62
DOMINGO	102	-401

Tabela 32: Quantidade e pontuação das unidades por dia da semana

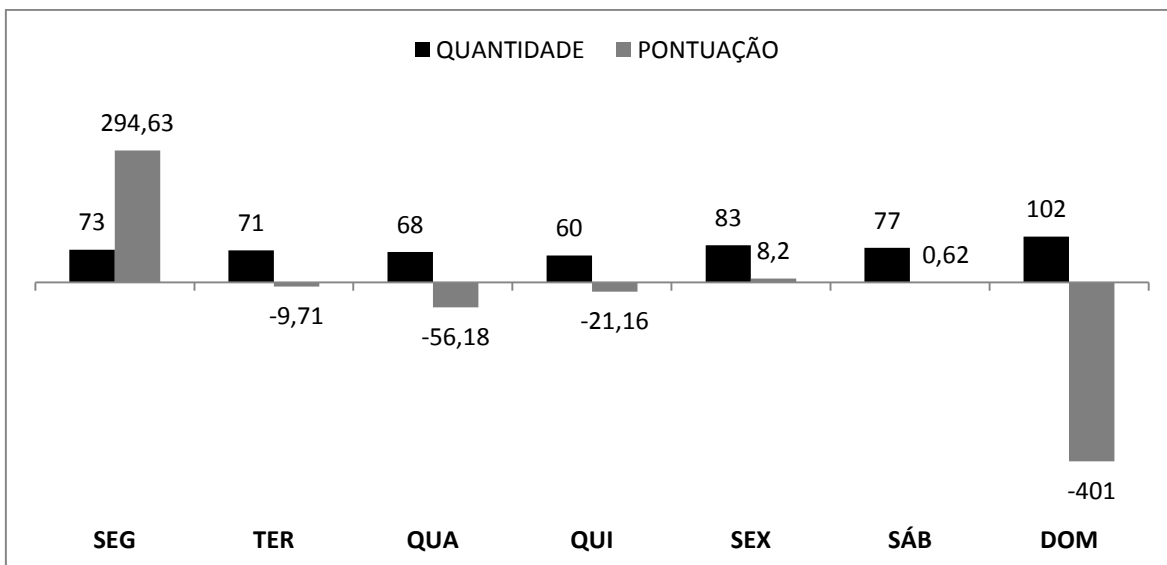


Gráfico 7: Quantidade e pontuação das unidades por dia da semana

- Parâmetro *Posição do texto*

Ao isolarmos os textos por posição que ocupam no jornal, ou seja, unidades publicadas na capa e unidades publicadas em qualquer uma das demais páginas, encontramos os seguintes resultados:

POSICÃO	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
CAPA	45	386,97
INTERNO	489	-572,6

Tabela 33: Número de citações por posição

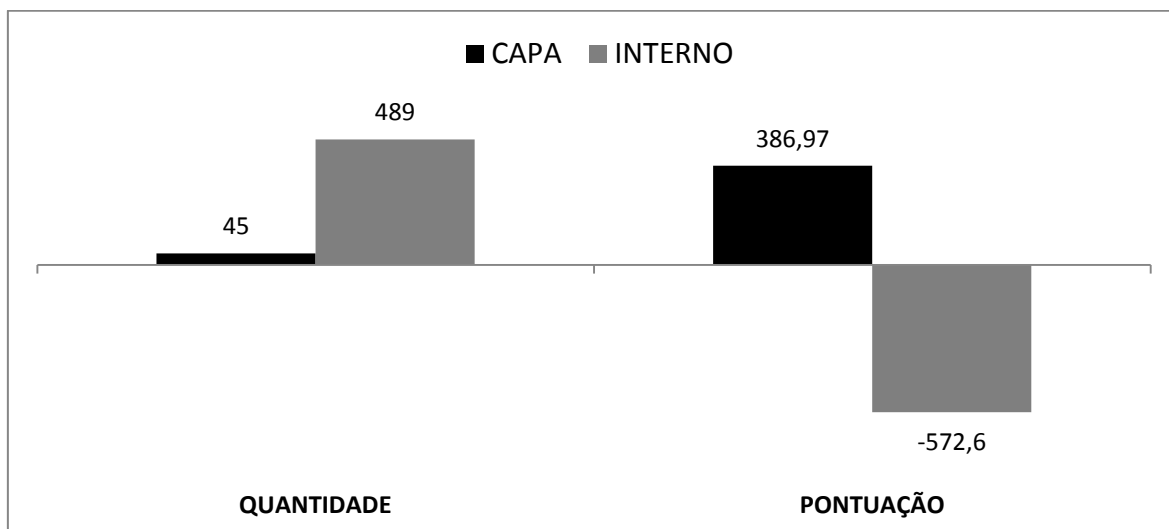


Gráfico 8: Posição do texto

As “notícias de capa” compõem aproximadamente 8,5% do total publicado. No entanto, elas apresentam bom potencial positivo ao passo que as demais notícias apresentam taxa de pontuação negativa.

Ao isolarmos as publicações de capa por cada Força, os resultados apontam para uma proporcionalidade na distribuição entre notícias de capa e total de notícias referente a cada Força. No entanto, nota-se um desempenho bastante positivo para FA (Forças Armadas), o que contraria seu desempenho geral. Pois, com apenas 16 unidades de registro, as FA alcançaram uma pontuação de + 215,52, ao passo que obteve o total de – 501,47, no total de 286 unidades de registro.

FORÇA	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
FA	16	220,12
EX	15	103,35
FAB	8	22,72
MA	6	56,98

Tabela 34: Publicação de capa – Quantidade e Pontuação por Força

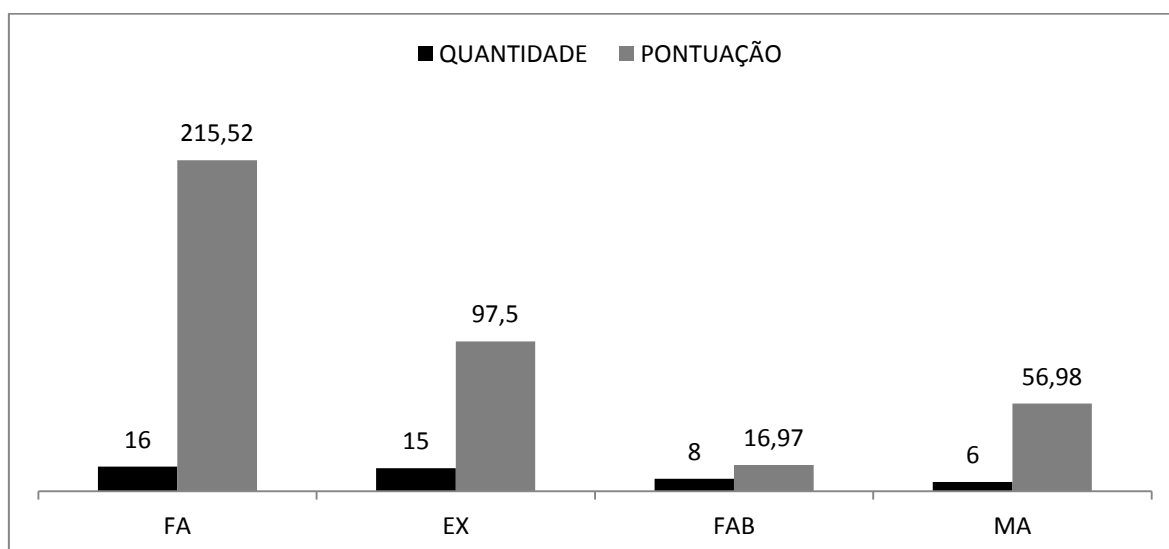


Gráfico 9: Quantidade e Pontuação publicações de Capa por Força

Aprofundando um pouco mais na análise dos dados referentes às publicações de capa, é possível identificar quais temáticas são mais representativas. Neste caso, em termos de quantidade, obtivemos um resultado expressivo para o tema 1, que representou 35% das publicações de capa, seguido pelos temas 18 (9%), 27 (9%), 16 (7%) e 19 (7%). Quanto à

pontuação, os destaques positivos foram para os temas 1, 5, 19, 2 e 4. E a preponderância negativa recaiu sobre as temáticas 16 e 17.

TEMA	FA		EX		FAB		MA		TOTAL	
	PTS	QTD	PTS	QTD	PTS	QTD	PTS	QTD	PTS	QTD
1	41,73	5	90,30	11					132,03	16
2	47,52	1							47,52	1
4	41,17	2							41,17	2
5	76,75	2							76,75	2
7			0,80	2					0,8	2
14							7,20	1	7,2	2
16	-13,06	2					-	1	-25,06	3
17	-9,60	1					-6,00	1	-15,6	2
18					12,41	4			12,41	4
19					-9,60	1	58,18	2	51,58	3
20					1,20	2			1,2	2
23					12,96	1	9,60	1	22,56	1
24			18,40	1					18,4	1
27	31,01	3	-12,00	1					19,01	4
TOTAL	220,12	16	103,35	15	22,72	8	56,98	6	403,17	45

Tabela 35: Publicação de capa por tema



Gráfico 10: Publicações de capa – Quantidade por tema

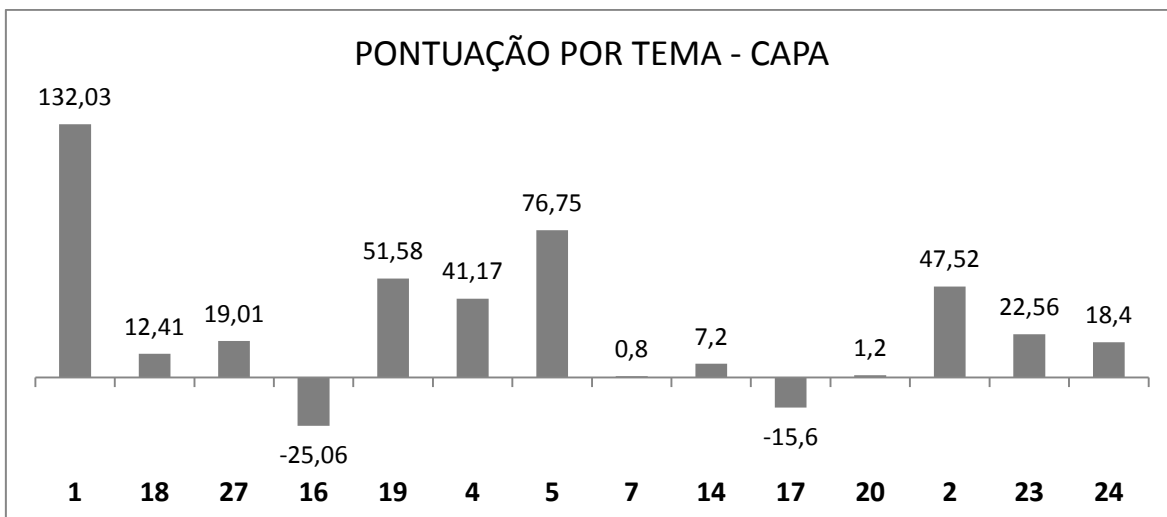


Gráfico 11: Publicações de capa – Pontuação por tema

A representatividade temática para notícias de capa, tomada isoladamente para cada Força, revela informações interessantes conforme segue:

No caso das FA (Forças Armadas), salientou-se a temática 5 (Missões de paz da ONU) que, apesar de ter obtido apenas duas citações, alcançou a maior pontuação. Já o EX (Exército) apresentou forte desempenho para a temática 1 (Combate à criminalidade). O tema 18 (Controle de tráfego aéreo) mostrou-se mais relevante para a FAB (Força Aérea). Da mesma forma, o tema 19 (Controle de tráfego marítimo) foi o mais destacado para a MA (Marinha).

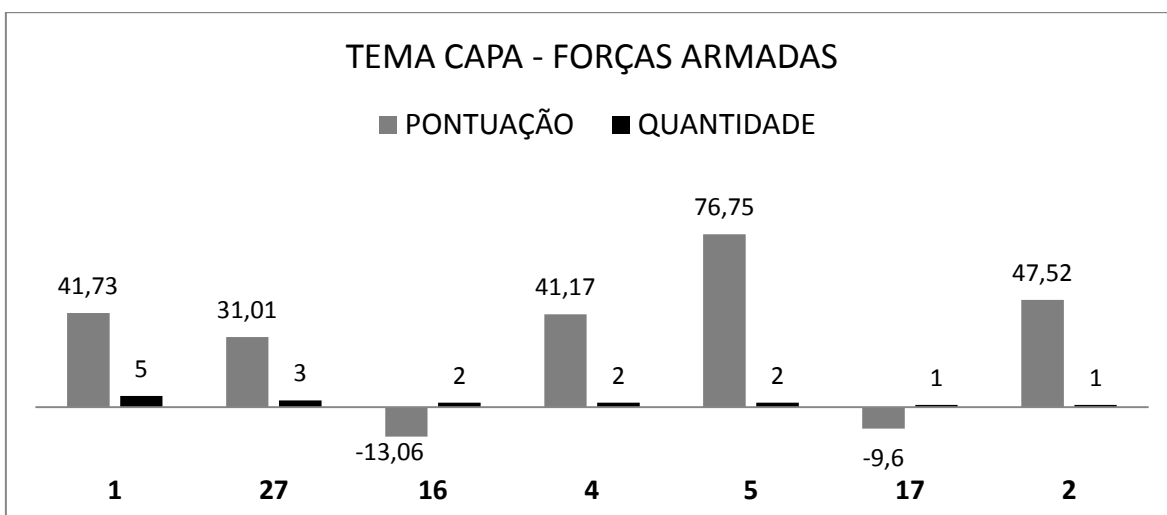


Gráfico 12: Publicação de capa por tema – Forças Armadas

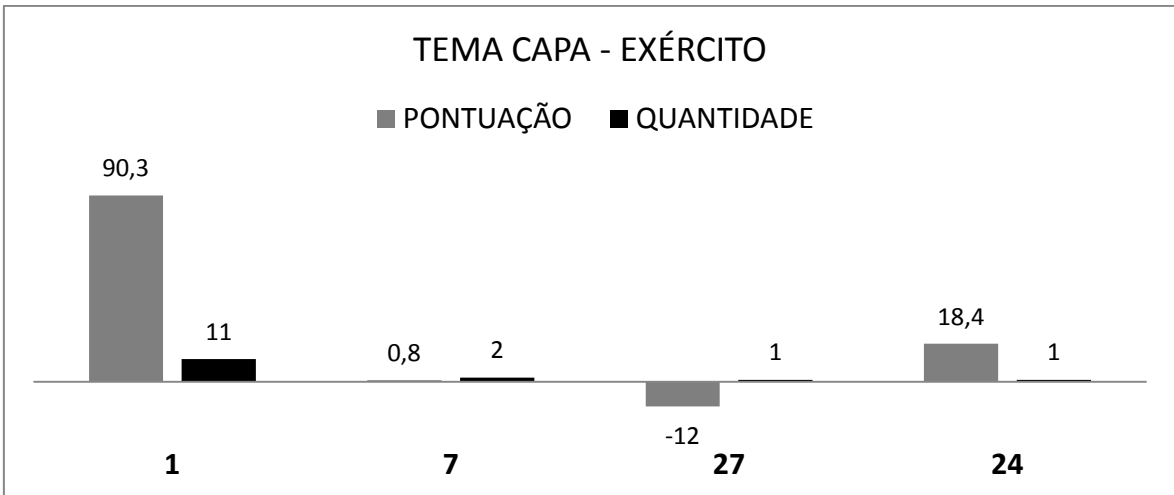


Gráfico 13: Publicação de capa por tema – Exército

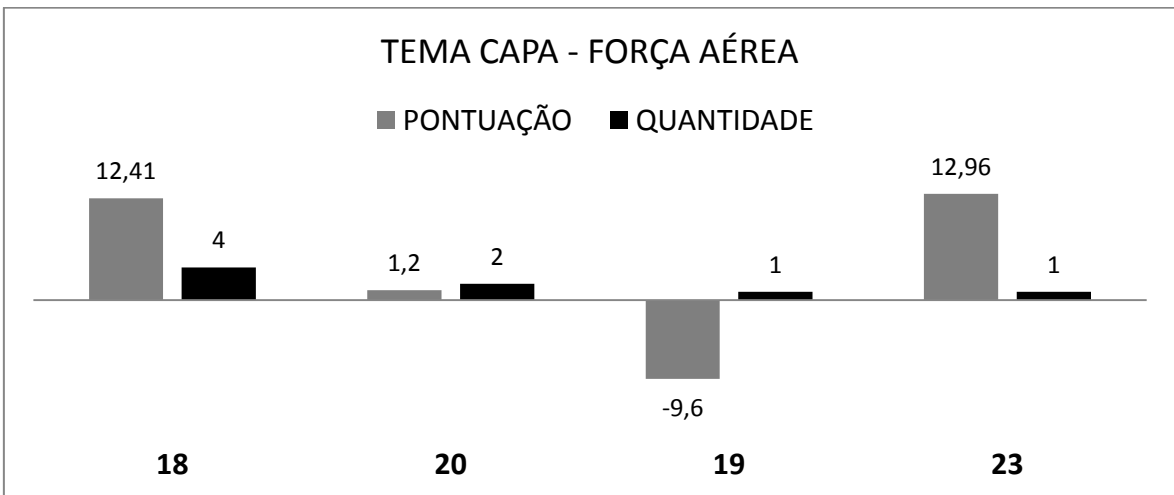


Gráfico 14: Publicação de capa por tema – Força Aérea

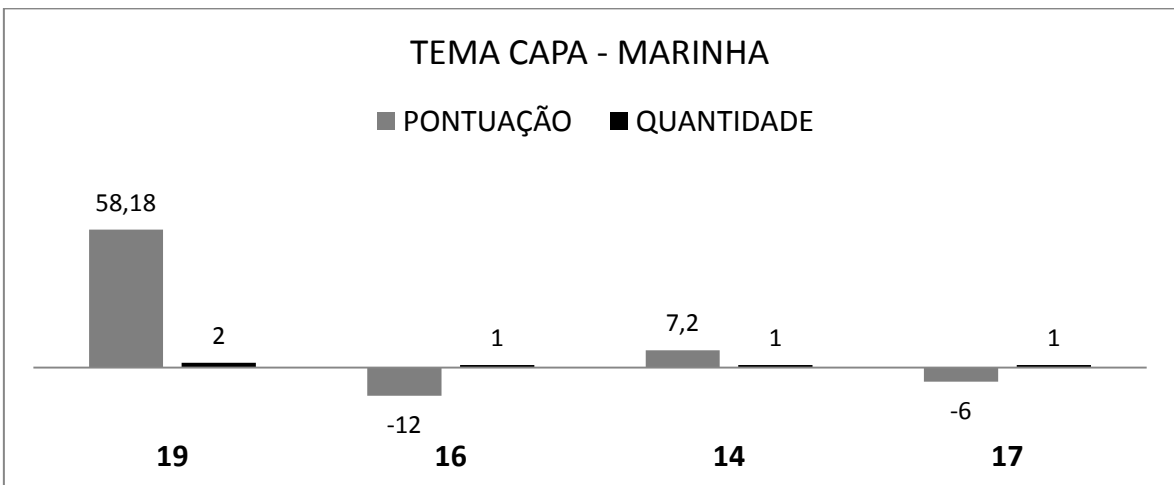


Gráfico 15: Publicação de capa por tema – Marinha

- *Parâmetro Imagem*

No que diz respeito ao texto visual, ou seja, as fotografias, desenhos, infográficos, etc, os dados apontam para uma proporcionalidade natural, na qual o número de imagens está diretamente relacionado à quantidade de unidades de registro de cada uma das Forças. Existe, também, uma proporcionalidade com relação à dimensão total das imagens e quantidade. No entanto, a pontuação não segue esta conformidade e apresenta desempenho diferenciado para FA (Forças Armadas), que foi a única com somatório negativo, o que condiz com a pontuação geral.

FORÇA	QUANTIDADE	DIMENSÃO	PONTUAÇÃO
FA	96	142,5	-76,98
EX	52	75,7	169,18
FAB	30	38,6	56,73
MA	23	33,3	52,93

Tabela 36: Imagens por Força

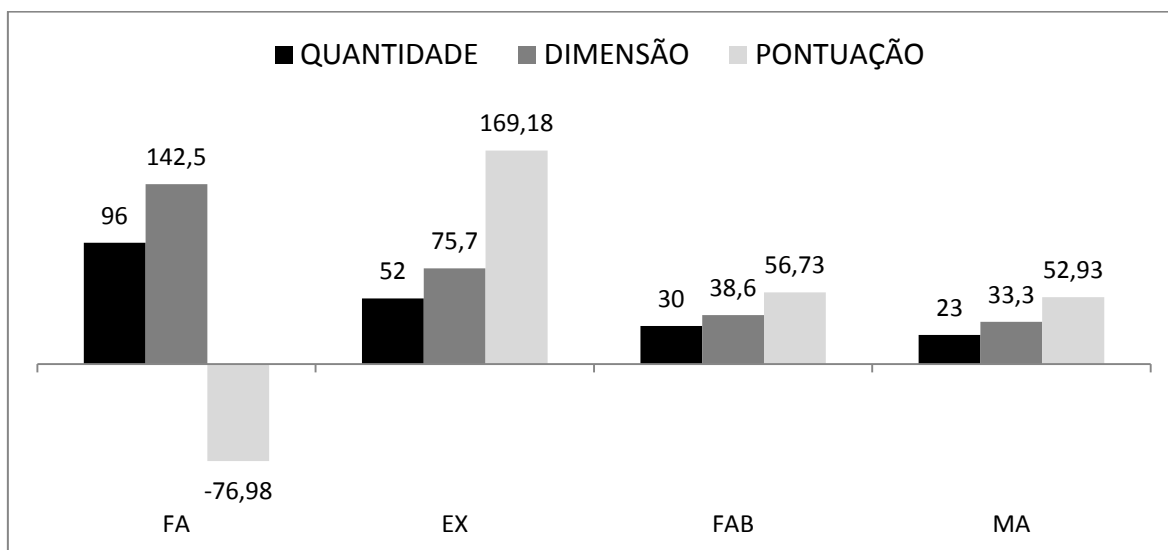


Gráfico 16: Quantidade, dimensão e pontuação do texto visual

Ao relacionarmos cada tema ao emprego das imagens, notamos uma forte tendência à simetria, na qual se observa que aproximadamente 1/3 das unidades de registro estão associadas a algum tipo de imagem, conforme observamos nos gráficos abaixo:

TEMA	QUANTIDADE	DIMENSÃO IMAGEM	PONTUAÇÃO
1	38	54,1	47,8
2	5	8,7	8
3	3	4,7	4
4	7	10,4	10,8
5	9	12,6	7
6	1	1,5	3,75
7	7	10,9	-0,35
8	1	1,2	-2,4
9	0	0	0
10	1	1,2	1,8
11	0	0	0
12	1	1,2	0
13	1	1,2	1,8
14	3	3,9	8,4
15	8	9,5	-12,3
16	54	77,7	-104,1
17	4	6,2	-4,05
18	14	18,3	12,75
19	2	3,5	8
20	2	2,7	2,25
21	3	4,4	-1,4
22	0	0	0
23	12	16,5	4,8
24	5	11	21,25
25	0	0	0
26	1	1,5	3
27	6	8,6	2,7
28	6	8,7	12,9
29	2	3	6
30	5	6,9	-6,65

Tabela 37: Imagens por tema

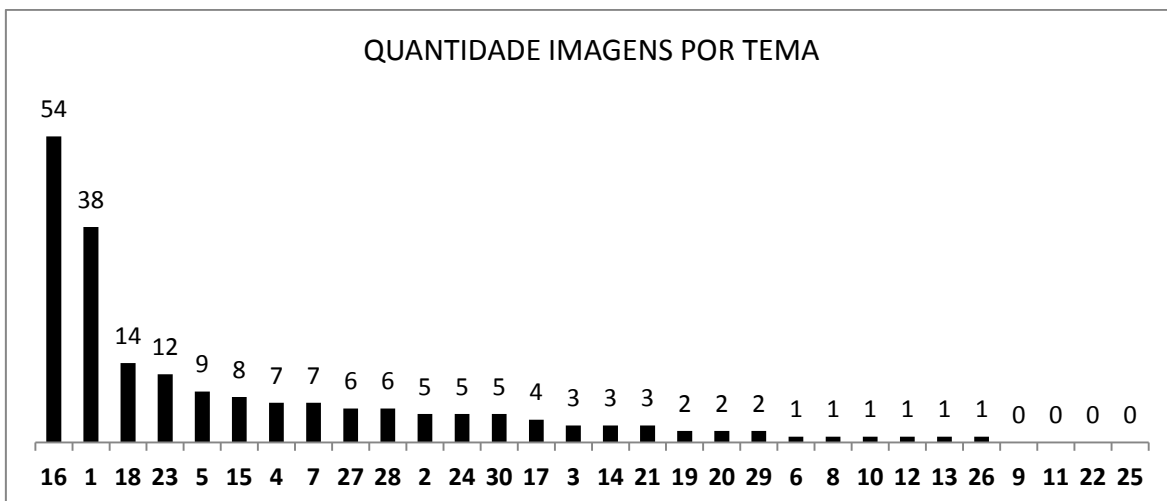


Gráfico 17: Quantidade de imagens por tema

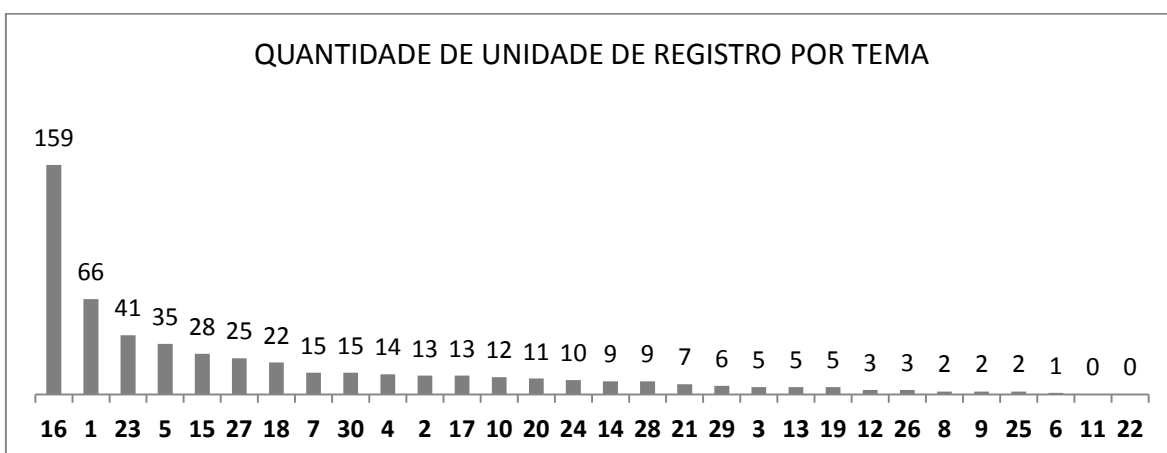


Gráfico 18: Quantidade de unidades de registro por tema

No entanto, observamos que algumas temáticas apresentam uma proporção diferenciada entre o número de unidades de registro associadas a imagens. Percebe-se que os temas 1 (Combate à criminalidade), 18 (Controle de tráfego aéreo), 4 (Treinamento/exercícios/manobras/operações militares) e 28 (Heroísmo/estórias de vida) obtiveram uma maior proporção na relação número de imagens por quantidade de unidades de registro, chegando a valores acima de 1/2, ao passo que a temática 27 (Política) dissonou com uma média abaixo de 1/4. Cabe ressaltar que 40% das publicações de capa, relacionadas à temática Combate à criminalidade, estavam associadas a imagens.

Quanto à pontuação alcançada pelas imagens, nota-se que os destaques negativos foram representados pelos temas 16 (Ditadura) e 15 (Crimes envolvendo militares) e os

destaques positivos ficaram por conta das temáticas 1 (Combate à criminalidade) e 24 (Militares no esporte).

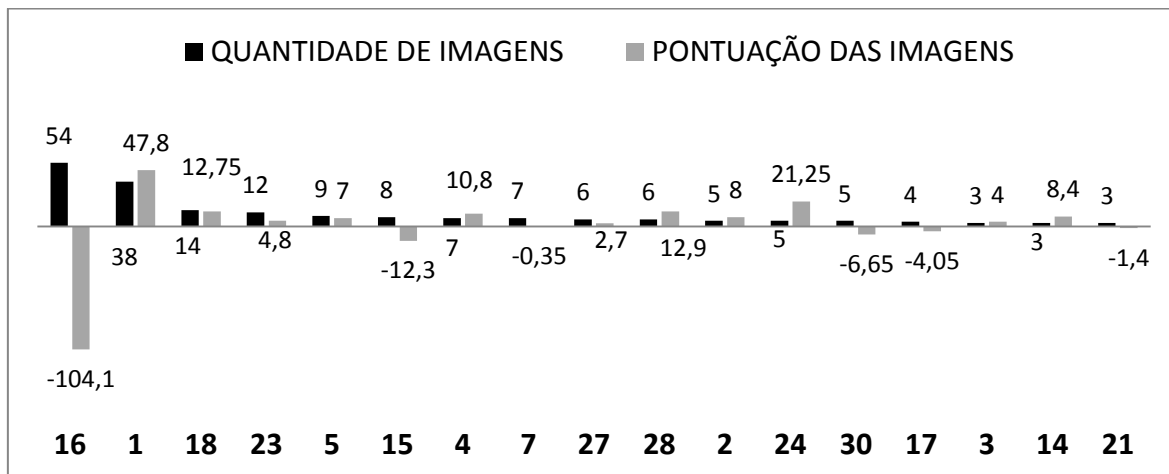


Gráfico 19: Quantidade e pontuação por tema

- Análises Trimestrais

No 1º trimestre de 2010 observou-se o maior número de unidades de registro da série avaliada, com um total de 95 citações. Percebe-se a preponderância positiva para os temas 23 (22 citações), 5 (11 citações), 4 (3 citações) e 27 (10 citações). E preponderância negativa para os temas 16 (27 citações) e 15 (5 citações).

O principal tema positivo deste trimestre foi o reaparelhamento das Forças Armadas (23) e o negativo foi a discussão sobre os desdobramentos da ditadura militar (16). O tema 4, que trata sobre treinamentos, exercícios e operações militares chama a atenção pela alta pontuação obtida, apesar de corresponder a apenas 3% da quantidade de citações. O mesmo ocorre em menor grau com o tema 15 (crimes cometidos por militares).

Na pontuação geral, ou seja, o somatório da pontuação de todos os temas, o 1º trimestre de 2010 ficou com 244,55 pontos positivos, o que corresponde a segunda maior pontuação da série avaliada (três anos).

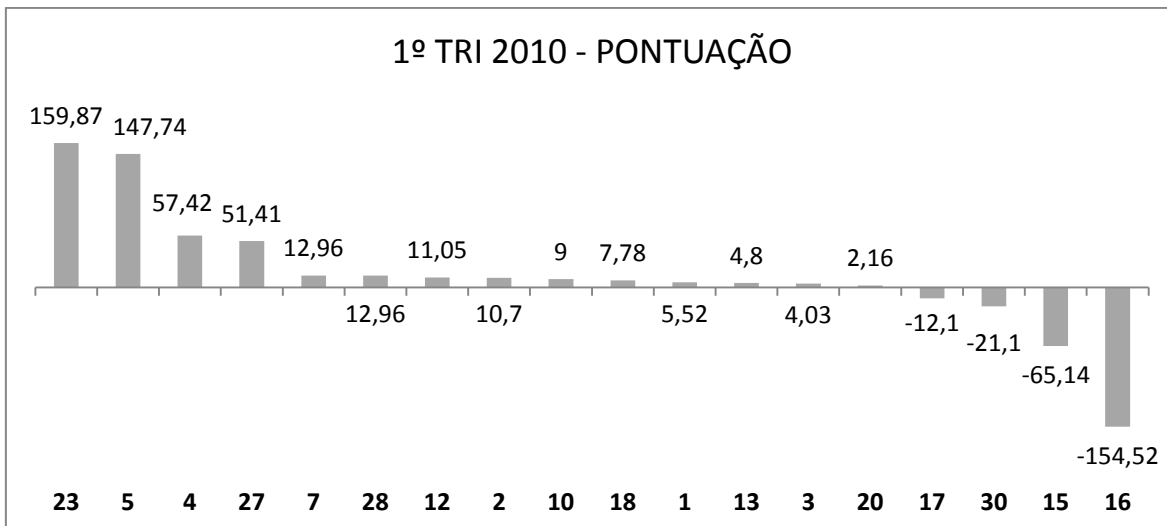


Gráfico 20: Pontuação das unidades por tema - 1º TRI 2010

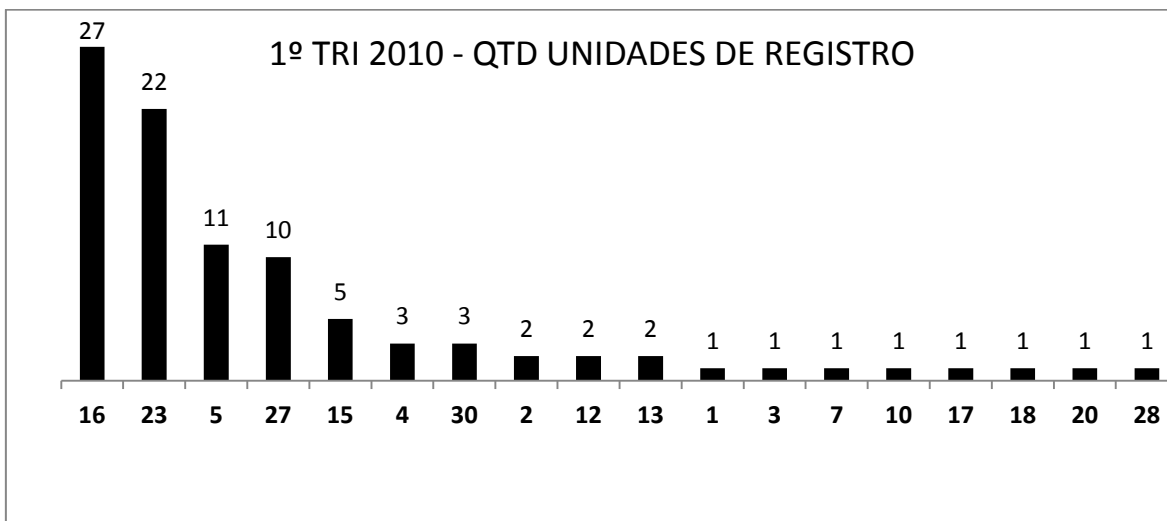


Gráfico 21: Quantidade de unidades de registro – 1º TRI 2010

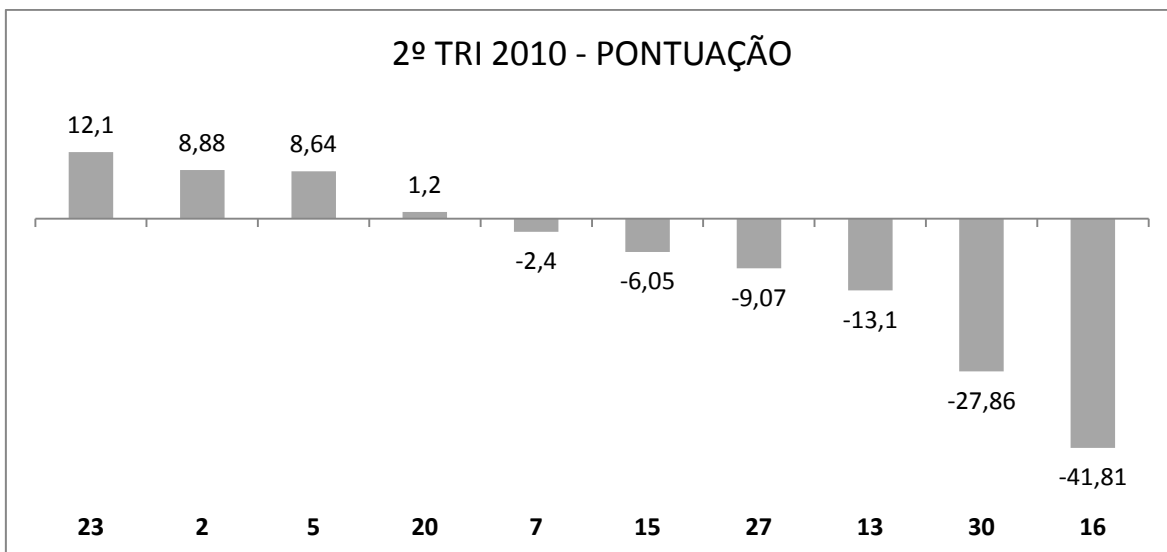


Gráfico 22: Pontuação das unidades por tema - 2º TRI 2010

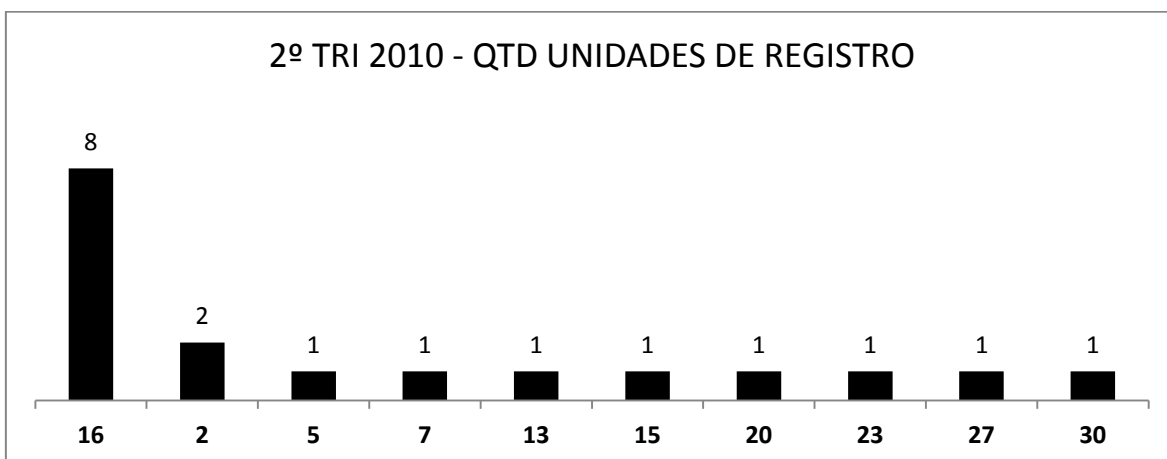


Gráfico 23: Quantidade de unidades de registro – 1º TRI 2010

No 2º trimestre de 2010, percebemos uma queda de 314,03 pontos, com relação ao trimestre anterior. Foi, também, um trimestre modesto no que diz respeito à quantidade de unidades de registro, foram apenas 18 contra 95 no 1º trimestre de 2010. O tema Ditadura (16) somou o maior número de citações e foi o maior responsável pela pontuação negativa do trimestre.

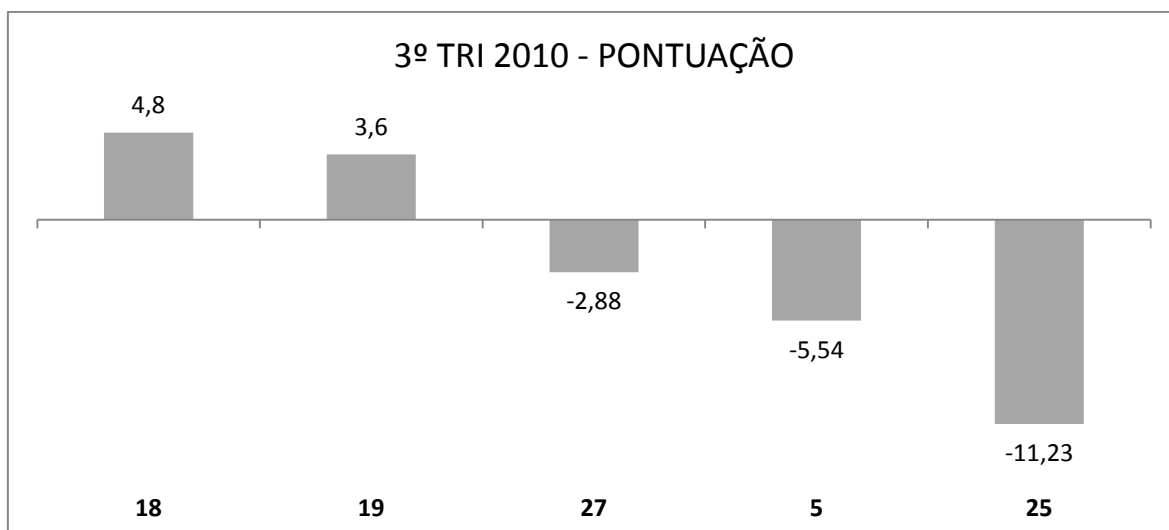


Gráfico 24: Pontuação das unidades por tema - 3º TRI 2010

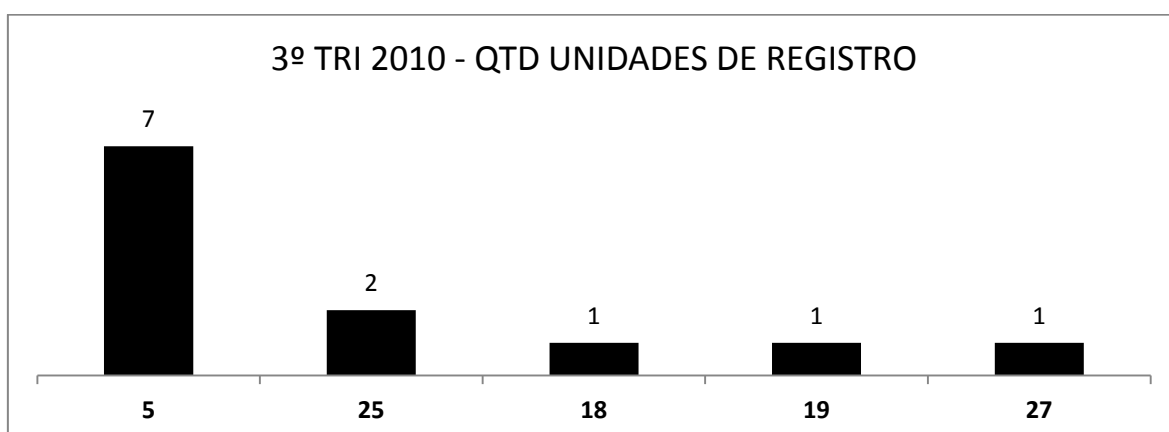


Gráfico 25: Quantidade de unidades de registro – 3º TRI 2010

O 3º trimestre de 2010 chama atenção pelo reduzido número de citações, apenas 12. Neste contexto, a participação brasileira em Missões de paz da ONU foi o destaque com 7 citações, porém, obteve uma pontuação pouco expressiva e negativa, indo de encontro a uma prévia expectativa de pontuação positiva.

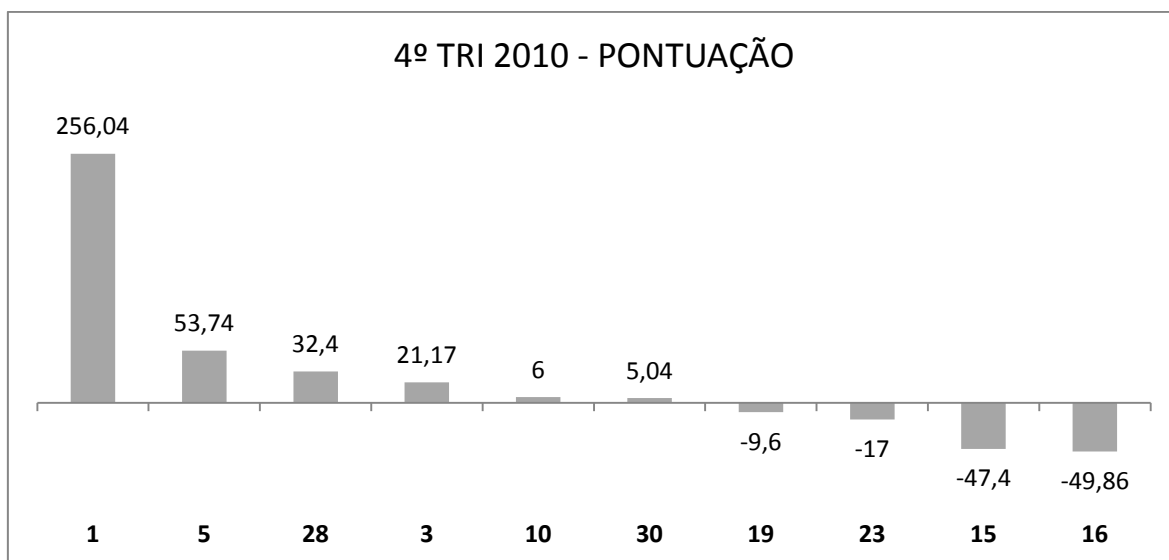


Gráfico 26: Pontuação das unidades por tema - 4º TRI 2010

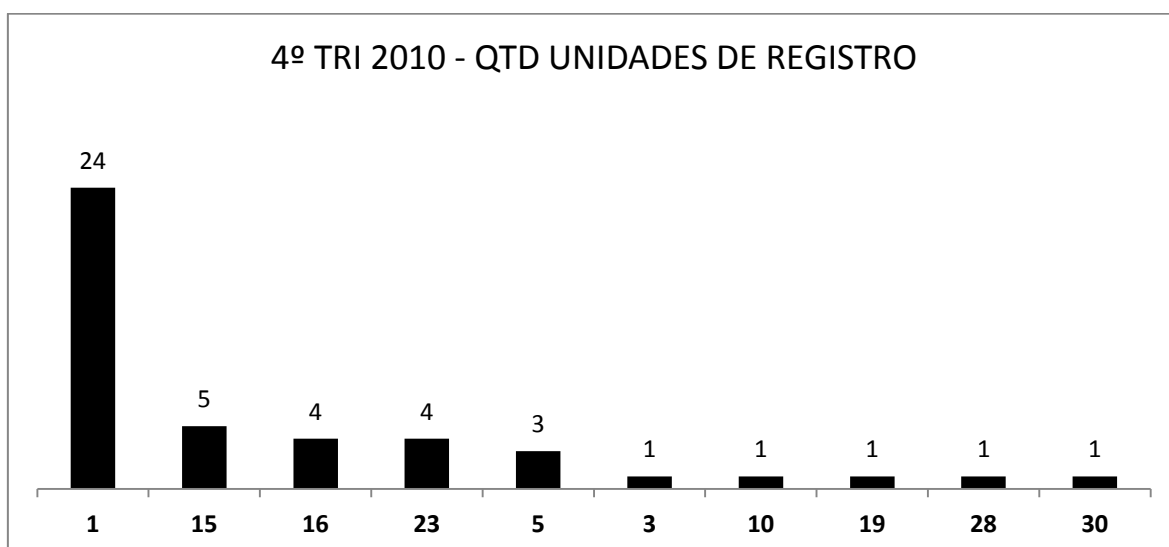


Gráfico 27: Quantidade de unidades de registro – 4º TRI 2010

A análise do 4º trimestre de 2010 trouxe resultados bastante representativos para a pesquisa, pois foi neste período que se obteve a maior pontuação da série avaliada com um total de 250,52 pontos, representando um acréscimo de 261,77 pontos com relação ao trimestre anterior. Destaque positivo para os temas 1 (Combate à criminalidade), 5 (Missões de paz da ONU) e 28 (Heroísmo/estórias de vida). Os destaques com pontuação negativa, mais uma vez, foram os temas 16 (Ditadura) e 15 (Crimes cometidos por militares). Vale salientar o desempenho para a temática 1, pois representou 53% de todas as citações do trimestre. Além disto, apresentou a maior contribuição positiva dentre todas

as temáticas, quando analisadas trimestralmente, atingindo 256,04 pontos. Apenas em termos de comparação, a segunda maior pontuação ocorre no 1º trimestre de 2012, quando este mesmo tema pontua em 174,63.

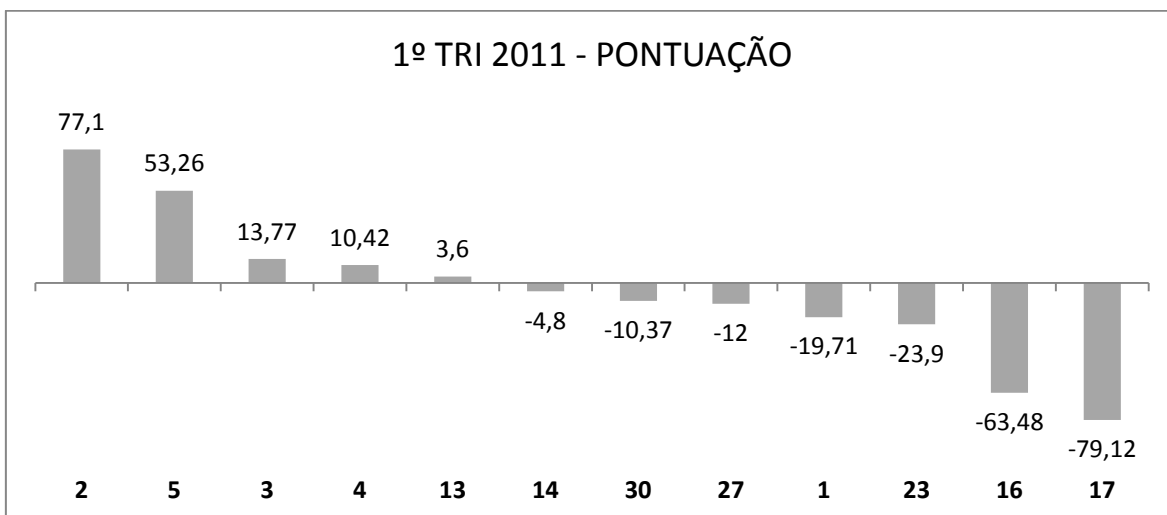


Gráfico 28: Pontuação das unidades por tema - 1º TRI 2011

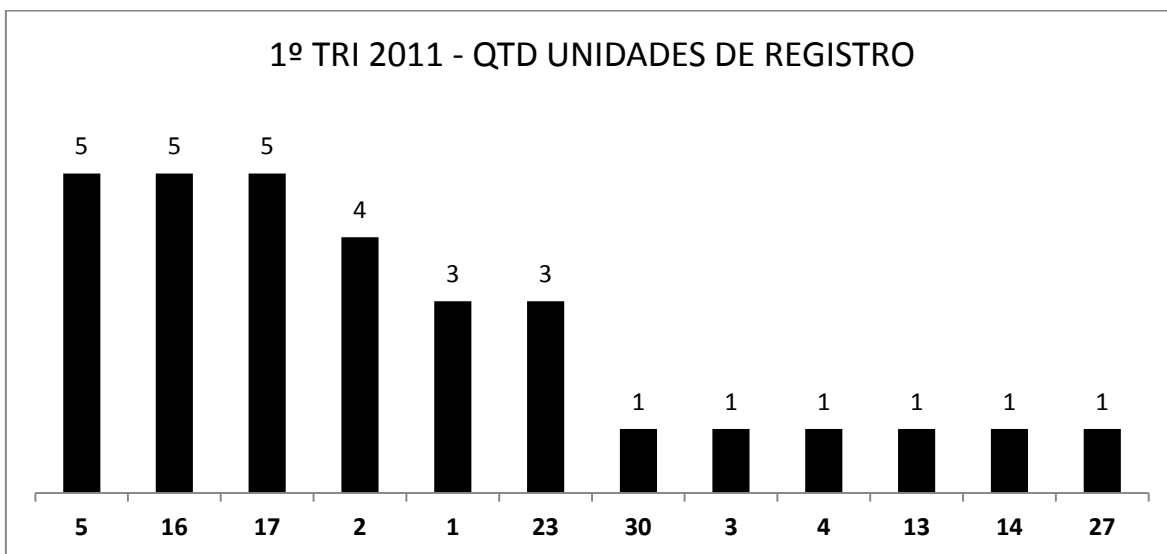


Gráfico 29: Quantidade de unidades de registro – 1º TRI 2011

No 1º trimestre de 2011 a pontuação volta a cair bastante, diminuindo de 305,76 pontos em comparação com o trimestre anterior. As temáticas que mais influenciaram neste resultado foram a 17 (Sucateamento das Forças Armadas) e 16 (Ditadura), responsáveis pela maior parte dos pontos negativos, ao passo que as temáticas 2 (Ajuda

humanitária em casos de catástrofes/acidentes) e 5 (Missões de paz da ONU) foram as que mais pontuaram positivamente, equilibrando a pontuação total do trimestre. O tema 4 apreende a atenção pelo desempenho alcançado, pois somou a expressiva pontuação de 77,1 mesmo obtendo apenas 4 citações, o que sugere que seja uma temática com elevado potencial de influência positiva.

Mais uma vez, o tema ditadura foi foco de citações com potencial negativo. Além disso, os temas 23 (reaparelhamento) e 17 (sucateamento) representam o interesse midiático em assuntos relacionados à situação atual e investimentos nas Forças Armadas.

Outro aspecto observado recai sobre a temática 1 (Combate à criminalidade), que havia obtido resultados expressivamente positivos no trimestre anterior, mas que agora passa a ser abordada de forma negativa pelo *media* analisado.

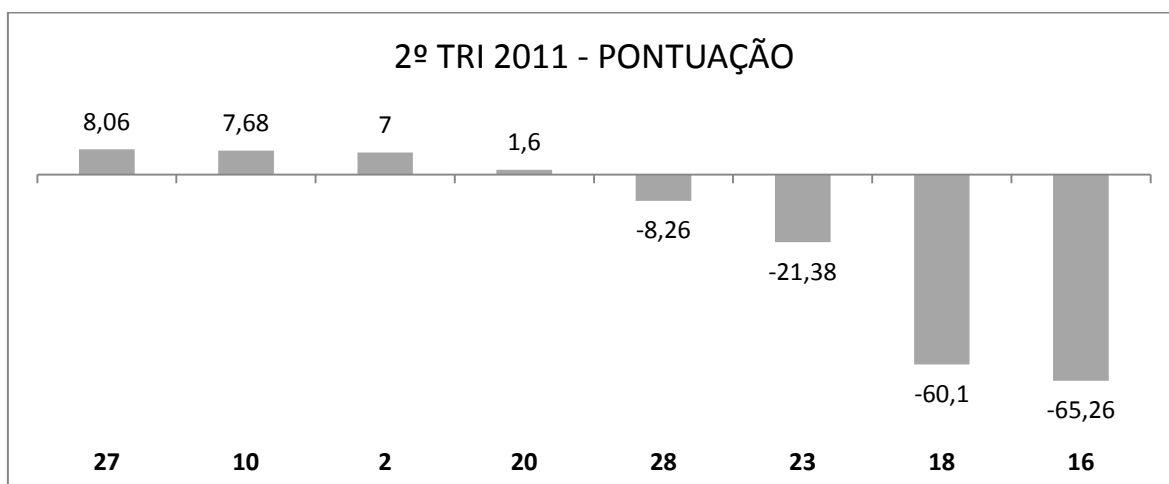


Gráfico 30: Pontuação das unidades por tema - 2º TRI 2011

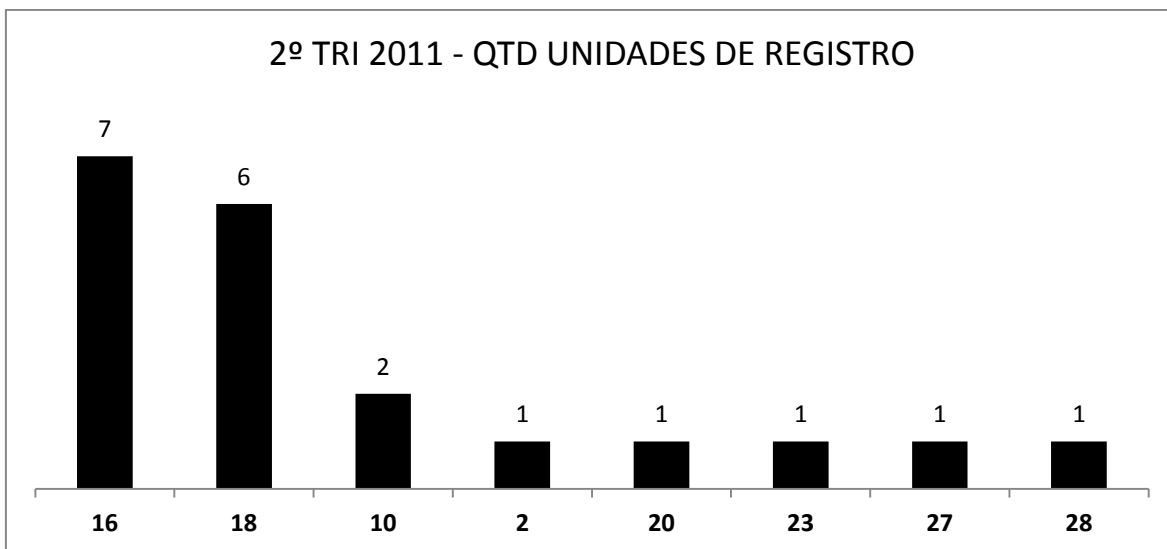


Gráfico 31: Quantidade de unidades de registro – 2º TRI 2011

No 2º trimestre de 2011 a pontuação continua decrescendo atingindo o patamar de – 130,67, que é o segundo menor índice de toda a série. Os temas 16 (Ditadura) e 18 (Controle de tráfego aéreo) foram os mais relevantes para os resultados.

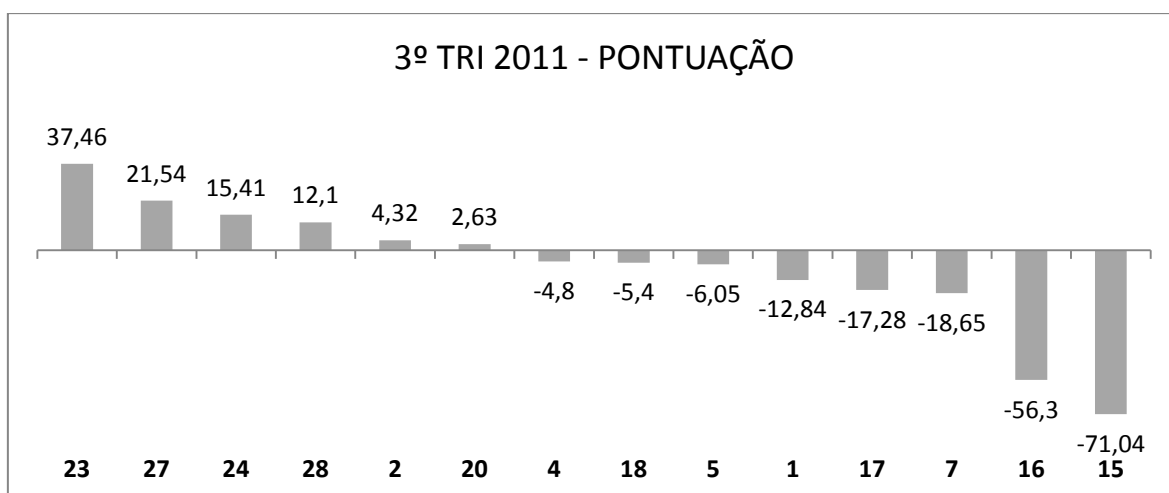


Gráfico 32: Pontuação das unidades por tema - 3º TRI 2011

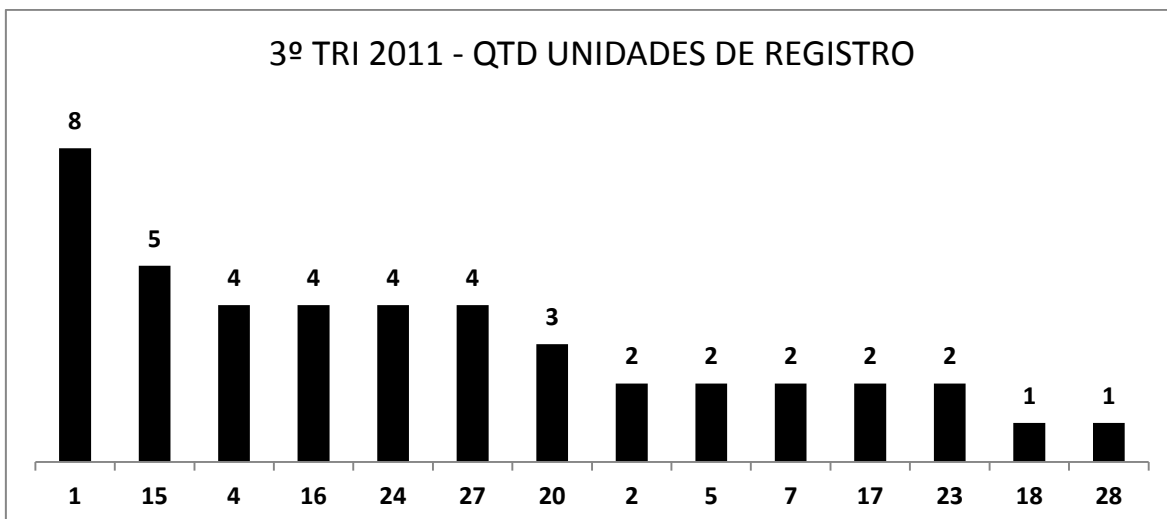


Gráfico 33: Quantidade de unidades de registro – 3º TRI 2011

Na análise do 3º trimestre, a pontuação geral volta a subir, porém ainda se mantém negativa com -98,91. Os destaques negativos recaem sobre o tema 15 (crimes cometidos por militares) e, novamente, 16 (Ditadura). O tema 23 (reaparelhamento) volta a ser abordado de forma bastante positiva e o tema 1 (Combate à criminalidade) é o mais destacado em número de citações, porém a sua pontuação se manteve equilibrada com leve tendência negativa.

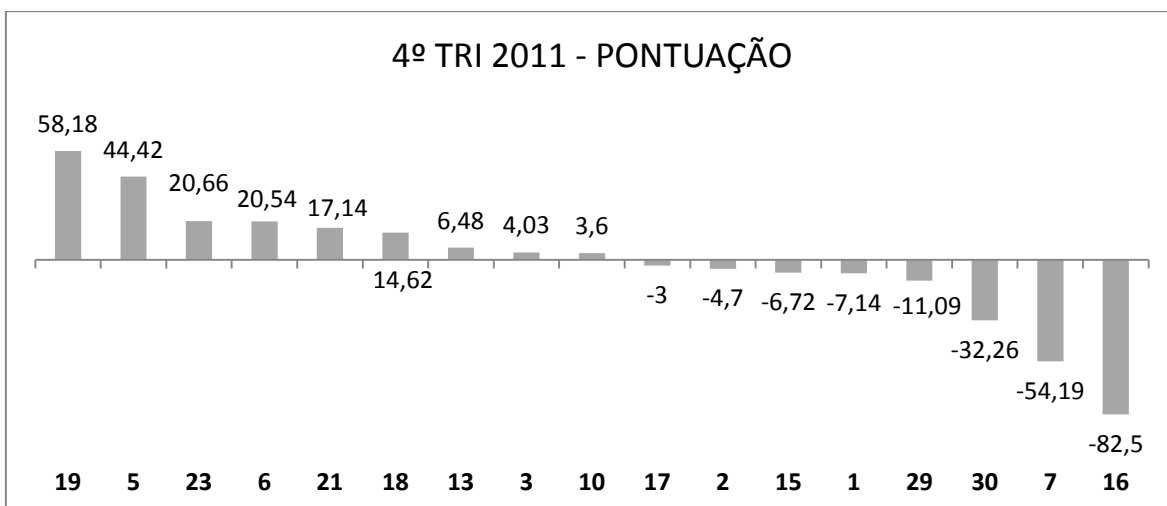


Gráfico 34: Pontuação das unidades por tema - 4º TRI 2011

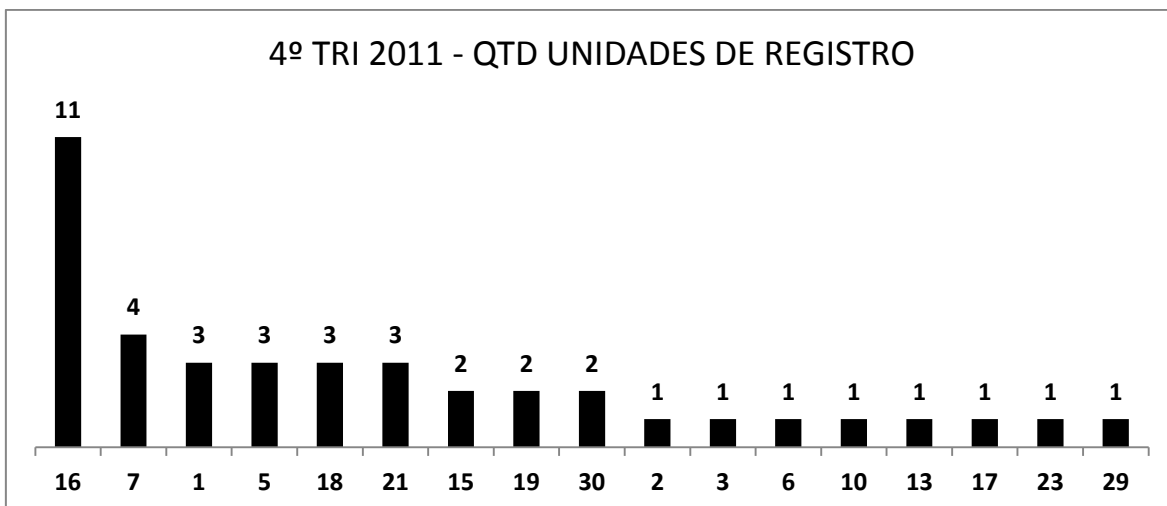


Gráfico 35: Quantidade de unidades de registro – 4º TRI 2011

No 4º trimestre de 2011 a pontuação continua subindo, chegando a -11,92. Neste período cabe ressaltar o desempenho dos seguintes temas: o Tema 19 (Controle de tráfego marítimo) demonstrou grande potencial positivo, somando 58,18 pontos com apenas 2 citações. O tema 5 (Missões de paz da ONU) também se destacou positivamente. O tema com maior pontuação negativa foi, mais uma vez, o 16 (Ditadura). Outro tema que atraiu atenção por seu desempenho negativo foi o 7 (Infraestrutura nacional), que obteve -54,19 pontos quando havia expectativa de pontuação positiva em função das próprias características do tema. Esta tendência foi observada em trimestres anteriores.

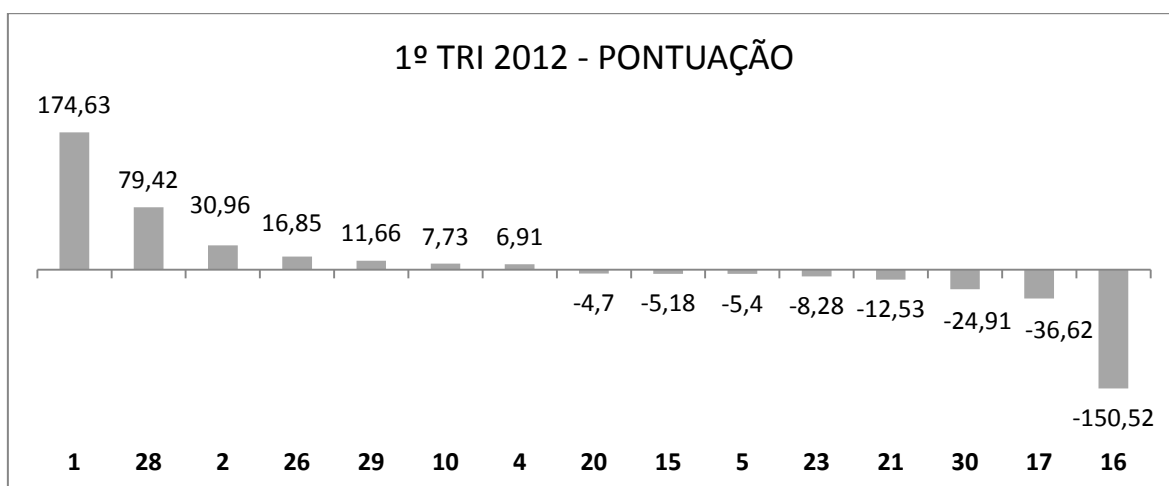


Gráfico 36: Pontuação das unidades por tema - 1º TRI 2012

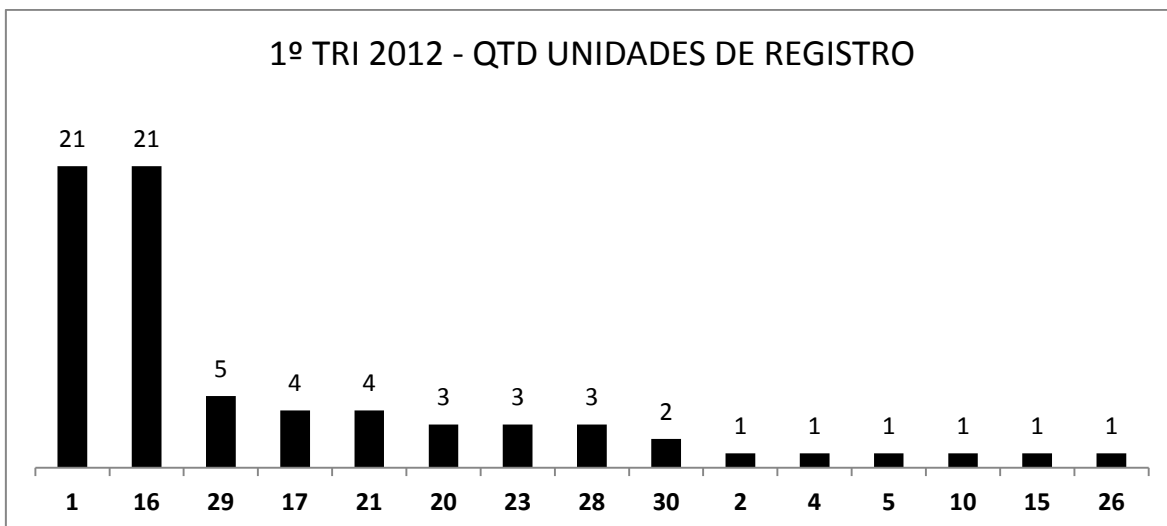


Gráfico 37: Quantidade de unidades de registro – 1º TRI 2012

No 1º trimestre de 2012 houve um incremento na tendência de aumento da pontuação dos trimestres anteriores. A escala volta a atingir valores positivos e bate o terceiro maior pico da série analisada com 79,53 pontos. Os temas 1 (Combate à criminalidade) e 28 (Heroísmo/estórias de vida) foram os grandes protagonistas deste resultado positivo. Por outro lado, o tema 16 (Ditadura) obteve o mesmo desempenho, porém, com direção negativa.

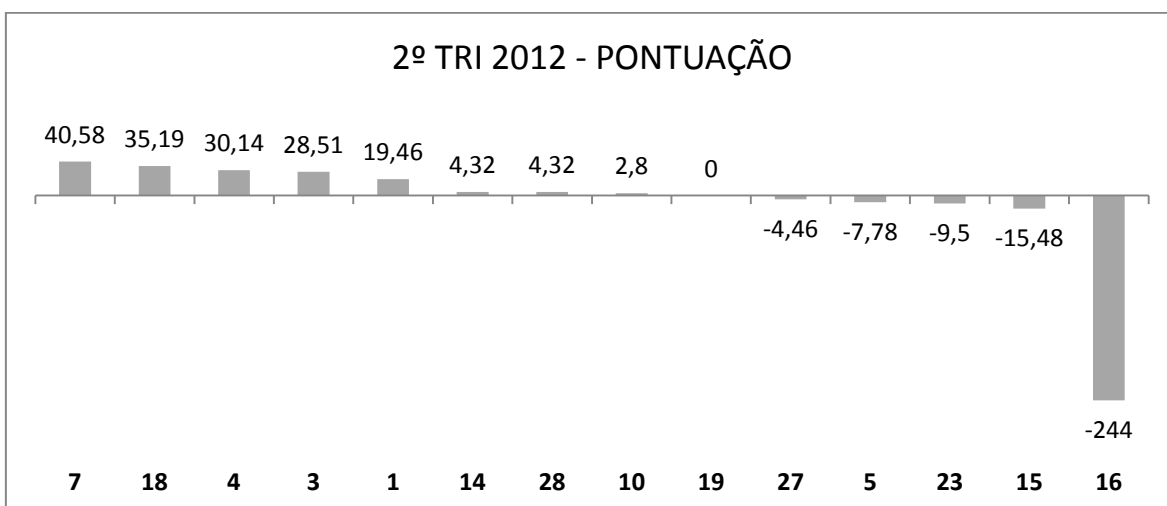


Gráfico 38: Pontuação das unidades por tema - 2º TRI 2012

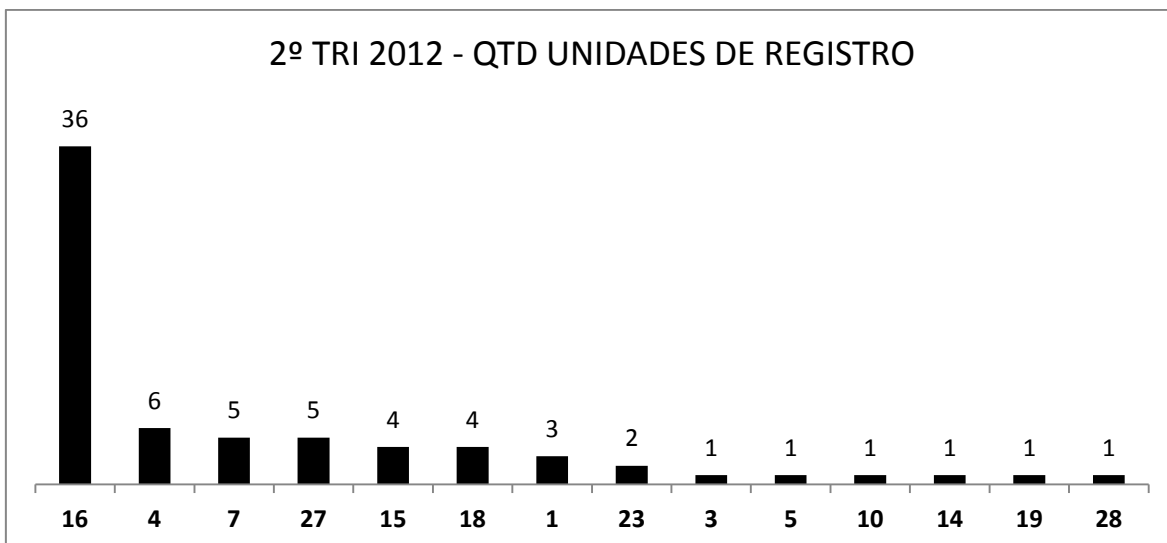


Gráfico 39: Quantidade de unidades de registro – 2º TRI 2012

A tendência de aumento da pontuação que vinha ocorrendo em trimestres anteriores é interrompida no 2º trimestre de 2012, quando o somatório geral atinge -115,9, que é o segundo maior pico negativo da série. A análise deste trimestre nos mostra um desempenho diferenciado para o tema 16 (Ditadura). Somente este tema representa 88% das citações negativas e corresponde a 50% de todas as citações do trimestre. Portanto, o tema 16 foi o grande responsável pelo desempenho negativo do trimestre.

Os temas 7 (Infraestrutura Nacional) e 18 (Controle do tráfego aéreo) obtiveram os maiores resultados positivos.

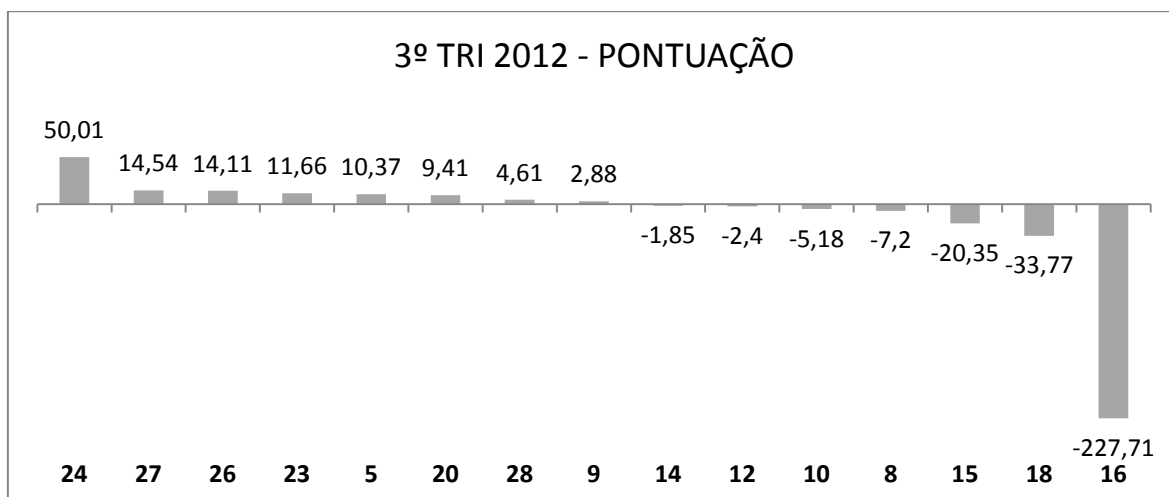


Gráfico 40: Pontuação das unidades por tema - 3º TRI 2012

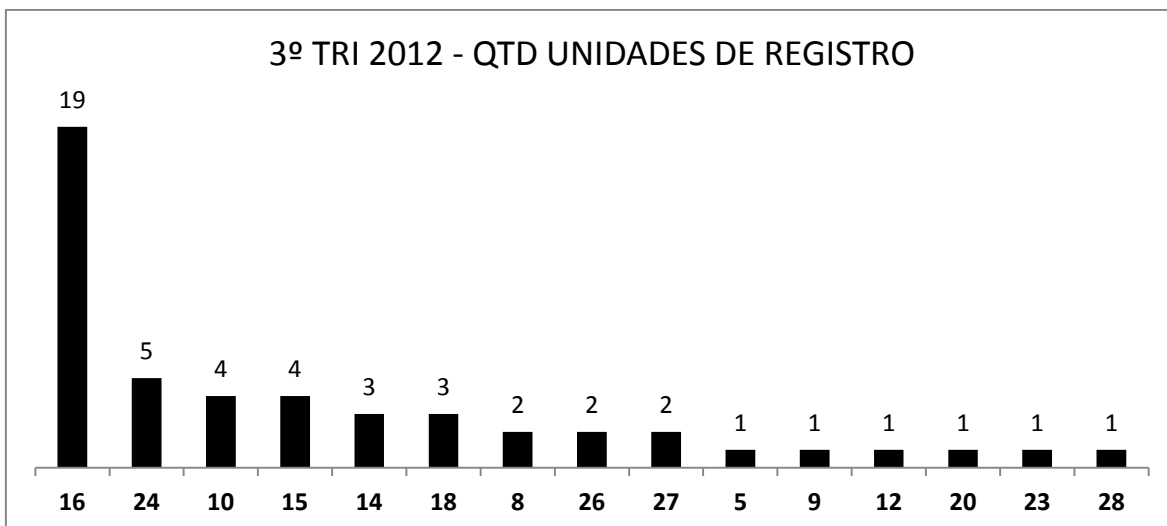


Gráfico 41: Quantidade de unidades de registro – 3º TRI 2012

No 3º trimestre de 2012, a tendência de queda na pontuação acentua-se e atinge o pico negativo de toda a série com -180,88 pontos. O expressivo número de citações negativas relacionadas à temática 16 (Ditadura) alcançou o somatório de -227,71 pontos, o que representa 76% da pontuação negativa, desempenho semelhante ao trimestre anterior. A temática 18 (Controle de tráfego aéreo) também contribuiu significativamente para a pontuação negativa. Já a temática 24 (Militares no esporte) foi o destaque positivo neste trimestre.

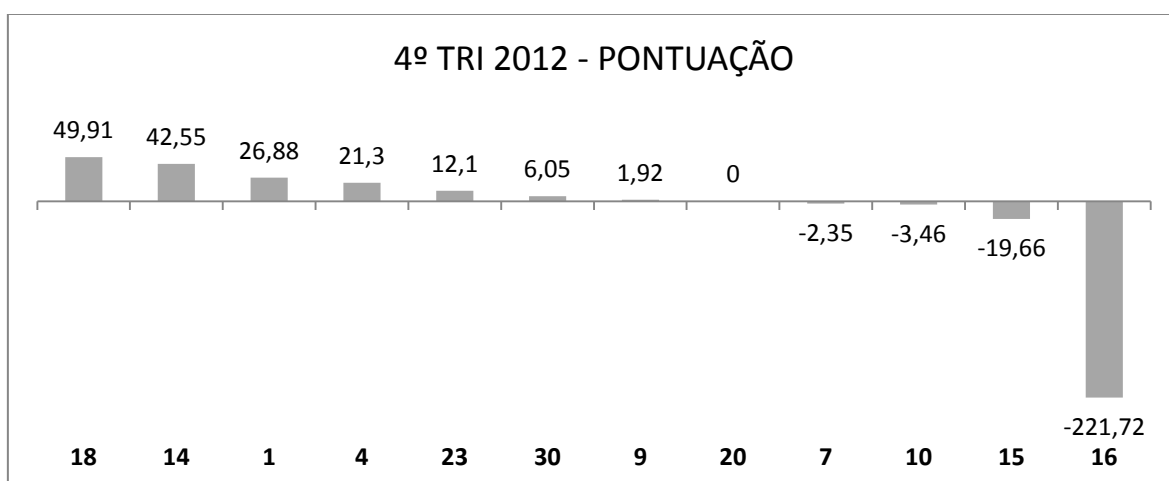


Gráfico 42: Pontuação das unidades por tema - 4º TRI 2012

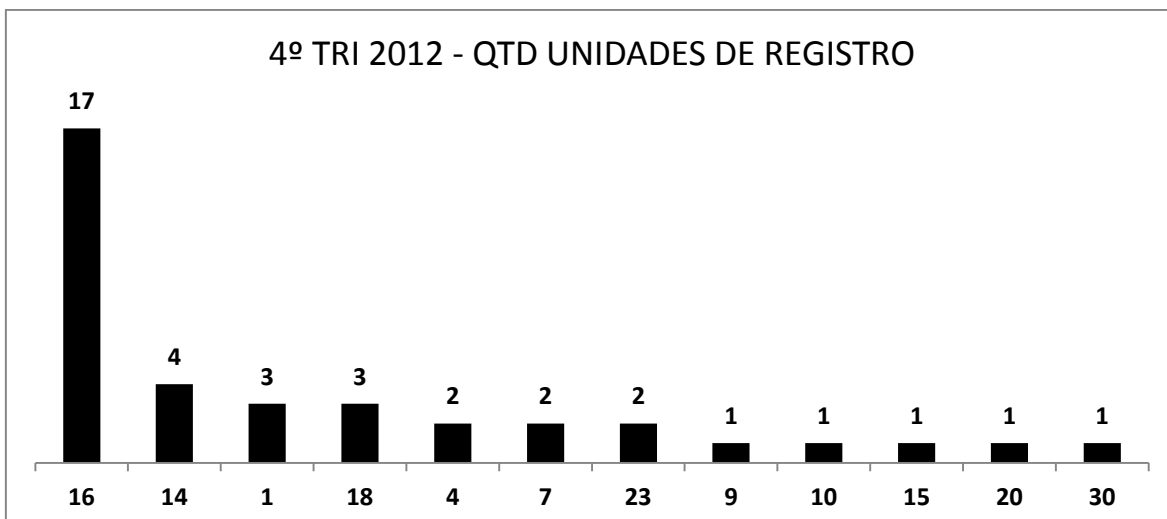


Gráfico 43: Quantidade de unidades de registro – 4º TRI 2012

No 4º trimestre de 2012, o último período da série avaliada, o tema 16 (Ditadura), novamente, atingiu expressivos valores negativos, correspondendo a 90% destes. Foi o maior contribuinte para a pontuação geral do trimestre de -86,49. Entretanto, o tema 18 (Controle de tráfego aéreo) recebeu uma abordagem inversa ao trimestre anterior, sendo o maior destaque positivo do período.

TEMA	2010				2011				2012			
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
1	5,52			256,04	-19,71		-12,84	-7,14	174,63	19,46		26,88
2	10,70	8,88			77,10	7,00	4,32	-4,70	30,96			
3	4,03			21,17	13,77			4,03		28,51		
4	57,42				10,42		-4,80		6,91	30,14		21,30
5	147,74	8,64	-5,54	53,74	53,26		-6,05	44,42	-5,40	-7,78	10,37	
6								20,54				
7	12,96	-2,40					-18,65	-54,19		40,58		-2,35
8											-7,20	
9											2,88	1,92
10	9,00			6,00		7,68		3,60	7,73	2,80	-5,18	-3,46
11												
12	11,05										-2,40	
13	4,80	-13,10			3,60			6,48				
14					-4,80					4,32	-1,85	42,55
15	-65,14	-6,05		-47,40			-71,04	-6,72	-5,18	-15,48	-20,35	-19,66
16	-154,52	-41,81		-49,86	-63,48	-65,26	-56,30	-82,50	-150,5	-244,00	-227,71	-221,7
17	-12,10				-79,12		-17,28	-3,00	-36,62			
18	7,78		4,80			-60,10	-5,40	14,62		35,19	-33,77	49,91
19			3,60	-9,60				58,18		0,00		
20	2,16	1,20				1,60	2,63		-4,70		9,41	0,00
21								17,14	-12,53			
22												
23	159,87	12,10		-17,00	-23,90	-21,38	37,46	20,66	-8,28	-9,50	11,66	12,10
24							15,41				50,01	
25			-11,23									
26									16,85		14,11	
27	51,41	-9,07	-2,88		-12,00	8,06	21,54			-4,46	14,54	
28	12,96			32,40		-8,26	12,10		79,42	4,32	4,61	
29								-11,09	11,66			
30	-21,10	-27,86		5,04	-10,37			-32,26	-24,91			6,05

Tabela 38: Pontuação por tema - Trimestral

O somatório geral de pontos, ao considerarmos Forças Armadas, Marinha, Exército e Aeronáutica como uma única instituição, salienta as temáticas Combate à criminalidade, Missões de Paz da ONU, Reaparelhamento, Heroísmo/estórias de vida, Ajuda Humanitária em casos de catástrofes/Acidentes e Treinamentos / Exercícios / Manobras / Operações Militares, como os mais relevantes para a manutenção e projeção da boa imagem institucional.

A Ditadura, os Crimes envolvendo militares e o Sucateamento das Forças Armadas, são os temas com maior potencial de prejuízo para a imagem da instituição.

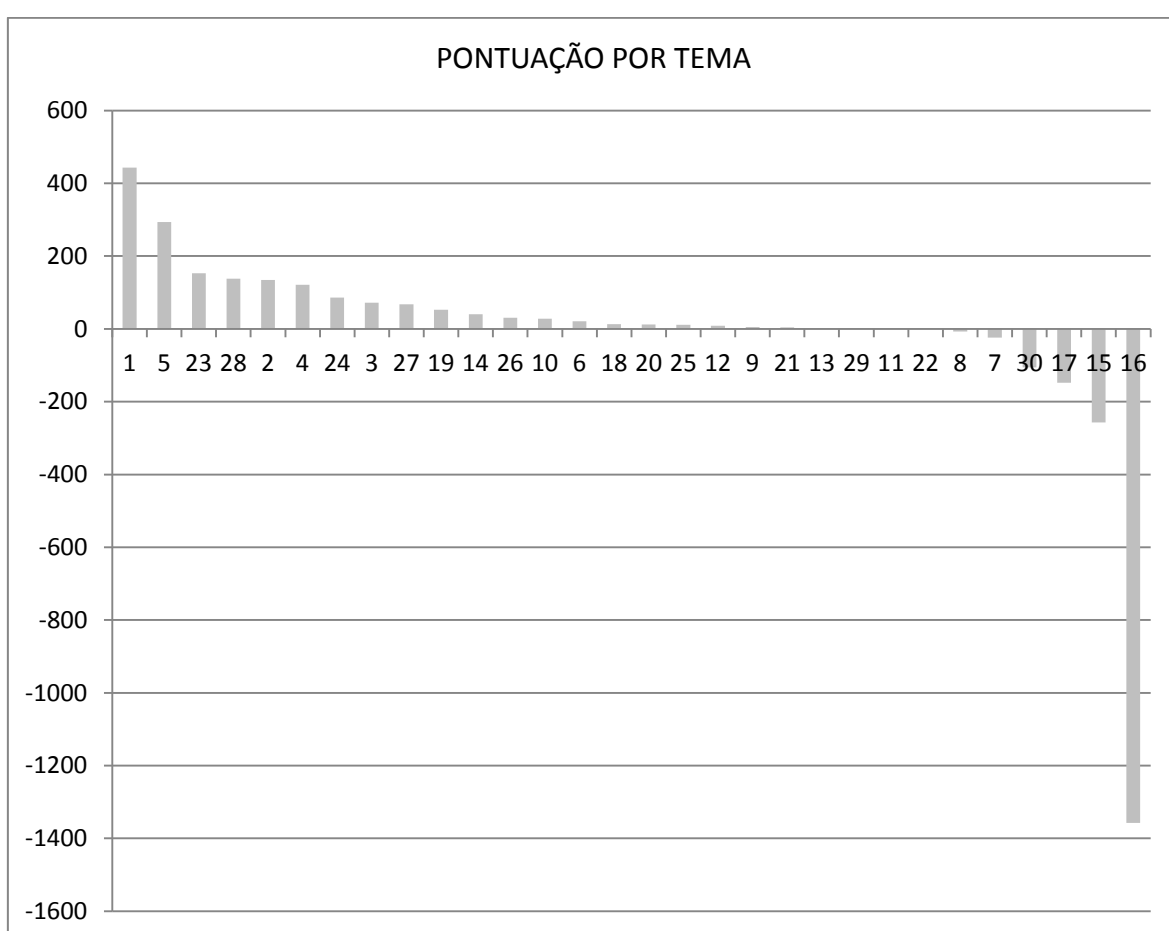


Gráfico 44: Pontuação por tema

- Análise temática

O objetivo deste tópico é demonstrar graficamente o desempenho das temáticas mais relevantes, considerando toda a série temporal.

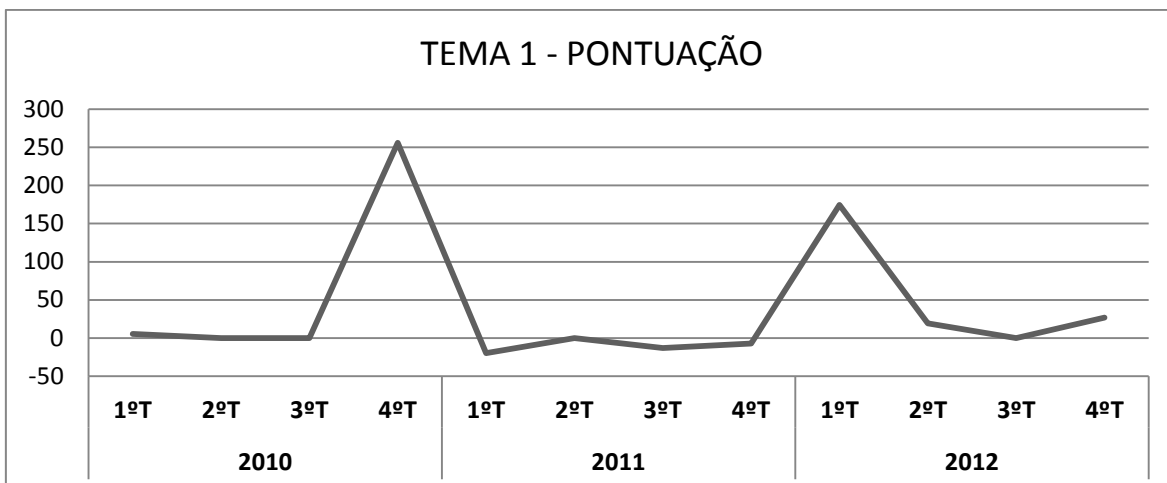


Gráfico 45: Tema Combate à criminalidade

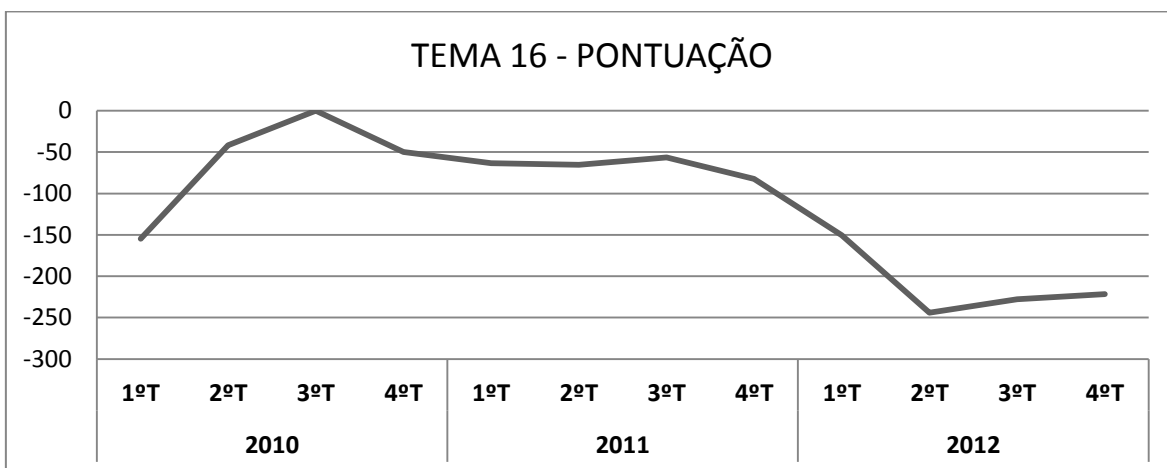


Gráfico 46: Tema Ditadura

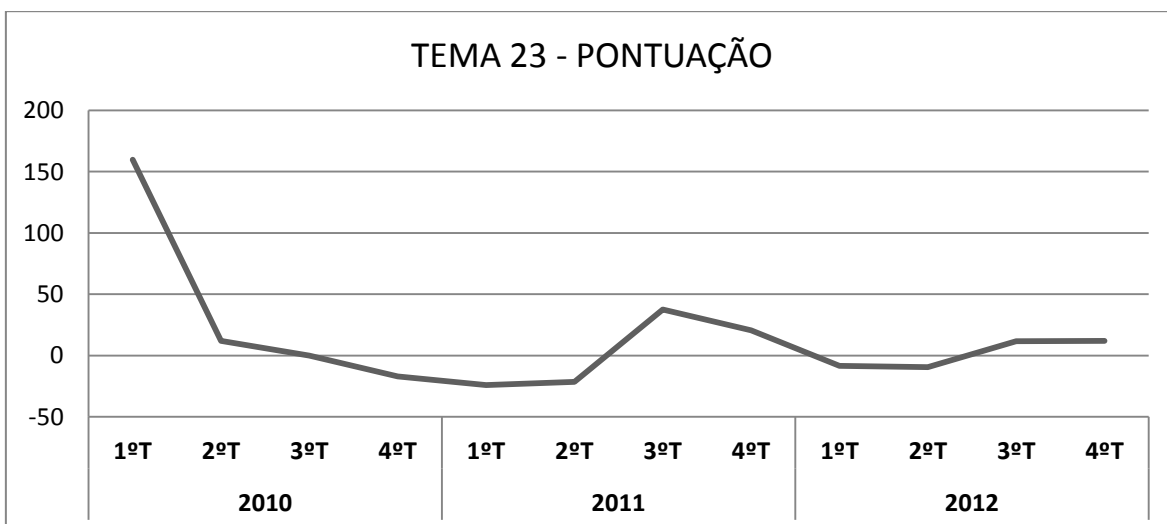


Gráfico 47: Tema Reaparelhamento

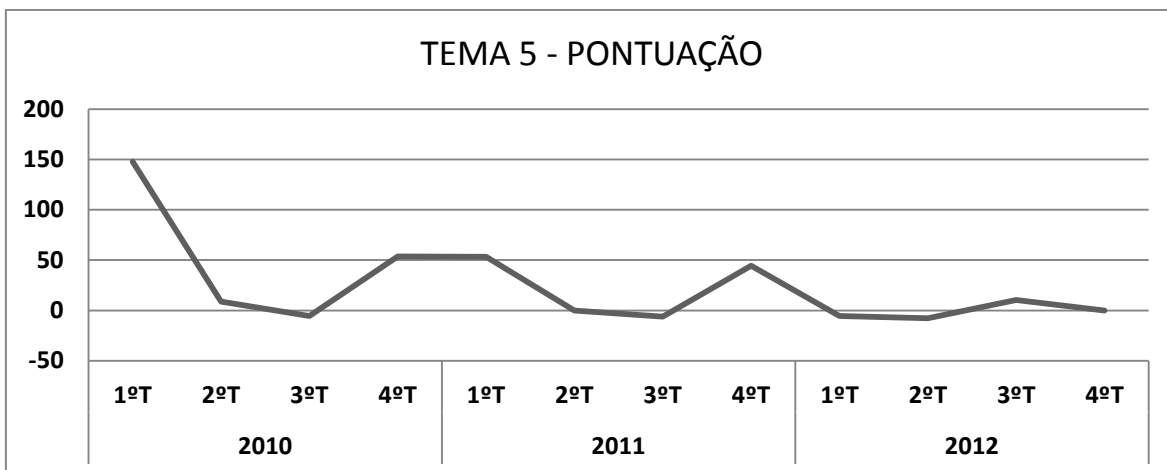


Gráfico 48: Tema Missões de Paz da ONU

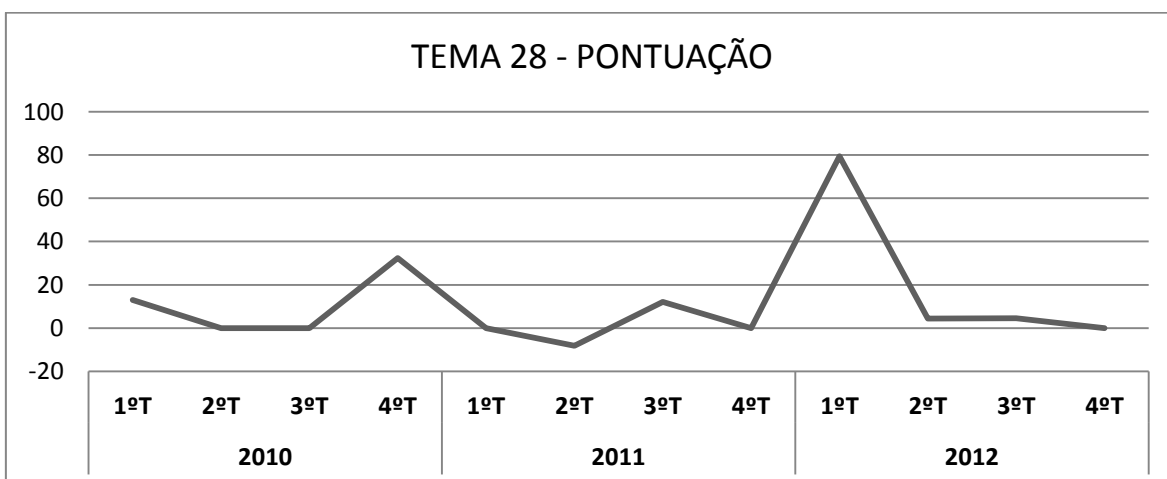


Gráfico 49: Tema Heroísmo / Estórias de vida

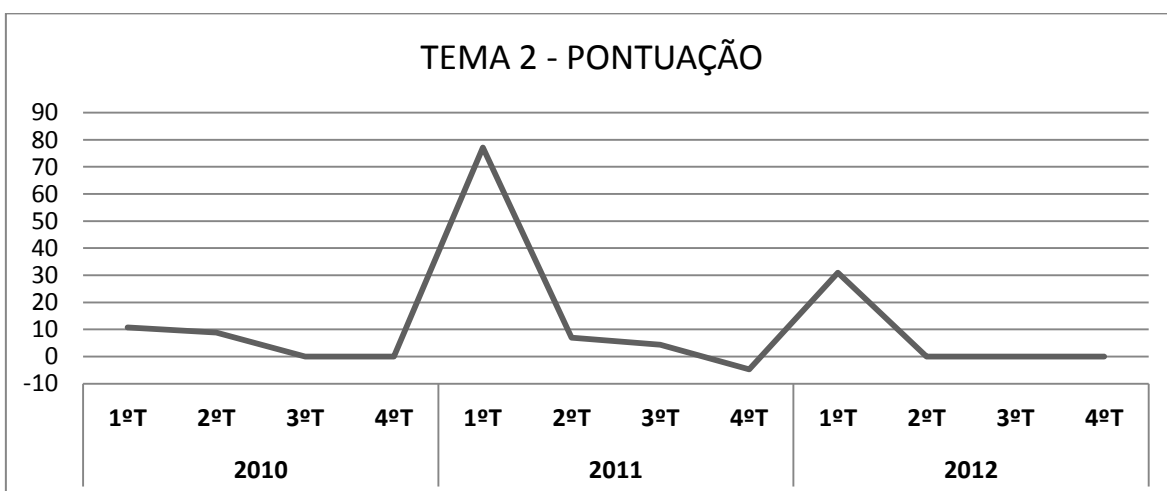


Gráfico 50: Tema Ajuda humanitária em casos de catástrofes e acidentes

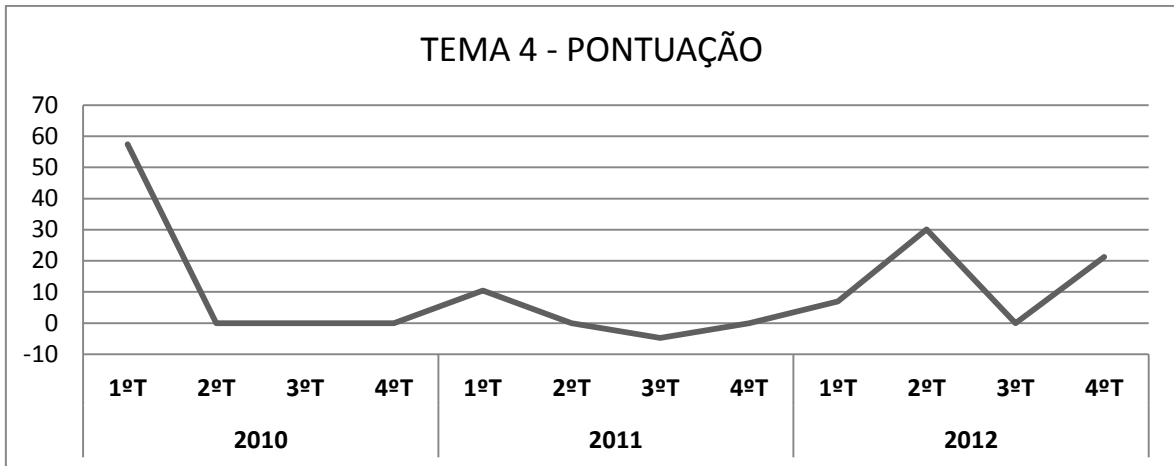


Gráfico 51: Tema Treinamentos/Exercícios/Manobras/Operações Militares

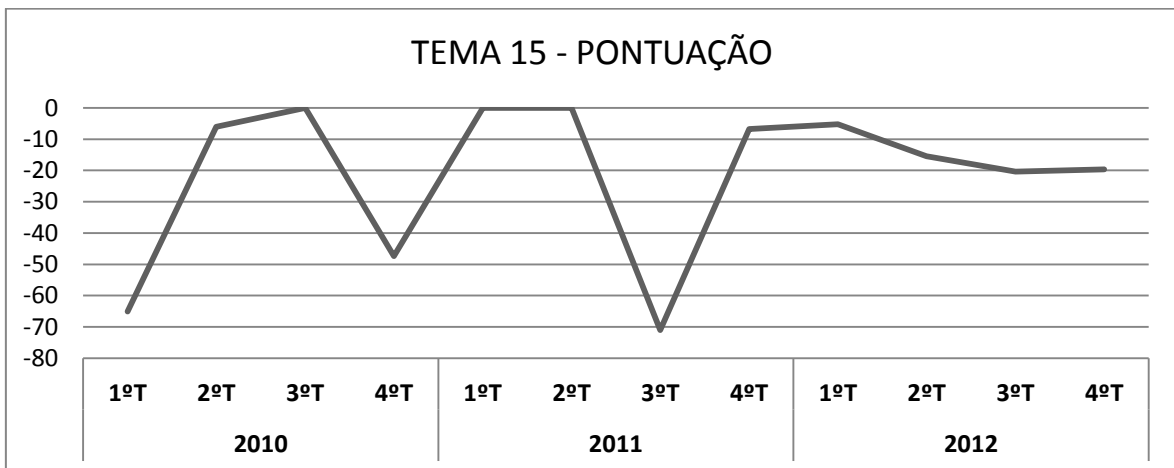


Gráfico 52: Tema Crimes envolvendo militares

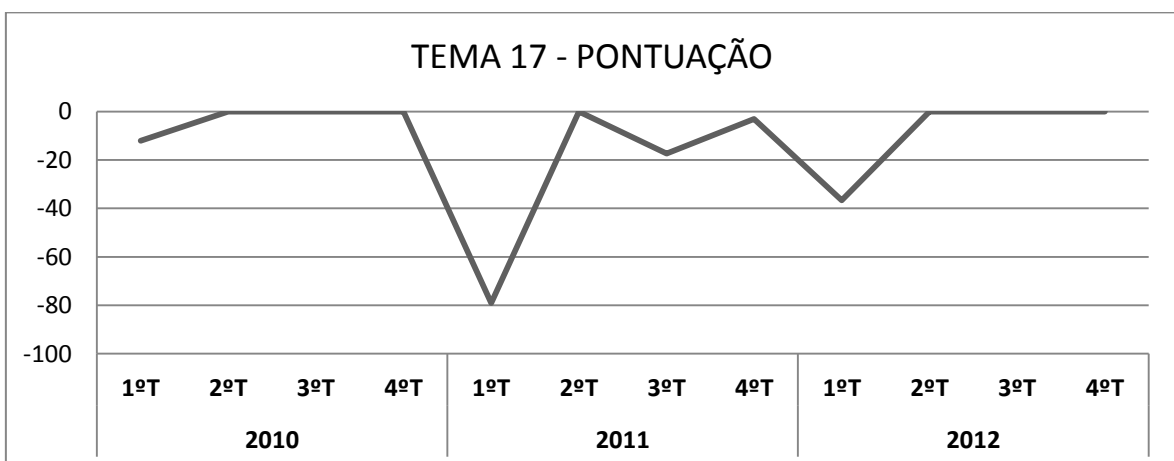


Gráfico 53: Tema Sucateamento das Forças Armadas

- Análise temática por cada uma das Forças Armadas Brasileiras

Neste tópico, pretendemos apontar quais temas apresentaram maior relevância, tanto em número de citações, quanto em pontuação, para cada uma das quatro instituições analisadas, ou seja, as Forças Armadas observadas como uma unidade, o Exército, a Força Aérea e a Marinha. Serão apresentados os dados das dez temáticas mais proeminentes para cada instituição, isoladas por trimestres. Este procedimento visa aprofundar a análise e destacar desempenhos pontuais e devidamente situados na cronologia dos acontecimentos midiáticos.

TEMA	FA		EX		FAB		MA	
	QTD	PTS	QTD	PTS	QTD	PTS	QTD	PTS
1	28	137,11	38	305,74				
2	9	120,54			2	4,8	2	8,92
3	1	4,03	2	49,68	1	13,67	1	4,03
4	11	139,63	2	-13,44			1	-4,8
5	15	145,95	14	62,39			6	85,07
6	1	20,54						
7			15	-24,04				
8					2	-7,2		
9			2	4,8				
10	4	10,82	4	17,39	1	-3,46	3	3,41
11								
12	1	5			1	6,05	1	-2,4
13			2	-15,5	2	13,68	1	3,6
14	4	1,75	1	4,32			4	34,15
15	4	-31,3	16	-173,42	4	-17,14	4	-35,16
16	141	-1190,73	9	-58,57	4	-35,64	5	-72,74
17	7	-96,4					6	-51,71
18					22	13,02		
19							5	52,18
20					11	12,29		
21							7	4,61
22								
23	15	8,92			21	131,72	5	12,48
24	5	17,33	5	68,75				
25					2	-11,23		
26	2	28,94	1	2,02				
27	22	91,23	1	-12			2	-12,10
28	7	102,02	1	12,96			1	22,55
29	6	0,58						
30	3	-17,42	6	-49,3	1	-17,14	1	-21,55

Tabela 39: Quantidade e pontuação temática por Força e por trimestre

A instituição Forças Armadas apresentou um desempenho bastante desfavorável em função da pontuação do tema Ditadura (16). Os temas positivos foram Combate à

criminalidade (1), Missões de Paz da ONU (5) e Treinamentos / Manobras / Exercício / Operações Militares (4).

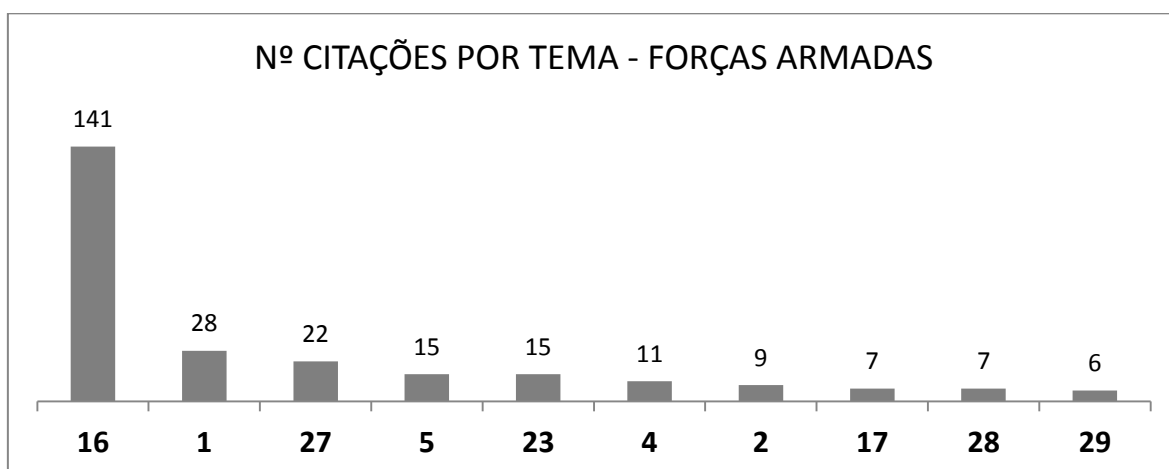


Gráfico 54: Número de unidades de registro por tema – Forças Armadas

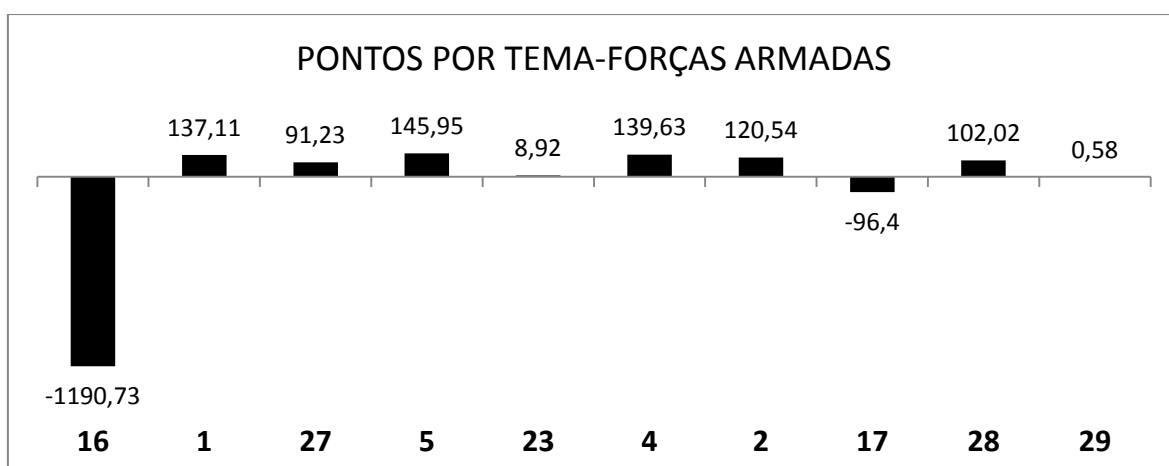


Gráfico 55: Pontuação por tema – Forças Armadas

TEMA	2010				2011				2012			
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
16	23	8		4	2	5	4	10	21	35	17	12
1				16	3		3	2	4			
27	8	1	1			1	4			5	2	
5	6		3	2	1		1	1		1		
23	6			3	1				3	1		1
4	3				1				1	4		2
2	1	2			4		1		1			
17					5		2					
28				1		1	1		2	1	1	
29								1	5			

Tabela 40: Quantidade por dez temas mais relevantes – Forças Armadas

O Exército obteve seu melhor resultado para o tema Combate à criminalidade. Os temas Militares no esporte e Missões de Paz da ONU também se destacaram positivamente. Os destaques negativos foram os temas Crimes envolvendo militares e Ditadura.

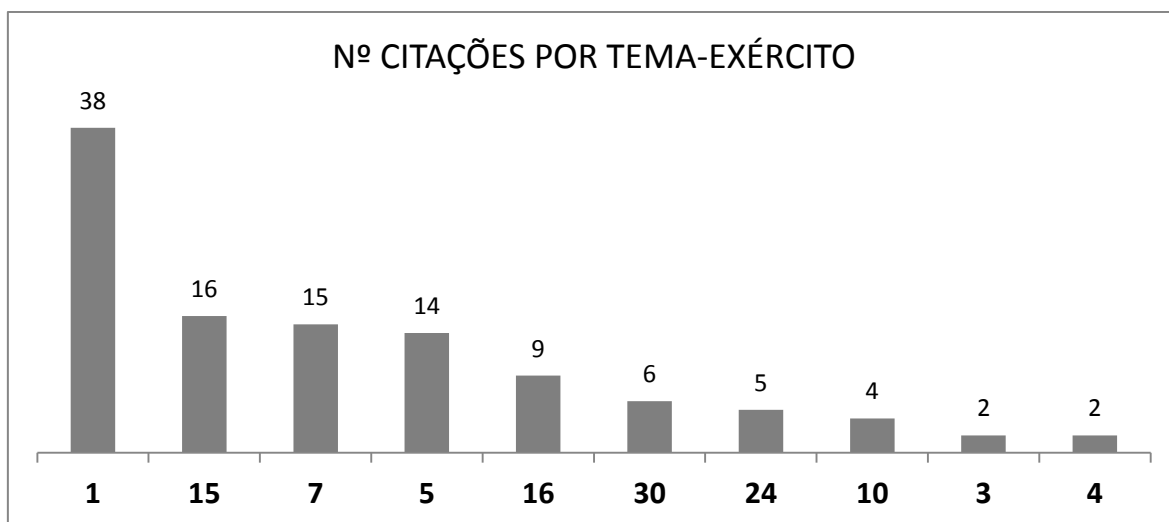


Gráfico 56: Número de unidades de registro por tema – Exército

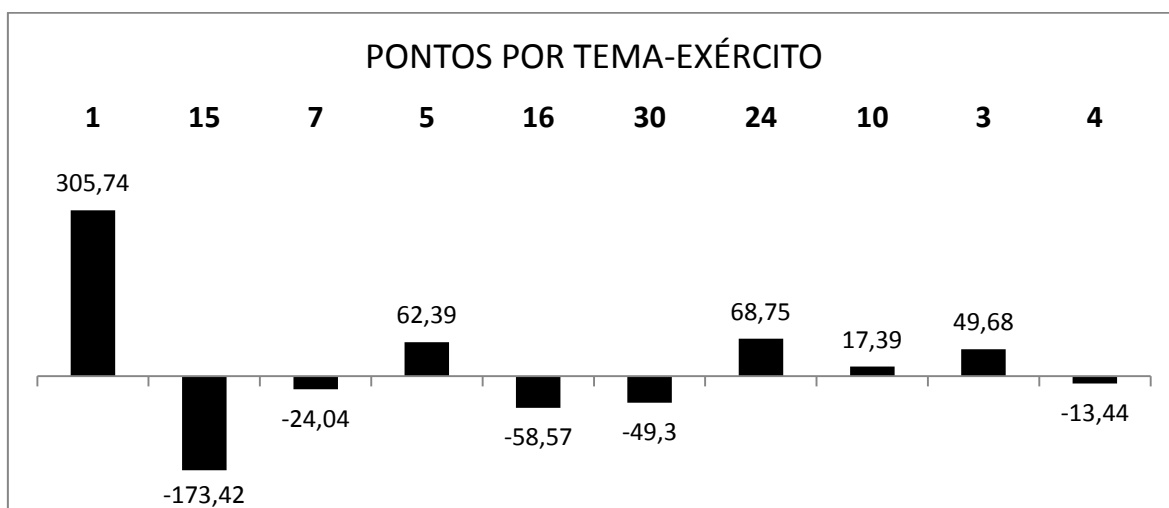


Gráfico 57: Pontuação por tema – Exército

TEMA	2010				2011				2012			
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
1	1			8			5	1	17	3		3
15	4	1		4			3			2	2	
7	1	1					2	4		5		2
5	5	1	4	1	1		1		1			
16	2				1			1		1	1	3
30	2	1						1	1			1
24								1			4	
10						2				1	1	
3				1						1		
4										2		

Tabela 41: Quantidade por dez temas mais relevantes – Exército

Os dados relativos à Aeronáutica dão destaque ao tema Reparelhamento, cujo principal foco foi a discussão acerca da compra de uma nova frota de aeronaves de caça para a Força Aérea. Os temas Controle de Tráfego Aéreo e Investigação de acidentes aeronáuticos foram bastante expressivos em termos de quantidade. O tema Ditadura despontou negativamente.

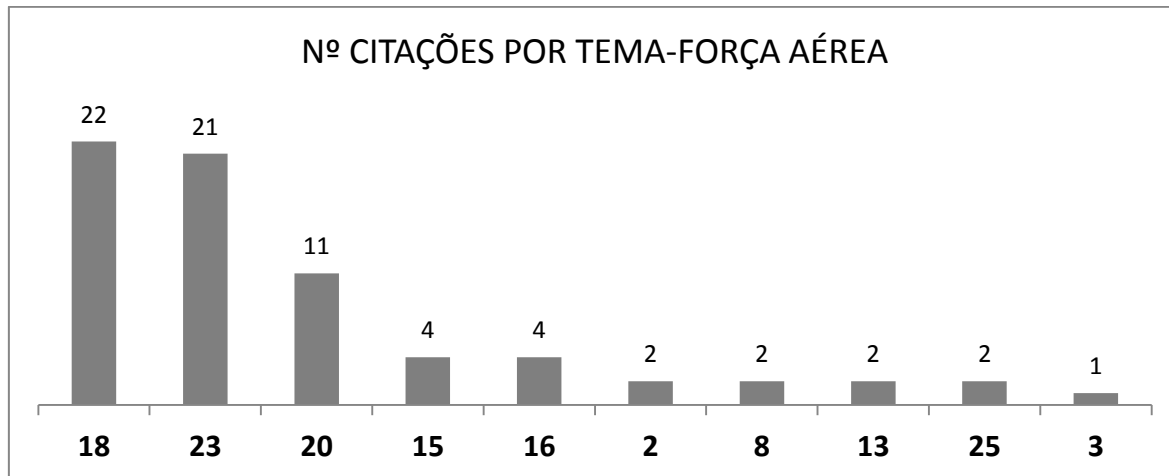


Gráfico 58: Número de unidades de registro por tema – Força Aérea

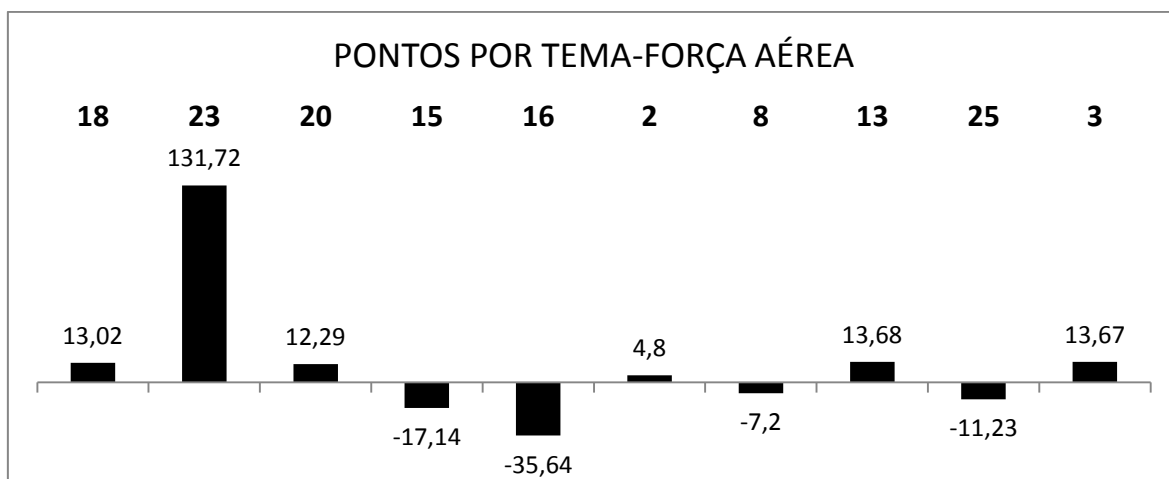


Gráfico 59: Pontuação por tema – Força Aérea

TEMA	2010				2011				2012			
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
18	1		1			6	1	3		4	3	3
23	16	1		1	1					1	1	
20	1	1				1	3		3		1	1
15							2			1	1	
16	2					2						
2	1							1				
8											2	
13	1							1				
3					1							

Tabela 42: Quantidade por dez temas mais relevantes – Força Aérea

O tema Missões de Paz da ONU foi o destaque positivo. Relevância para missão de paz da ONU no Oriente Médio. Os temas Controle de Tráfego Marítimo e Carreira Militar também foram destaques positivos. As saliências negativas foram observadas para os temas Ditadura e Sucateamento das Forças Armadas.

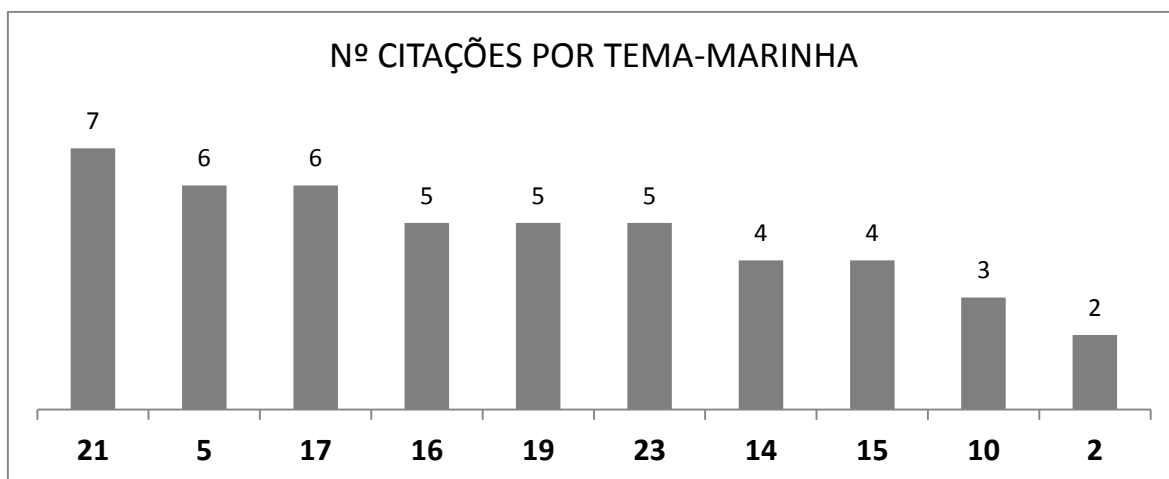


Gráfico 60: Número de unidades de registro por tema – Marinha

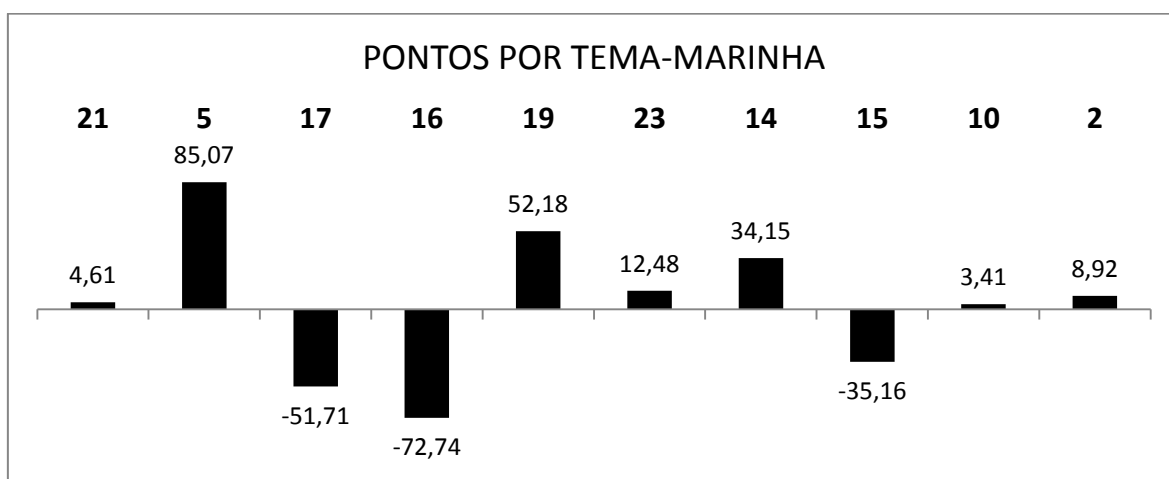


Gráfico 61: Pontuação por tema – Marinha

TEMA	2010				2011				2012			
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
21	4			3				3	4			
5	3		1	2	3			2			1	
17	5			1				1	4			
16	2		1	2	2						1	2
19		1	1	3				2		1		
23	1	1	2	1	1	1	2					1
14	1			3	1							3
15		1	1	2				1		1	1	1
10	1		2								2	
2		1	1			1	1					

Tabela 43: Quantidade por dez temas mais relevantes – Marinha

É interessante para a pesquisa buscar dados isolados sobre cada uma das Forças, desta forma buscou-se analisar o desempenho individual de cada uma delas. Neste caso, durante o período de três anos, os resultados foram os seguintes:

FORÇA	QTD	DIMENSÃO VERBAL	DIMENSÃO IMAGEM	DIMENSÃO TOTAL	PONTUAÇÃO
FA	286	395,8	142,5	538,3	-501,47
EX	119	152,8	75,7	228,5	181,77
FAB	75	98,2	38,6	136,8	93,93
MA	54	65,6	33,3	98,9	40,14

Tabela 44: Pontuação geral por Força

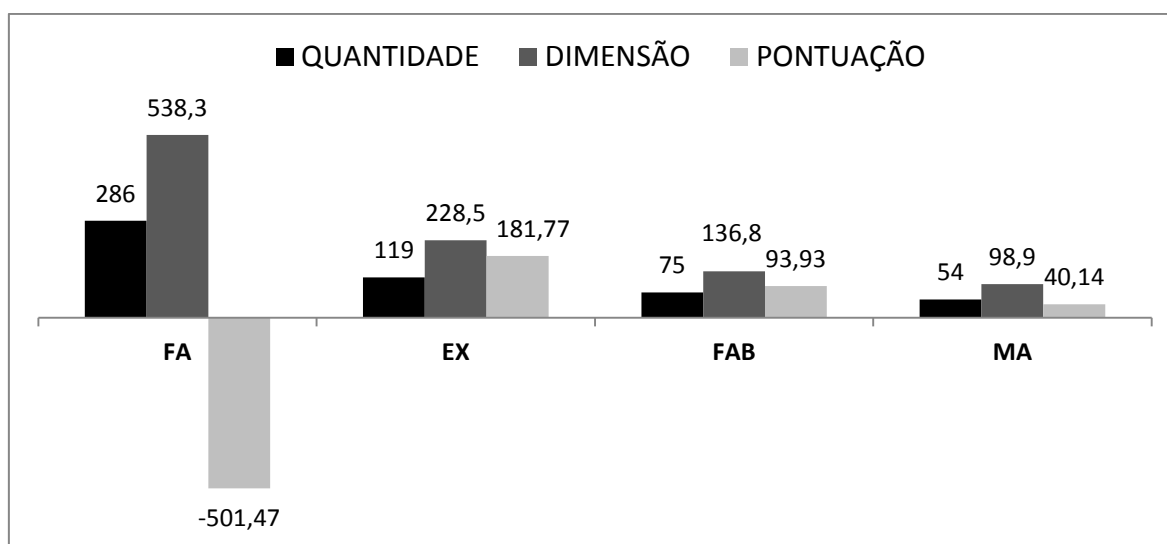


Gráfico 62: Quantidade, dimensão do texto e pontuação por cada Força

Existe uma tendência de generalização das três Forças, o que pode ser observado durante a busca pela palavra “Forças Armadas” no banco de dados considerado. Quando observamos as três Forças isoladamente, percebemos a predominância de unidades associadas ao Exército, seguido de Força Aérea e Marinha. Outro aspecto observado recai sobre a tendência de pontuações positivas quando o desempenho de cada uma das três forças é analisado isoladamente.

Ao analisarmos os dados, tomando como base cada uma das temáticas elencadas, foi possível salientar os dez temas mais relevantes quanto ao número de citações e, também, quanto à pontuação de cada um deles.

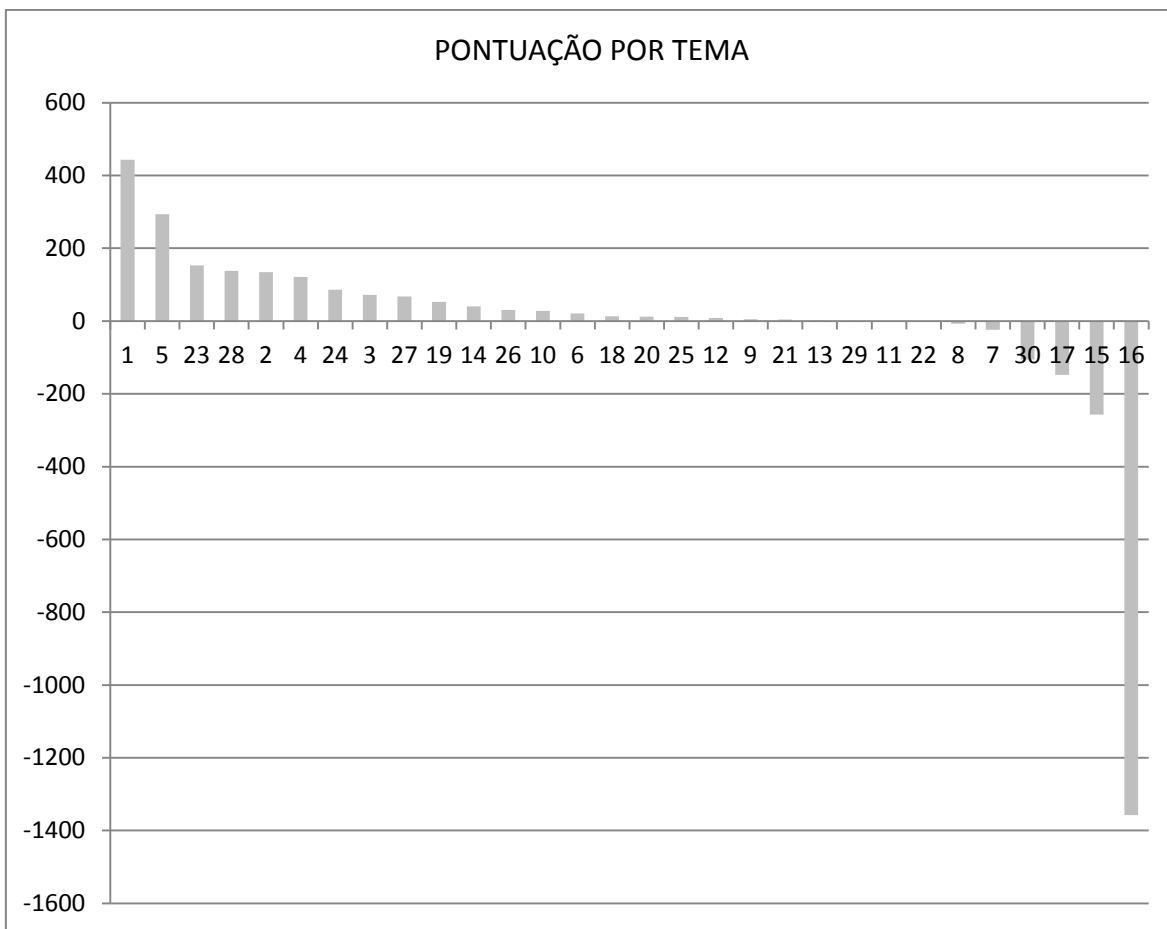


Gráfico 63: Pontuação por tema

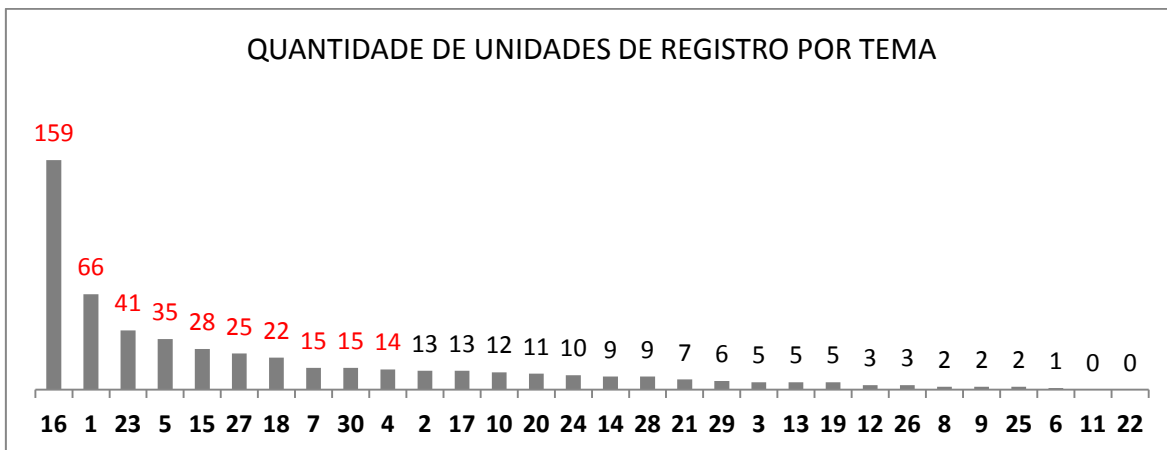


Gráfico 64: Quantidade de unidades de registro por tema

Estes são os dez temas que obtiveram o maior número de citações durante os três anos observados. Se considerarmos a pontuação de cada um deles, a situação é a seguinte:

	TEMAS	Nº unid.	PTS
16	Ditadura militar	159	-1357,4
1	Combate à criminalidade	66	442,85
23	Reaparelhamento	41	153,11
5	Missões de paz da ONU	35	293,41
15	Crimes envolvendo militares	28	-257,02
27	Política	25	67,13
18	Controle de tráfego aéreo	22	13,02
7	Infraestrutura nacional	15	-24,04
30	Outros	15	-105,4
4	Treinamento/exercícios/manobras/operações militares	14	121,39

Tabela 45: Dez temas com maior número de citações

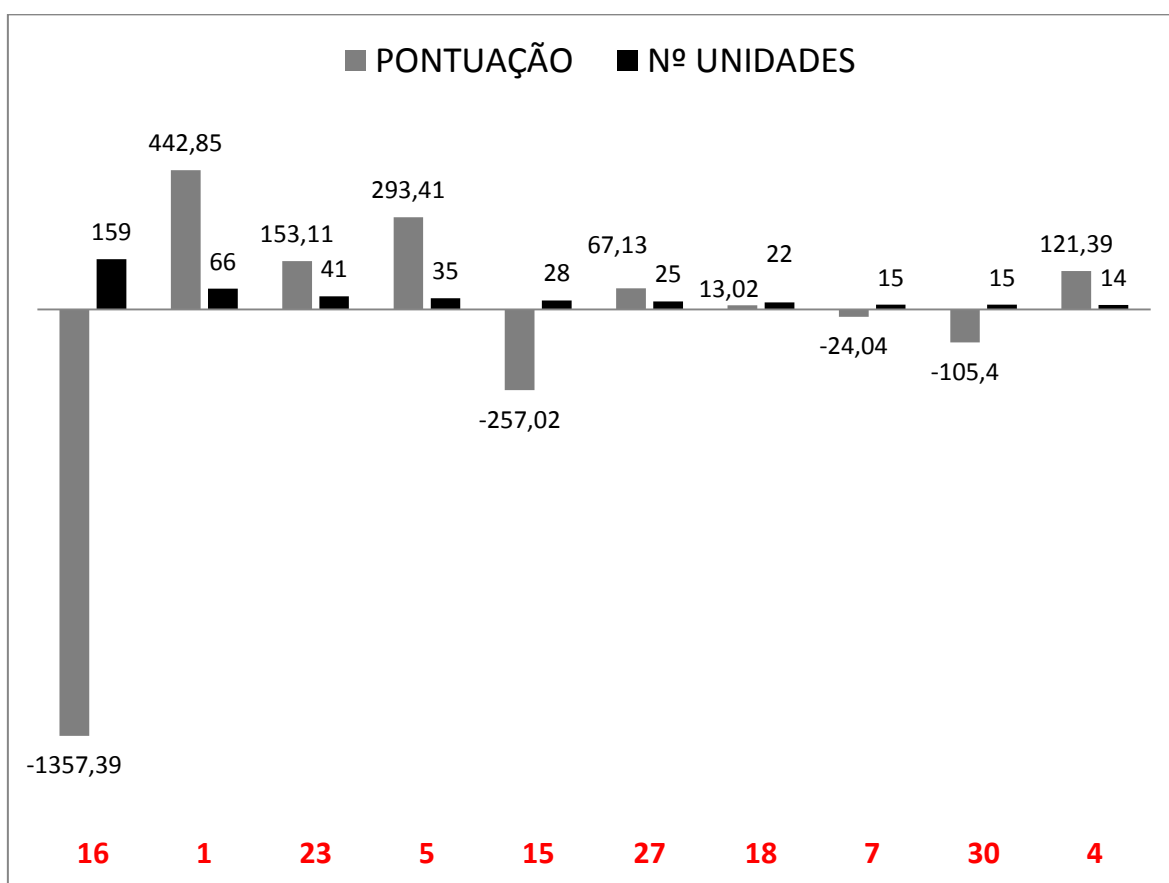


Gráfico 65: Dez temas com maior nº de citações - pontuação por número de unidades

Os resultados apontam para os temas 16 e 15 como destaques de pontuação negativa e os temas 1, 5 e 23 salientando-se com pontuações positivas.

As temáticas “Ditadura”, “Crimes envolvendo militares” e “Sucateamento das Forças Armadas”, nesta ordem, apresentaram os resultados mais prejudiciais à imagem mediática

da instituição Forças Armadas. Juntos, estes três temas acumularam 93 % da pontuação negativa.

As temáticas “Combate à criminalidade”, “Missões de Paz da ONU”, “Reaparelhamento das Forças Armadas”, “Heroísmo/estórias de vida”, “Ajuda humanitária em casos de catástrofes/acidentes” e “Treinamento / exercícios / manobras / operações militares”, nesta ordem, apresentaram os resultados mais benéficos à imagem mediática da instituição Forças Armadas. Juntos, estes seis temas acumularam 74 % da pontuação positiva.

- *Parâmetro Foco*

O parâmetro “foco” foi inserido com a finalidade de pesquisar se há algum padrão implícito relacionado ao direcionamento do mesmo, ou seja, se há diferenças no desempenho mediático consoante ao foco do texto recair diretamente sobre uma das quatro instituições analisadas ou abordá-las como coadjuvantes da notícia. Neste contexto, os resultados não surpreendem estatisticamente falando, uma vez que mantém proporcionalidade com relação à distribuição geral de unidades de registro.

FORÇA	FOCO PRINCIPAL		OUTROS	
	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO	QUANTIDADE	PONTUAÇÃO
FA	144	-307,98	142	-183,52
EX	72	80,82	47	107,80
FAB	46	22,84	29	75,64
MA	38	68,55	16	-24,91

Tabela 46: Direção do foco

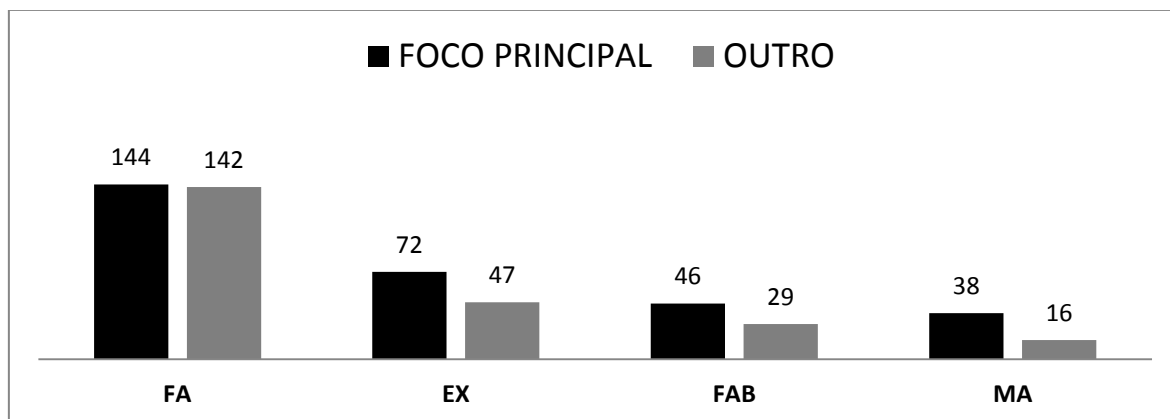


Gráfico 66: Foco por Força – Quantidade

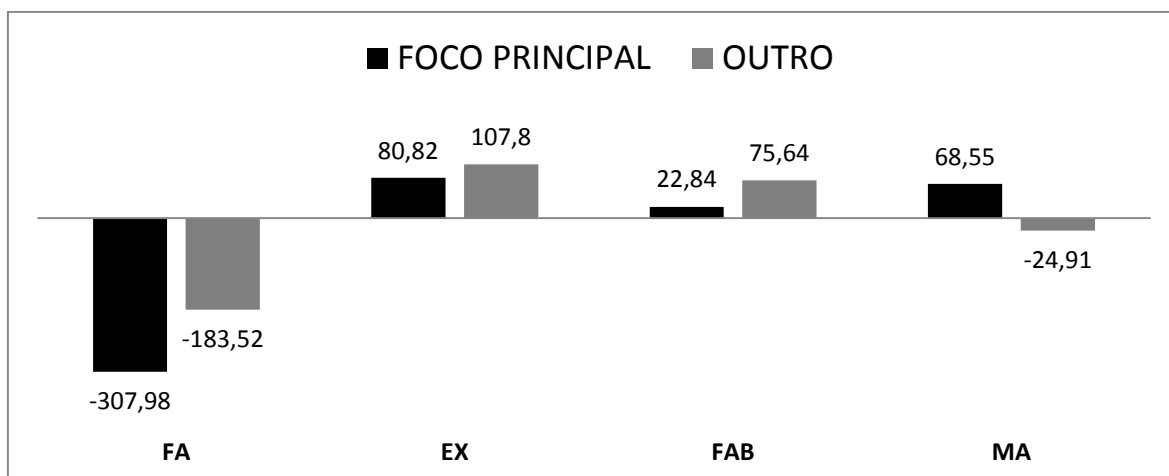


Gráfico 67: Foco principal por Força - Pontuação

Porém, ao analisarmos de forma mais pormenorizada, percebemos algumas especificidades no caso da Aeronáutica e Marinha. Pois, no caso da Aeronáutica, destacou-se a grande pontuação positiva de notícias cujo foco principal não era a mesma. No caso da Marinha, essa percepção é ainda mais saliente, porém, nesta situação, o destaque recaiu sobre as notícias cujo foco principal era a Marinha, quando o foco era “outros”, a pontuação destoou negativamente. Ao isolarmos as unidades, referentes à FAB e MA, e relacionarmos o direcionamento do foco com as temáticas, chegamos aos seguintes resultados:

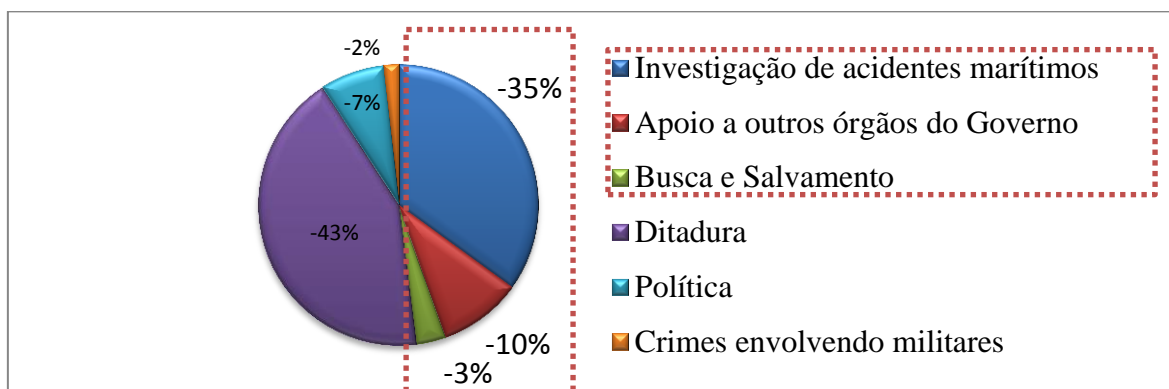


Gráfico 68: Temáticas com pontuação negativa para notícias de foco “outros” - Marinha

Podemos observar que os três primeiros temas estão relacionados a algum tipo de prestação de serviço à população e constituem ações secundárias da Marinha. Juntas, estas três temáticas, acumulam 48% da pontuação negativa, contribuindo sensivelmente para os resultados desfavoráveis.

No caso da Aeronáutica, a análise gráfica é a seguinte:

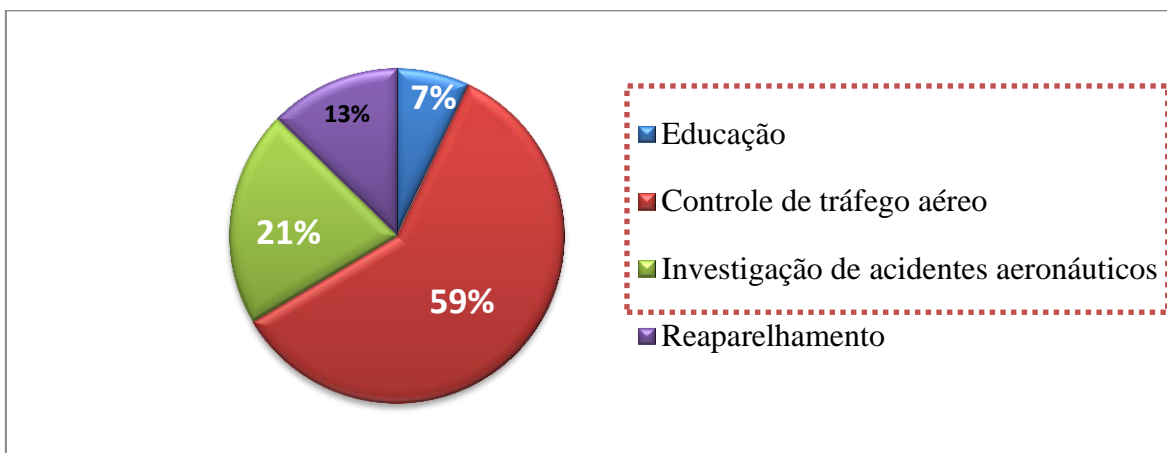


Gráfico 69: Temáticas com pontuação positiva para notícias de foco “outros” - Aeronáutica

Ao contrário do que ocorre com a Marinha, a Aeronáutica obteve excelentes resultados para alguns temas relacionados à prestação de serviço para a população. Os três temas em destaque no gráfico foram responsáveis por 87% dos bons resultados alcançados na análise de notícias cujo foco principal não era a Aeronáutica.

5.2. Hipótese e Questão Central – Análise empírica

- *Hipótese Central*

“Existem indícios que sugerem uma relação de causalidade entre a exposição das Forças Armadas brasileiras nos meios de comunicação de massa e a variação do índice de confiança”.

O ano de 2010 destaca-se pelo resultado positivo de pontuação, ao passo que os anos de 2011 e 2012 alcançaram resultados negativos de intensidade muito semelhante entre si.



Gráfico 70: Pontuação por ano

Os grandes destaques positivos destes três anos de avaliação foram o 1º e o 4º trimestre de 2010. Já os destaques negativos foram representados pelo 2º trimestre de 2011 e pelos 2º e 3º trimestres de 2012.

TRIMESTRE	2010	2011	2012
1ºT	244,55	-55,24	79,53
2ºT	-69,48	-130,67	-115,9
3ºT	-11,25	-98,91	-180,88
4ºT	250,52	-11,92	-86,49
TOTAL NO ANO	414,34	-296,74	-303,74

Tabela 47: Pontuação trimestral

Desta forma, os gráficos abaixo representam o desempenho trimestral de cada ano da série avaliada.

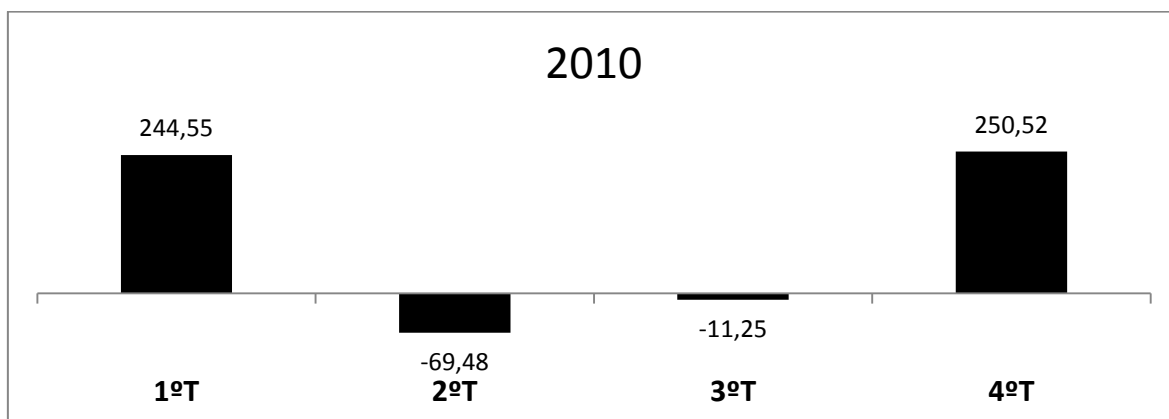


Gráfico 71: Pontuação por trimestre 2010

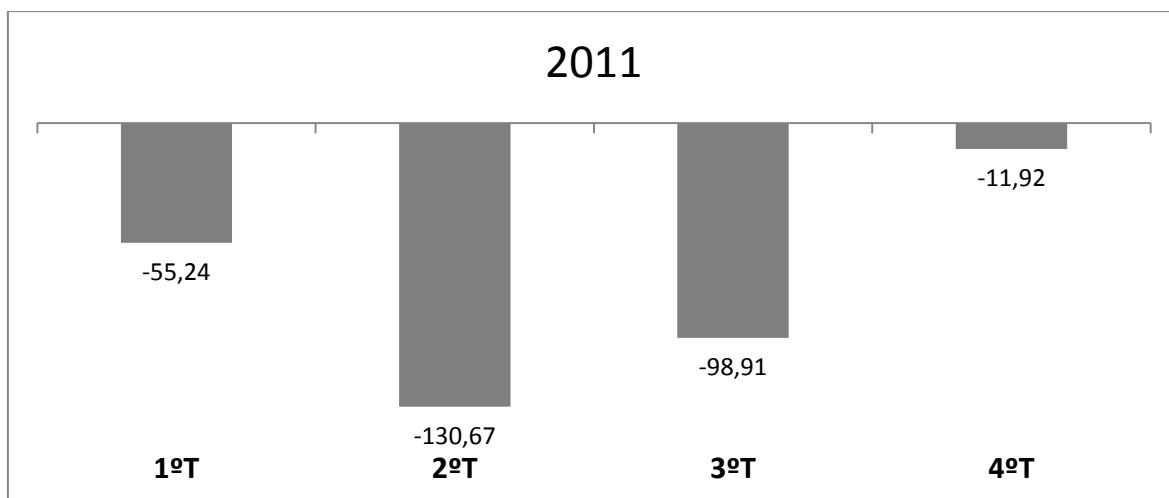


Gráfico 72: Pontuação por trimestre 2011

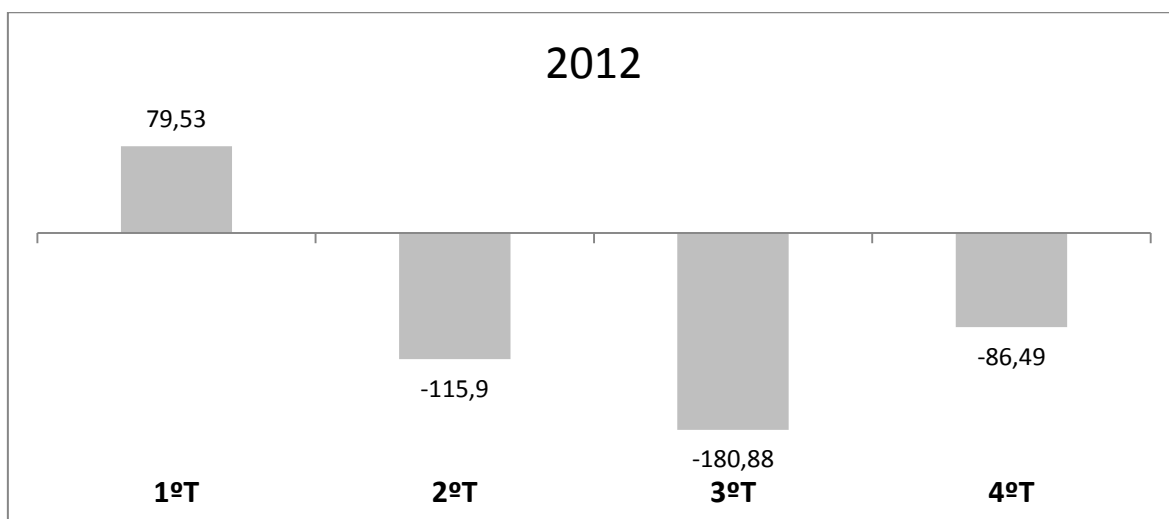


Gráfico 73: Pontuação por trimestre 2012

Com base nestes dados, torna-se possível traçar um panorama geral do período avaliado. Trata-se da reunião de todo o esforço de análise resultando no produto final, em forma de gráfico, que nos permite a comparação entre o desempenho da abordagem dos *media* e a variação do Índice de confiança nas Forças Armadas.

PONTUAÇÃO FINAL POR TRIMESTRE

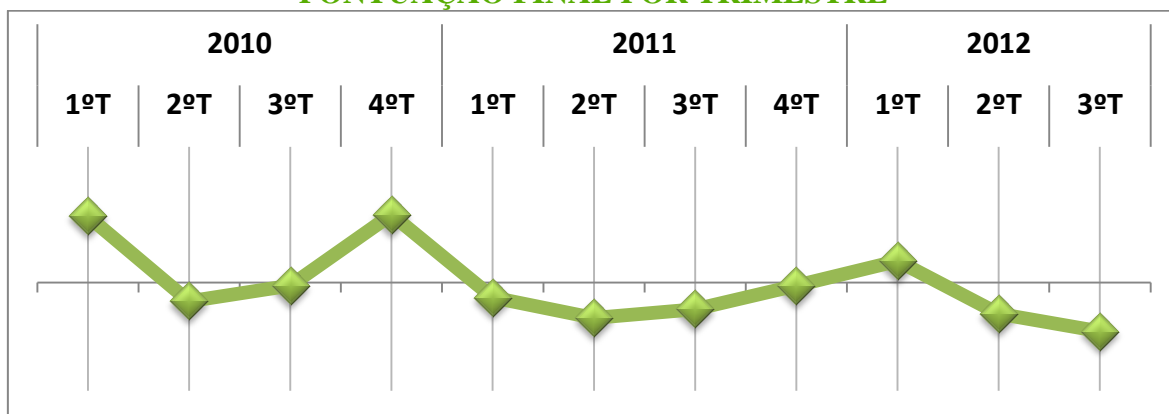


Gráfico 74: Pontuação final

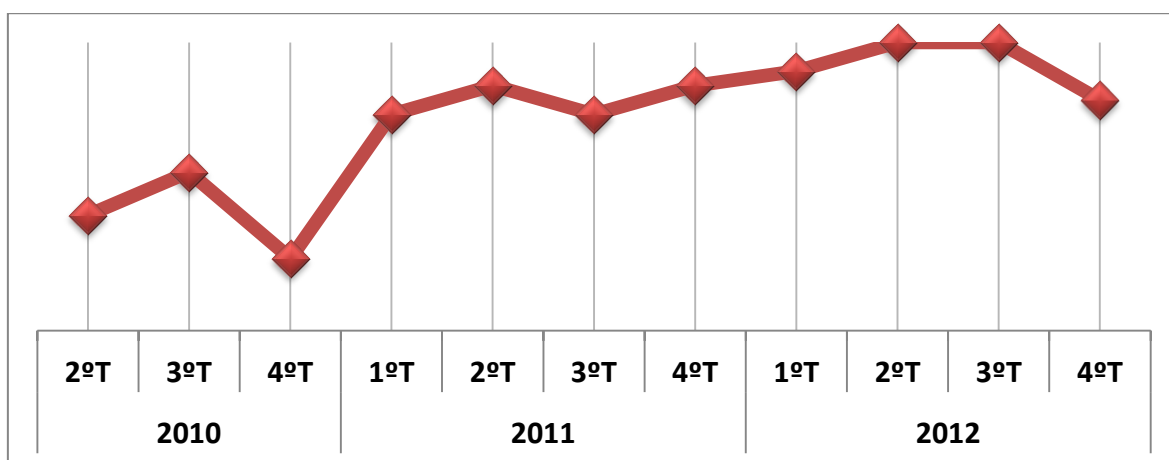


Gráfico 75: Variação do índice de confiança

VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE CONFIANÇA

Ao promovermos a sobreposição das informações gráficas, foi possível observar a inegável simetria entre elas. Note-se que foi inserida, propositalmente, uma defasagem temporal de um trimestre entre as duas escalas. Considerou-se um *time-frame* de até três meses entre a publicação das unidades de registro e a realização das pesquisas de opinião pública acerca da confiança nas instituições.

A linha verde representa o somatório final da pontuação dada às 521 unidades de registro analisadas, tomadas a cada trimestre, do 1º trimestre de 2010 até o 3º trimestre de 2012. Note-se, também, que a pontuação cessa no 3º trimestre de 2012. Isto ocorre porque não há necessidade de expor os dados uma vez que não foi realizada pesquisa de opinião no 1º trimestre de 2013.

A linha vermelha é simplesmente a compilação de todos os resultados finais dos relatórios *ICJBrasil*, referentes ao percentual de confiança nas Forças Armadas. Os

relatórios foram confeccionados a cada trimestre, sendo realizados a partir do 2º trimestre de 2010.

Dos dez períodos de marcação dos gráficos, ficou evidente a simetria em pelo menos sete deles. As discrepâncias ocorreram no 1º, 2º e 4º períodos de comparação, quando os resultados mostraram-se antagônicos.

6. CONCLUSÕES

Com base na revisão da literatura e em relatórios finais de pesquisas de opinião pública, conclui-se que é plausível a hipótese de que o Patriotismo, o Tipo de Confiança, a percepção das Atribuições das Forças Armadas e a Herança Histórica são aspectos inerentes à formação de atitudes predisposições e valores da sociedade brasileira, no que diz respeito à confiança que ela deposita na instituição Forças Armadas.

Quanto ao aspecto Patriotismo, os resultados da pesquisa de opinião pública *SIPS-Defesa Nacional* apontam para uma clara relação de proporcionalidade entre o sentimento de patriotismo do brasileiro e a confiança que deposita nas Forças Armadas.

No caso da variável “Tipo de Confiança”, foi possível diferenciar a “confiança interpessoal” da “confiança institucional” e definir esta última como o tipo de confiança abordada nas principais pesquisas utilizadas neste trabalho.

Apoiado nas informações levantadas no relatório *SIPS-Defesa Nacional* e corroborado pelos resultados da nossa própria pesquisa empírica, conclui-se que a sociedade brasileira valoriza algumas atribuições secundárias das Forças Armadas, principalmente, aquelas relacionadas ao combate à criminalidade.

Quanto à variável “herança histórica das Forças Armadas”, foi possível evidenciar que alguns aspectos do passado da instituição ainda ecoam no presente, gerando opiniões diversas e por vezes controversas. A longa história dos militares no Brasil foi marcada pela forte tradição e disciplina profissional, além dos destacados exemplos de heroísmo e comprometimento com causas nacionais. A história militar, que muitas vezes se confunde com a própria história da nação, é muito rica e, ainda hoje, tem potencial positivo para a imagem institucional. Porém, é possível afirmar que parte recente desta história, especificamente o período da Ditadura Militar (1964-1985), expõe negativamente a instituição. Esta conclusão foi apoiada em pesquisas históricas e corroborada pela posição central que o tema Ditadura ocupa no cenário mediático.

Quanto à segunda hipótese central deste trabalho, podemos concluir que existem fortes indícios de uma relação causal entre o conteúdo divulgado pelos *media* e a opinião pública, neste caso, entre a abordagem do jornal *Folha de São Paulo*, representando o universo de todos os *media* do país, e a opinião dos brasileiros com relação à confiança que depositam na instituição Forças Armadas, contida nos relatórios *ICJBrasil*. Vale salientar

que os resultados mostram uma simetria de aproximadamente 70%, percentual bastante elevado se levarmos em conta a independência total das duas bases de dados utilizadas. O *time-frame* de três meses, utilizado na comparação dos dados, mostrou-se eficaz na maioria dos casos, porém, conforme os estudos teóricos e práticos de *Agenda-setting*, foi, e ainda é, um parâmetro cercado de complexas variáveis. Portanto, neste aspecto, não é possível formular uma conclusão que abranja toda a série temporal avaliada, restando a dúvida quanto aos desempenhos inesperados observados na assimetria em 30% dos casos. É concebível que, para os três períodos de assimetria, o *time-frame* de um trimestre seja inadequado para que a divulgação do conteúdo promova os efeitos esperados. Também, é factível que diferentes temáticas apresentem diferentes *time-frames*, em função da natureza do assunto e da complexa dinâmica social num limitado momento e espaço. Conforme experiências de outros pesquisadores, este período pode variar muito.

Quanto ao tipo de fonte da informação, podemos concluir que notícias associadas a “fontes diversas” são mais numerosas e predominantemente negativas. Já àquelas relacionadas às Fontes Oficiais das Forças Armadas ou de outros órgãos envolvidos, são, em sua maioria, positivas. Isto nos leva a acreditar numa possível relação de causalidade entre a participação das Assessorias de Imprensa das instituições no processo de produção da notícia e os resultados mais favoráveis à imagem destas instituições.

As temáticas “Ditadura”, “Crimes envolvendo militares” e “Sucateamento das Forças Armadas”, nesta ordem, apresentaram os resultados mais prejudiciais à imagem mediática das Forças Armadas. Ao passo que, as temáticas “Combate à criminalidade”, “Missões de Paz da ONU”, “Reaparelhamento das Forças Armadas”, “Heroísmo/estórias de vida”, “Ajuda humanitária em casos de catástrofes/acidentes” e “Treinamento / exercícios / manobras / operações militares”, nesta ordem, apresentaram os resultados mais benéficos à imagem institucional.

Quanto à análise de desempenho - quantidade e pontuação das unidades de registro – e considerando-se o isolamento de cada um dos quatro termos utilizados para a pesquisa (Forças Armadas – Exército - Força Aérea – Marinha), conclui-se que existe uma tendência de generalização das três forças quando as temáticas são negativas, principalmente para o tema “Ditadura”.

Na análise dos três anos que compõem a série temporal, foi observado que existe uma tendência de maior quantidade de abordagens nos meses do início e do fim dos anos,

visto que os meses de novembro, dezembro, janeiro, fevereiro e março somaram 56% das unidades de registro contra 44% nos outros sete meses do ano. A pontuação também obedece a essa tendência, apresentando os resultados mais positivos no início e fim dos anos, totalizando 86% da pontuação positiva nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

Quanto à análise das notícias por dia da semana, conclui-se que existe um padrão de desempenho no que se refere às temáticas estudadas. Os resultados apontam para um maior quantitativo de notícias publicadas aos domingos. Além disto, é neste dia da semana que se encontra a maior porcentagem de notícias de pontuação negativa. As segundas-feiras, apesar de manter a mesma média de número de unidades de registro dos demais dias da semana, concentra, de forma contundente, a maior pontuação positiva. Com base apenas nestes resultados, não se pode definir as variáveis responsáveis pelas claras diferenças entre os dias da semana. O levantamento de tais fatores não é o foco deste trabalho, porém, abre mais um caminho para a análise desta tendência, o que, de fato, pode ser uma importante ferramenta para os setores de comunicação social das instituições abordadas nesta pesquisa.

O desempenho mediático isolado para “Forças Armadas” aponta para um somatório final negativo, diferentemente das outras três Forças que obtiveram resultados finais positivos, o que reforça a teoria de que há uma generalização de todas as forças quando as temáticas são predominantemente negativas. O desempenho desfavorável para Forças Armadas se deu, principalmente, em função do tema Ditadura (16) que alcançou expressivos -1190,73 pontos, ao passo que os temas Combate à criminalidade, Missões de Paz da ONU e Treinamentos/Manobras/Exercício/Operações Militares foram os grandes destaques positivos.

O desempenho isolado para Exército salienta o ótimo resultado para o tema Combate à criminalidade, principalmente no 4º trimestre de 2010, ocasião na qual as Forças Armadas realizaram operações de ocupação de favelas no Rio de Janeiro. Os temas Militares no esporte e Missões de Paz da ONU também sobressaíram positivamente. Os destaques negativos recaíram sobre os temas “Crimes envolvendo militares” e “Ditadura”.

Os dados relativos à Aeronáutica dão destaque ao tema Reparcelhamento. Cabe ressaltar que grande parte do bom desempenho nesta temática se deu por ocasião dos desdobramentos do processo de aquisição de uma nova frota de aeronaves de caça para a Força Aérea. Os temas Controle de Tráfego Aéreo e Investigação de acidentes

aeronáuticos foram bastante expressivos em termos de quantidade, porém, seus desempenhos em pontuação foram modestos, obtendo resultados positivos e negativos em proporções equilibradas. O tema Ditadura despontou negativamente.

O tema Missões de Paz da ONU apresentou os melhores resultados para a imagem institucional da Marinha. Dentro desta temática, a tarefa destinada à Marinha do Brasil para comandar uma frota de navios em missão da ONU no Oriente Médio, foi o fato mais noticiado positivamente. Os temas Controle de Tráfego Marítimo e Carreira Militar também foram destaques positivos. As saliências negativas foram observadas para os temas Ditadura e Sucateamento das Forças Armadas.

No que se refere a temáticas relacionadas à prestação de serviços à população, a Aeronáutica se destaca positivamente para os temas Controle de tráfego aéreo e Investigação de acidentes aeronáuticos. Já a Marinha, obtém resultados negativos, principalmente, para os temas Investigação de acidentes marítimos e Apoio a outros órgãos do Governo.

As “notícias de capa” compõem aproximadamente 8,5% do total publicado. Apesar do baixo percentual, elas possuem grande potencial de pontuação, de acordo com os critérios de avaliação utilizados nesta pesquisa.

No que diz respeito às notícias de capa, isoladas por cada uma das Forças, conclui-se que a instituição “Forças Armadas” tem potencial positivo maior que a soma das três Forças (Exército, Marinha e Força Aérea). O tema 1 (Combate à criminalidade) destacou-se em pontuação e quantidade, obtendo 35% das notícias de capa, além disto, cerca de 40% delas estavam associadas a imagens. 70% das publicações de capa com a temática Combate à criminalidade são atribuídas ao Exército. As demais são atribuídas às Forças Armadas, que também obtiveram bom desempenho para o tema 5 (Missões de Paz da ONU). As temáticas, publicadas em capa, de maior relevância para a Força Aérea e Marinha, foram, respectivamente, a 18 (Controle de tráfego aéreo) e 19 (Controle de tráfego marítimo). Ainda com relação às publicações de capa, sugere-se que o órgão de comunicação social do Ministério da Defesa invista em estratégias para a divulgação, junto aos veículos de comunicação, de pautas relacionadas aos temas “Combate à criminalidade”, “Missões de Paz da ONU”, “Ajuda humanitária em casos de catástrofes” e “Treinamentos / Exercícios / Manobras / Operações militares”. A mesma orientação cabe

ao setor de comunicação social do Exército, que pode explorar, ainda mais, o potencial mediático de temas relacionados ao combate à criminalidade.

Quanto à associação de imagens às unidades de registro, conclui-se que, aproximadamente, 30% das unidades estão acompanhadas de algum tipo de imagem. As temáticas 1 (Combate à criminalidade), 18 (Controle de tráfego aéreo), 4 (Treinamento/exercícios/manobras/operações militares) e 28 (Heroísmo/estórias de vida) apresentaram uma média superior a 50%, enquanto o tema 27 (Política) apresentou o menor potencial de associação com imagens, obtendo valor abaixo de 25%.

No 1º trimestre de 2010, destacou-se o Reaparelhamento das Forças Armadas (23) como principal tema positivo e o destaque negativo foi a temática Ditadura Militar (16). O tema 4, que trata sobre Treinamentos, Exercícios e Operações militares, chama a atenção pela alta pontuação obtida, apesar de corresponder a apenas 3% da quantidade de citações. O mesmo ocorre em menor grau com o tema 15 (Crimes cometidos por militares).

Na pontuação geral, ou seja, o somatório da pontuação de todos os temas, o 1º trimestre de 2010 ficou com 244,55 pontos positivos, o que corresponde a segunda maior pontuação da série avaliada (três anos).

No 4º trimestre de 2010, obteve-se a maior pontuação da série. O grande destaque foi o tema “Combate à criminalidade” (1) que somou 256,04 pontos e representou 53% de todas as unidades de registro do trimestre. Este período corresponde à maior variação positiva do Índice de confiança nas Forças Armadas. Isto sugere que pode haver relação entre os acontecimentos do período e a variação de 10% no *ICJBrasil*, o que nos remete à realidade ocorrida no final de 2010, quando tropas das Forças Armadas brasileiras foram empregadas, numa escala inédita, no combate à criminalidade em favelas do Rio de Janeiro. O processo de ocupação destas áreas representou um marco histórico e ganhou grande repercussão mediática, fato que pode ser demonstrado pelos números apurados, ao menos no veículo *Folha de São Paulo*.

No 2º trimestre de 2011 a pontuação atinge o patamar de - 130,67, que é o segundo menor índice de toda a série. Os temas 16 (Ditadura) e 18 (Controle de tráfego aéreo) foram os mais relevantes para os resultados negativos. No período correspondente houve uma queda de 2% no Índice de confiança nas Forças Armadas.

No 3º trimestre de 2012, a pontuação atinge o pico negativo de toda a série com - 180,88 pontos. A temática 16 (Ditadura) obteve expressivo número de citações negativas e

alcançou o somatório de -227,71 pontos, o que representa 76% da pontuação negativa do trimestre. A temática 18 (Controle de tráfego aéreo) também contribuiu significativamente para a pontuação negativa. No período correspondente houve uma queda de 4% no índice de confiança nas Forças Armadas.

Por fim, pode-se dizer que o trabalho empírico se mostrou bastante adequado para o cumprimento dos objetivos desta pesquisa, ou seja, levantar informações relevantes, que possam ser utilizadas, pelos setores de Comunicação Social das instituições analisadas, em especial pela assessoria de imprensa, como ferramentas de apoio às estratégias de produção e divulgação de conteúdo de interesse, visando a promoção e proteção da imagem institucional.

7. BIBLIOGRAFIA

- ADER, C. (1995). "A Longitudinal Study of Agenda-Setting for the Issue of Environmental Pollution". *Journalism & Mass Communication Quarterly*, vol. 72 (2): 300-311.
- ALVES, C. M. C. (2002). *Cultura e Política no século XIX: o exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista: EDUSF.
- BARDIN, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. 5ª Ed., Lisboa: Edições 70.
- BARROS FILHO, C. (1995). *Ética na Comunicação: da Informação ao Receptor*. São Paulo: Moderna.
- BAUER, R. (1964). "The Obstinate Audience: The Influence Process from the Point of View of Social Communications". *American Psychologist*, nº 19, pp. 319-328.
- BEHR, R. L. e IYENGAR, S. (1985). "Television News, Real-World Cues and Changes in the Public Agenda". *Public Opinion Quarterly*, vol. 49 (1): 38-57.
- BENTON, M. e FRAZIER, J. (1976). "The Agenda-Setting Function of Mass Media at Three Levels of Information Holding". *Communication Research*, vol. 3 (3): 261-274.
- BIELSCHOWSKY, R. (1996). *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BRAGA, S. (2012) "O cerco se fecha: a República do Galeão e o suicídio de Vargas". In CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso 12/03/2014.
- BRASIL (1938). *O Estado Novo e as Forças Armadas – discurso por ocasião de ser lançada a pedra fundamental da escola militar, em Rezende*. Biblioteca da Presidência da República, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso 10/03/2014.
- _____ (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, Cap. II, Art.142. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 17 maio 2013.
- _____ (1999). *Lei Complementar nº 97 de junho de 1999*. Presidência da República. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 dezembro 2014.
- _____ (2007). *Doutrina Militar de Defesa*. Ministério da Defesa, 2ª Edição. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 30 dezembro 2014.

- _____ (2011). *Sistema de Indicadores de Percepção Social – Defesa Nacional*, IPEA. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 24 abr 2013.
- _____ (2012). “Confira fatos marcantes na história das Forças Armadas”. *Em discussão*, Ano 3, nº 10, março de 2012:30, Brasília-DF: Senado Federal. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/jornal/revista-em-discussao>>. Acesso 09/03/14
- _____ (2014). *Getúlio Vargas*. Biblioteca da Presidência da República, Brasília-DF. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>>. Acesso 10/03/14.
- BROSIUS, H. B. e KEPPLINGER, H. M. (1990). “The Agenda-setting Function of Television News: Static and Dynamic Views”. *Communication Research*, vol. 17 (2): 183-211.
- CARVALHO, J. M. C. (2005). *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTRO, C. (1990). *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CASTRO, C. (1995). *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- CASTRO, C. e D'ARAUJO, M. C. (org.) (2001). *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- COHEN, B. (1963). *The Press and Foreign Policy*. Nova Iorque: Princeton University Press.
- COHEN, J. (s.d.), *Trust, voluntary association and workable democracy: the contemporary American discourse of civil society*. In MOISÉS, J. A. (2005).
- COOK, F. L.; TYLER, T. R.; GOETZ, E. G.; GORDON, M. T.; PROTESS, D.; LEFF, D. R. e MOLOTCH, H. L. (1983). “Media and Agenda-Setting; Effects on the Public Interest Group Leaders”. *Public Opinion Quarterly*, vol. 47 (1): 16-35.
- CRESWELL, J. (2010). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª ed., Porto Alegre: Artmed.
- De FLEUR, M. (1970). *Theories of Mass Communication*. 2ª ed., Nova Iorque: McKay.
- Da GAMA, E. L. N. (2011). “As Forças Armadas e a Construção Nacional (1822-1850): Breve análise sobre sua formação e consolidação”. *XXXVII Congresso Internacional de História Militar* (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro). Disponível em: <<http://www.eceme.ensino.eb.br>>. Acesso em 18/03/2014.

- ERBRING, L.; GOLDENBERG, E. N. e MILLER, A. H. (1980). "Front Page News and Real World Cues: Another Look at Agenda-Setting by the Media". *American Journal of Political Science*, vol. 24 (1): 16-49.
- FERES JUNIOR, J. e EISEMBERG, J. (2006). "Dormindo com o Inimigo: Uma Crítica ao Conceito de Confiança". *Ciências Sociais*, Vol. 49, nº 3, Rio de Janeiro, pp. 457- 481.
- FERRAZ, F. C. A. (1998). "Relações entre civis e militares no Brasil: um esboço histórico". *História e Ensino*, V.4, Londrina, pp.115-137.
- FONSECA JÚNIOR, W. C. (2005). *Análise de conteúdo*. In DUARTE, J. e BARROS, A. (orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas.
- FORMIGA, F. O. N. (2006). *A Evolução da Hipótese de Agenda-Setting*. Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação. Linha de Pesquisa: Teorias e Tecnologias da Comunicação. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br>>. Acesso em 23/11/2014.
- FREIDSON, E. (1953). "Communications Research and the Concept of the Mass". *American Sociological Review*, vol. 18, nº 3, pp. 313-317. Reeditado in Schramm e Roberts (1972), pp.197-208.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (2010). *Relatório Índice de Confiança na Justiça*. Vol. 5-7. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11220>>. Acesso em: 05 dez 2014.
- _____ (2011). *Relatório Índice de Confiança na Justiça*. Vol. 8-11. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11220>>. Acesso em: 05 dez 2014.
- _____ (2012). *Relatório Índice de Confiança na Justiça*. Vol. 12-15. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11220>>. Acesso em: 05 dez 2014.
- _____ (2013). *Relatório Índice de Confiança na Justiça*. Vol. 16. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11220>>. Acesso em: 05 dez 2014.
- FUNKHOUSER, R. (1973). "The Issues of the Sixties. An Exploratory Study in the Dynamics of Public Opinion". *Public Opinion Quarterly*, vol. 37 (1): 62-75.

- GAMA, C. E. M. (2011). “A Real Academia Militar do Rio de Janeiro e a dimensão transcolonial da cultura militar portuguesa (1810-1822)”. *XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo.
- GARCIA JR, A. (1993). “Reconversion des elites agraires: du pouvoir local au pouvoir national”. *Études Rurales*, nº 131-132, Paris, pp. 89-106.
- HARRE, R. (s.d.). *Trust and its surrogates: psychological foundations of political process*. In WARREN, M. E. (1999). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOLSTI, O. R. (1969). *Content Analysis for the Social Sciences and Humanities*. Ed. Addison - Wesley.
- HYMAN, H. e SHEATSLEY, P. (1947). “Some Reasons Why Information Campaigns Fail”. *Public Opinion Quarterly*, vol. II, pp.412-423.
- IYENGAR, S. e KINDER, D. R. (1987). *News that Matters: Television and American Opinion*. Chicago: University of Chicago Press.
- IYENGAR, S. e SIMON, A. (1993). “News Coverage of the Gulf Crisis and Public Opinion: A Study of Agenda-setting.” *Communication Research*, vol. 20 (3): 365-384.
- KATZ, E. e LAZARSFELD, P. (1955). *Personal Influence: the Part Played by People in the flow of Mass Communications*. Nova Iorque: Free Press.
- KLAPPER, J. T. (1963). *The Science of Human Communication*. Nova Iorque: Basic Books.
- KUNHAVALIK, J. P. (2009), *Os Militares e o Conceito de Nacionalismo: disputas retóricas na década de 1950 e início dos anos 1960*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política. Florianópolis.
- LAGE, N. (1985). *Linguagem jornalística*. Série Princípios, São Paulo: Ática.
- LANG, K. e LANG, G. E. (1966). *Los Mass Media y las Elecciones*. In MORAGAS, M. (1985). *Sociología de la Comunicación de Masas: Propaganda Política y Opinión Pública*. Barcelona: Gustavo Gili.
- LASSWELL, H.D. (1948). “The Structure and Function of Communication in Society”. In Bryson, L. (1972). *The Communication of Ideas*. Nova Iorque: Harper. Reeditado in Schramm e Roberts (1972) (eds.), pp. 84-99.

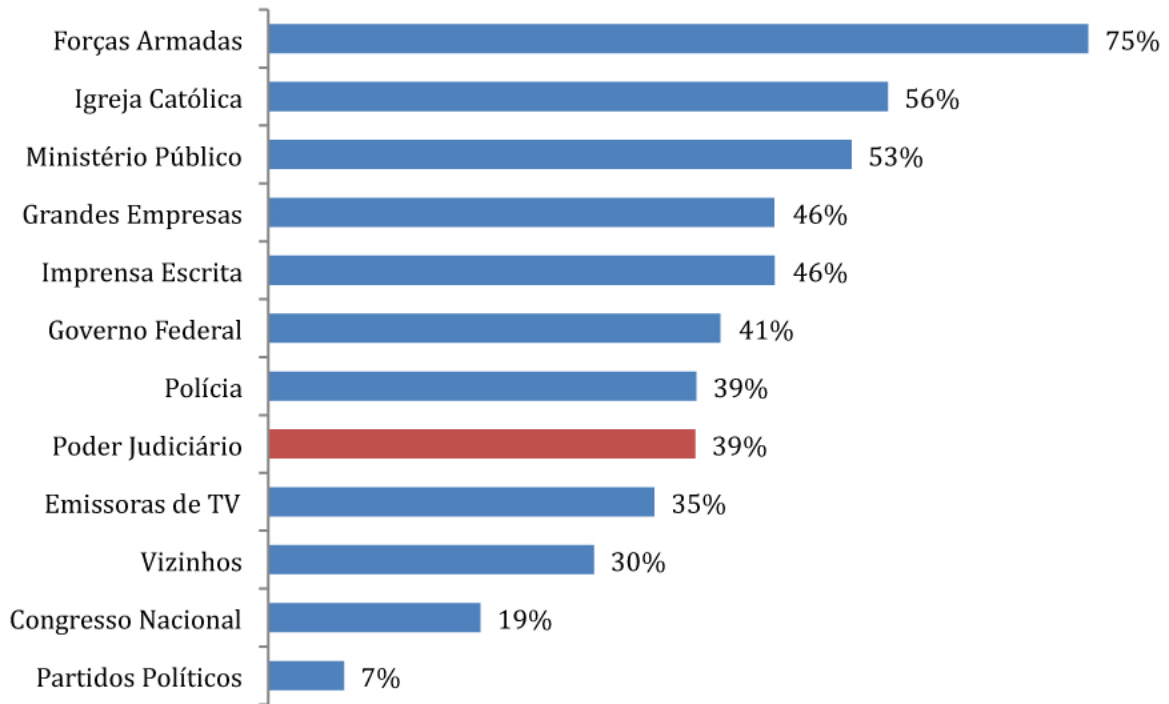
- LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B. e GAUDET H. (1948). *The People's Choice*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- LIPPMANN, W. (1922). *Public Opinion*. Nova Iorque: New York Free Press.
- MARTINS FILHO, J. R. (1995). *O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)*. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos.
- MARTINS FILHO, J. R. (2003). *Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe*. In FERREIRA, J. e DELGADO, L. A. N. (orgs.). "O Brasil Republicano". *Civilização Brasileira*, V.3, Rio de Janeiro, pp.97-126.
- Mc CANN, F. (1982), *A Nação Armada: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro*, Recife: Guararapes.
- McCOMBS, M. E. (2004). *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*. Cambridge: Polity Press.
- McCOMBS, M. E. e SHAW, D. L. (1972). "The Agenda-Setting Function of the Mass Media." *Public Opinion Quarterly*, vol. 36 (2): 176-187.
- McCOMBS, M. E. e SHAW, D. L. (1993). "The Evolution of Agenda-Setting: Twenty-Five Years in the Marketplace of Ideas." *Journal of Communication*, vol. 43 (2): 58-68.
- MIGUEL, L. F. (2008). "A mídia e o declínio da confiança na política". *Sociologias*, ano 10, nº 19, Porto Alegre, pp. 250-273.
- MOISÉS, J. A. (1995). *Os brasileiros e a democracia – Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática.
- MOISÉS, J. A. (2005). "A desconfiança nas instituições democráticas". *Revista Opinião Pública*, Vol. XI, nº 1, Campinas, pp. 33-63.
- OLIVEIRA, J. C. de (2005). "D. João VI: Adorador do Deus das Ciências?" *Coleção Engenho & Artes*, vol. 8, Coppe/UFRJ, Rio de Janeiro: E-Paper Serviços Editoriais.
- ORTEGA, Y. e GASSET, J. (1930). *La rebellion de las massas*, Madrid. Trad. It. Il Mulino (1962), *La ribellione delle masse*, Bolonha.
- PARK, R. E. (1984). *The City*. Chicago: University of Chicago.
- PIRES, A. (1997). *Échantillonnage et recherche qualitative. Essai théorique et Méthodologique*. In POUPART, J. et al., *La Recherche Qualitative. Enjeux épistémologiques et méthodologiques*. Montreal: Gaëtan Morin Éditeur. Disponível em <<http://classiques.uqac.ca>>. Acesso em 18 maio 2013.

- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, L. (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª ed., Lisboa: Gradiva.
- ROGERS, E. (1993). “The Anatomy of Agenda-Setting Research.” *Journal of Communication*, vol. 43 (2): 68-85.
- ROGERS, E. e DEARING, J. W. (1988). *Agenda-Setting Research: Where Has It Been, Where Is It Going?* Newbury Park: Sage.
- SAPERAS, E. (1987). *Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas: As Recentes Investigações em Torno da Comunicação de Massas*. Petrópolis: Asa.
- SCHRAMM, W. e ROBERTS, D. (1972). *The Process and Effects of Mass Communication*. Ed. Revista, Chicago: University of Illinois Press.
- SEIDL, E. (2005). “A construção de uma ordem: o exército brasileiro e o nascimento da meritocracia (1850-1930)”. *Revista Ciência e Letras*, nº 37:107-137.
- SEIDL, E. (2008). “Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930)”. *Revista de Sociologia e Política – UFPR*, v. 16: 199-220, 2008. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/social-elites-3/>>. Acesso 08/03/14.
- SEIDL, E. (2010). “A formação de um exército à brasileira: lutas corporativas e adaptação institucional”. *Revista História (versão online)*, v. 29: 71-94. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/social-elites-3/>>. Acesso 08/03/14.
- SILVA, A. P. (2005). *Caso Aerolula – As ações das assessorias de imprensa de governo no processo de aquisição do novo avião presidencial*. Monografia de pós-graduação, Instituto de Educação Superior de Brasília.
- SIMMEL, G. (1917). *Grundfragen der Soziologie (Individuum und Gesellschaft)*, Berlin. Trad. It. Feltrinelli (1983). *Forme e giochi di società*, Milão.
- SOUZA, A. B. (1999). *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- STEPAN, A. (1975). *Os Militares na Política: Mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Ardenova.
- STERLING, C. e HAIGHT, T. (1978). *The Mass Media: Aspen Institute Guide to Communication Industry Trends*. Nova Iorque: Praeger.
- TANAKA, H. e SALIS, A. U. (2004). “O Regime Militar: Política e economia”. *Akrópolis- Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, v.12, nº 1.

- TIPTON, L.; HANEY, R. D. e BASEHEART, J. R. (1975). "Media Agenda-Setting in City and State Election Campaigns". *Journalism Quarterly*, vol. 52: 15-22.
- WINTER, J. P. e EYAL, C. H. (1981). "Agenda-setting for the Civil Right Issue". *Public Opinion Quarterly*, vol. 45 (3): 376-383.
- WOLF, M. (2009). *Teorias da Comunicação*. 10ª ed., Queluz de Baixo: Editorial Presença.
- WRIGHT, C. R. (1975). *Mass Communications: A Sociological Approach*, 2ª ed., Nova Iorque: Random House.

ANEXO A

Gráfico de confiança nas Instituições
(Percentual de entrevistados que disseram confiar ou confiar muito nas instituições)



ANEXO A: Gráfico de confiança nas Instituições. Fonte: Relatório *ICJBrasil*, 3º trimestre 2012 - FGV

ANEXO B

Tabela Confiança nas Forças Armadas do Brasil (por grau de orgulho em ser brasileiro)

Pergunta: O quão orgulhoso(a) o(a) Sr(a). se sente em ser brasileiro(a): extremamente, muito, razoavelmente, pouco ou nada?

Pergunta: O quanto o(a) Sr(a). confia nas Forças Armadas: totalmente, muito, razoavelmente, pouco ou nada?

Grau de orgulho em ser brasileiro	Confia Totalmente/ Muito	Confia Razoavelmen te	Confia Pouco/ Não Confia Nada	NS/NR
Extremamente orgulhoso	62,2%	26,3%	11,2%	0,2%
Muito orgulhoso	51,2%	31,3%	17,4%	0,2%
Razoavelmente orgulhoso	39,3%	41,4%	18,7%	0,6%
Pouco orgulhoso	32,0%	34,0%	34,0%	0,0%
Nada Orgulhoso	24,6%	38,5%	36,9%	0,0%
BRASIL	49,6%	32,3%	17,9%	0,2%

ANEXO B: Tabela Confiança nas Forças Armadas do Brasil. Fonte: Pesquisa SIPS-Defesa Nacional – IPEA, 2011.

ANEXO C

Tabela Situações em que as Forças Armadas são importantes
(por região e grau de escolaridade)

Pergunta: Parte da população brasileira acredita que as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) são importantes para o país, enquanto uma outra parte acredita que elas não são importantes. Em relação à importância das Forças Armadas para o Brasil, com qual das seguintes frases o(a) Sr(a). concorda mais?

	Apenas no caso de uma guerra	Tanto no caso de uma guerra como na ausência de guerras	Não são importantes em nenhuma situação	NS/NR
Região do Brasil				
Centro-Oeste	8,9%	86,0%	4,1%	1,1%
Nordeste	11,4%	85,5%	2,3%	0,8%
Norte	6,0%	90,7%	3,3%	0,0%
Sudeste	15,0%	79,6%	4,6%	0,7%
Sul	17,0%	77,0%	5,1%	0,9%
Grau de Escolaridade				
Não escolarizado e fundamental (incompleto/completo)	13,7%	81,2%	4,1%	1,0%
Ensino médio (incompleto/completo)	13,7%	81,7%	3,9%	0,6%
Superior (incompleto/completo)/Pós-Graduação	8,7%	88,1%	3,0%	0,2%
BRASIL	13,1%	82,2%	3,9%	0,7%

ANEXO C: Tabela Situações em que as Forças Armadas são importantes. Fonte: Pesquisa SIPS-Defesa Nacional – IPEA, 2011.

ANEXO D

Tabela Funções das Forças Armadas
(por região)

Pergunta: Nos últimos anos, algumas pessoas têm debatido o porquê do Brasil ter Forças Armadas e, também, quais os tipos de trabalho que elas devem fazer. Na sua opinião, quais devem ser as funções das Forças Armadas?

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Combater a criminalidade em conjunto com as polícias	58,7%	55,1%	63,7%	59,2%	57,1%	58,1%
Defender o país em caso de guerra	53,1%	53,0%	59,3%	61,9%	39,9%	55,4%
Ajudar a população com serviços médicos e sociais e em casos de desastres naturais	56,5%	48,6%	57,3%	49,5%	44,7%	49,7%
Combater o terrorismo	34,7%	49,2%	34,0%	37,8%	52,7%	42,7%
Participar de missões de paz em outros países	33,6%	36,7%	45,0%	33,1%	25,5%	34,0%
Passar para os jovens valores como responsabilidade e disciplina	40,2%	32,1%	43,3%	34,1%	26,8%	33,7%
Ensinar aos jovens uma profissão	36,5%	39,0%	43,7%	30,5%	24,1%	33,5%
Construir estradas, ferrovias, portos etc.	19,6%	22,0%	24,3%	20,0%	20,5%	21,0%
Nenhuma das anteriores	0,7%	0,3%	0,0%	0,3%	0,0%	0,3%
Não sabe/não respondeu	0,0%	0,1%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%

ANEXO D: Tabela Funções das Forças Armadas. Fonte: Pesquisa *SIPS-Defesa Nacional* – IPEA, 2011.

APÊNDICE A

TEMA	2010				2011				2012			
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
1	1			24	3		8	3	21	3		3
2	2	2			4	1	2	1	1			
3	1			1	1			1		1		
4	3				1		4		1	6		2
5	11	1	7	3	5		2	3	1	1	1	
6								1				
7	1	1					2	4		5		2
8											2	
9											1	1
10	1			1		2		1	1	1	4	1
11												
12	2										1	
13	2	1			1			1				
14					1					1	3	4
15	5	1		5			5	2	1	4	4	1
16	27	8		4	5	7	4	11	21	36	19	17
17	1				5		2	1	4			
18	1		1			6	1	3		4	3	3
19			1	1				2		1		
20	1	1				1	3		3		1	1
21								3	4			
22												
23	22	1		4	3	1	2	1	3	2	1	2
24							4				5	
25			2									
26									1		2	
27	10	1	1		1	1	4			5	2	
28	1			1		1	1		3	1	1	
29								1	5			
30	3	1		1	30			2	2			1
TOTAL	95	18	12	45	31	20	41	41	72	71	50	38

APÊNDICE A: Quantidade de unidades por tema - Trimestral

APÊNDICE B

FICHA DE COLETA DE DADOS

CAMPO
• PALAVRA
• DIA SEMANA
• DIA
• MÊS
• ANO
• TEMA
• FONTE
• POSIÇÃO
• DIMENSÃO
• TIPO
• FOCO PRINCIPAL
• DIREÇÃO DO TEXTO
• DIREÇÃO DO TÍTULO
• DIREÇÃO DO LEAD
• VALOR DIREÇÃO TEXTO
• DIMENSÃO IMAGEM
• DIREÇÃO IMAGEM
• VALOR IMAGEM

APÊNDICE B: Ficha de coleta de dados